



**UNIVERSIDADE TIRADENTES
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

RIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS

**OS INDÍCIOS DO CUIDADO COM O CORPO NOS INVENTÁRIOS JUDICIAIS
SERGIPANOS (1821-1838)**

ARACAJU – 2019

RIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS

**OS INDÍCIOS DO CUIDADO COM O CORPO NOS INVENTÁRIOS JUDICIAIS
SERGIPANOS (1821-1838)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação – Universidade Tiradentes.

**PROF.^a DR.^a VERA MARIA DOS SANTOS
ORIENTADORA**

ARACAJU – 2019

S237i Santos, Rivaldo Rodrigues dos
Os indícios do cuidado com o corpo nos inventários judiciais sergipanos (1821-1838) / Rivaldo Rodrigues dos Santos; orientação [de] Prof.^a Dr.^a Vera Maria dos Santos – Aracaju: UNIT, 2019.

117 f. il ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2019
Inclui bibliografia.

1. Civilização. 2. Família. 3. Cuidado com o corpo 4. Sergipe Del Rey I. Santos, Rivaldo Rodrigues dos. II. Santos, Vera Maria dos. (orient.). III. Universidade Tiradentes. IV. Título.

CDU: 314. 6: 613.9"18"(091)(813.7)

RIVALDO RODRIGUES DOS SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação – Universidade Tiradentes.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a) Alcides Moreira dos Santos

Examinador(a) Externo(a): Edson Almeida

Examinador(a) Interno(a): Thiago

Mestrando(a): Rivaldo Rodrigues dos Santos

À minha mãe, Maria Ivanilde, pelo incentivo,
força e dedicação.

Aos meus avós maternos (in memoriam), como
homenagem.

AGRADECIMENTOS

O meu maior agradecimento sempre será a Deus, pelo dom da vida e pelas realizações que venho conquistando, a Ele serei eternamente grato.

Ao longo de uma exaustiva jornada, chega um momento de agradecer àqueles que, de forma solidária e intelectual, contribuíram para concretização desta pesquisa. Um percurso difícil, marcado por problemas de saúde, perda de um ente querido, crise familiar, isolamento da família e dos amigos. Entretanto, conforta-me saber que mais esta etapa chegou ao fim. Escrever um agradecimento não é nada fácil, as palavras parecem simples, e não exprimem o quanto as pessoas que se fizeram presentes foram importantes na minha caminhada intelectual. Uma caminhada marcada por tristezas e alegrias, que me acompanharam durante esse tempo, nos deslocamentos para as aulas, nos eventos, nas pesquisas no arquivo e na biblioteca, leituras intermináveis, transcrições exaustivas, escritas e reescritas de capítulos e nas orientações.

Assim, registro aqui os meus agradecimentos a essas pessoas que contribuíram para realização deste estudo.

Muito obrigado à Prof.^a Dr.^a Vera Maria dos Santos, pela acolhida e pelas sábias orientações e conselhos. Na pré-qualificação da pesquisa, agradeço à Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto e à Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio de Mesquita, pelas importantes colocações. No exame de qualificação, agradeço mais uma vez à Prof.^a Dr.^a Ilka Miglio e à Prof.^a Dr.^a Solyane Silveira Lima, pelas admiráveis contribuições. Um agradecimento especial à amiga de curso Luziane dos Santos, pelas longas conversas a respeito da pesquisa, pelos desabafos e parceria de sempre. Agradeço também à estudante de iniciação científica Amanda Rodrigues, pela soma nas leituras dos inventários. E à Ana Carla dos Santos, do Grupo de Pesquisa Sociedade e Educação, pelo apoio em determinados momentos.

No período da pesquisa, agradeço aos funcionários do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, os quais me colocaram à disposição toda a documentação necessária, aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) pela receptividade e a o Senhor Titi da Biblioteca Pública Epifânio Dória, de Aracaju/SE, pela dedicação e disponibilidade de material de pesquisa.

Do grupo institucional cito a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa de estudos; a Universidade

Tiradentes pela oportunidade; o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes; os professores do mestrado pelo sábio conhecimento, e os funcionários do programa pela atenção necessária. Quanto aos meus colegas de curso, quero deixar aqui os meus sinceros agradecimentos.

Aqui também quero registrar minha gratidão àqueles que não estão no meio acadêmico, e muito menos envolvidos com a pesquisa, mas que foram de fundamental importância neste longo processo, com incentivo, apoio, orações e compressão. Assim, destaco a mãe Maria Ivanilde, pelo incentivo e por acreditar em mim quando eu mesmo não me achava capaz. Agradeço a toda a minha família materna, principalmente à minha prima Cláudia França. Às amigas Juliana Menezes e Lucimara Dias, pela força contínua, e em especial à Deise Raquel, pelo abrigo e cumplicidade, não esquecendo de Hilanna Mayara, pelo exemplo e incentivo de sempre. Aos demais amigos, muito obrigado.

E, enfim, agradeço a todos aqueles que, de algum modo, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

*... corpo, alma, sociedade,
tudo se mistura.*

Marcel Mauss

RESUMO

Os discursos e práticas sobre higiene, no século XIX, envolviam desde problemas de moralização do homem dentro da sua individualidade e coletividade, cuidados com o corpo e mente, questões ambientais e arquitetônicas, à construção de um novo sistema educacional. Assim, todas estas questões estavam inseridas no âmbito da “higiene”, visto como meio de conservar a saúde e precaver doenças no referido século. Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo compreender como e quando se deu a noção de cuidado do corpo nas famílias sergipanas no início do século XIX. O marco temporal desta pesquisa é de 1821 a 1838, o primeiro marco, 1821, diz respeito ao aparecimento, nos inventários judiciais, de objetos que denotam o cuidado do corpo, e 1838 sobre quando começou a haver uma diversificação desses objetos nos inventários judiciais. Os conceitos que embasaram esta discussão foram: civilização, de Elias (1994), e família, de Santos (2011). As fontes que deram corpo a este labor foram os inventários judiciais, pois esses documentos, quando analisados, possibilitam levantar dados e colher inúmeras informações a respeito de uma época ou tempo. Além dos inventários, foram utilizados, também, os Catálogos da Comarca de Aracaju e fontes bibliográficas de autores que desenvolveram pesquisas sobre História do Brasil e Sergipe. Essas fontes foram analisadas à luz do método indiciário de Carlo Ginzburg, que consiste em examinar os pormenores mais negligenciáveis, os indícios mais imperceptíveis, as pistas mais obscuras, postas nos documentos irrelevantes para a maioria dos pesquisadores. No âmbito da História da Educação, o presente trabalho evidencia as práticas cotidianas, o surgimento de novos aprendizados – a noção de cuidado com o corpo – fora do contexto escolar.

Palavras-chave: Civilização. Família. Cuidado com o corpo. Sergipe Del Rey.

ABSTRACT

Hygiene discourses and practices in the XIX century involved, from the problems of the moralization of man within his individuality and collectivity, care with body and mind, environmental and architectural issues, to the construction of a new educational system. Thus, all of these issues were within the scope of “hygiena”, seen as a means of preserving health and preventing diseases in that century. In this sense, this dissertation aims to understand how and when the notion of body care was given in Sergipe families in the early XIX century. The time frame of this research is from 1821 to 1838, the first landmark, 1821, refers to the appearance in judicial inventories of objects that denote the care of the body, and 1838 about when it began to diversify these objects in judicial inventories. The concepts that underpinned this discussion were: civilization, by Elias (1994), and family, by Santos (2011). The sources that gave substance to this work were judicial inventories, because these documents, when analyzed, make it possible to collect data and gather a lot of information about a time or time. In addition to the inventories, the Catalogs of the Region of Aracaju and bibliographic sources of authors who developed researches on History of Brazil and Sergipe were also used. These sources were analyzed in the light of Carlo Ginzburg's method of examining the most neglected details, the most imperceptible clues, the most obscure clues put in the documents irrelevant to most researchers. In the context of the History of Education, the present work evidences the daily practices, the emergence of new learning - the notion of care with the body - outside the school context.

Keywords: Civilization. Family. Body Care. Sergipe Del Rey.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 A compreensão das fontes e o contexto da pesquisa.....	14
1.2 O método de trabalho.....	29
2 INICIATIVAS CIVILIZATÓRIAS NO BRASIL E O COMPORTAMENTO DOS CORPOS NO RIO DE JANEIRO E EM SERGIPE DEL REY.....	33
2.1 Os hábitos e os corpos pelas ruas e avenidas da Corte.....	35
2.2 O modo de vida e o comportamento das famílias de posses sergipanas....	43
3 OS INDÍCIOS DO CUIDADO COM O CORPO NOS INVENTÁRIOS JUDICIAIS SERGIPANOS.....	70
3.1 Limpar e educar: o cuidado com o corpo e as normas de comportamento.....	70
3.2 Gamelas, bacias e o asseio corporal nos inventários judiciais sergipanos.....	81
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXOS.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As famílias de posses e seus bens/atividade econômica (1821 – 1838).....	45
Quadro 2 – As embarcações no inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833)....	57
Quadro 3 – Produtos da loja no inventário de José da Cruz (1830).....	59
Quadro 4 – Montante-mor e montante líquido por família (1821 – 1838).....	66
Quadro 5 – As famílias detentoras das gamelas de banho em Sergipe Del Rey (1821 – 1838).....	85
Quadro 6 – As gamelas de banho e outros bens ligados ao cuidado com o corpo (1821 – 1838).....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parte da lista de avaliação dos bens de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel).....	49
Figura 2 – Parte da lista de avaliação dos bens de Anna Francisca do Espírito Santo.....	52
Figura 3 – Parte da lista de avaliação dos bens de Leandro José de Sirqueira.....	55
Figura 4 – Continuação de parte da lista de avaliação dos bens de Leandro José de Sirqueira.....	57
Figura 5 – Gamela de banho.....	83
Figura 6 – Gamela para comedouro e bebedouro de animais.....	84
Figura 7 – Gamela para uso doméstico.....	84
Figura 8 – Parte da lista de bens do inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel).....	87
Figura 9 – Parte da lista de bens do inventário de Anna Francisca do Espírito Santo.....	87
Figura 10 – Parte da lista de bens do inventário de José da Cruz Pereira.....	88
Figura 11 – Parte da lista de bens do inventário de Leandro José de Sirqueira.....	88
Figura 12 – Continuação da parte da lista de bens do inventário de Leandro José de Sirqueira.....	89
Figura 13 – Parte da lista de bens do inventário de Serafim Joze de Oliveira.....	89
Figura 14 – Parte da lista de bens do inventário de Antônio Manoel de Araujo.....	90

1 INTRODUÇÃO

Com o início das aulas no Mestrado em Educação e as orientações da Professora Doutora Vera Maria dos Santos, comecei a pensar sobre o objeto de pesquisa para a minha dissertação. Nas diversas conversas com a orientadora, suas sugestões de leituras adentravam o universo do século XIX, indicando para que eu trabalhasse a questão da higiene em Sergipe no referido século. Com um pouco de resistência e sem identificação com o suposto tema, passei a buscar fontes bibliográficas que discutissem o estudo para que eu pudesse me familiarizar e saber mais a respeito, pois, naquele momento, também era muito confuso e difícil estabelecer uma relação desse tema, proposto pela orientadora, com a educação.

As primeiras leituras ainda me pareciam complexas, visto que da ruptura da antiga linha de pesquisa, voltada para a educação inclusiva, para o novo tema proposto, houve um distanciamento considerável. Entretanto, a cada leitura, a exemplo de autores como Gondra (2004), Costa (1999), Gomes (2009), Del Priore (2016), entre outros, fui percebendo que a temática sugerida vai muito além de hábitos de higiene, como eu pensava inicialmente. Os discursos e práticas sobre higiene perfaziam problemas de moralização do homem dentro da sua individualidade e coletividade, cuidados com o corpo físico e mente do indivíduo, questões ambientais e arquitetônicas e, até mesmo, a construção de um novo sistema educacional brasileiro. Todas essas questões estavam inseridas no âmbito da “higiene”, que era definida na época como “parte da medicina que prescrevia meios de conservar a saúde e precaver doenças” (PINTO, 1832, p. 73) do século XIX.

Deste modo, levantei o seguinte questionamento: como e a partir de que momento se desenvolveu a noção de higiene na família sergipana no século XIX? Assim, entendido o tema, defini o objetivo geral, que é compreender como e quando se deu a noção de cuidado com o corpo nas famílias sergipanas no início do século XIX. A partir disso, defini os meus objetivos específicos: identificar quais eram os objetos de higiene postos nos inventários judiciais no início do século XIX; perceber quais eram as famílias sergipanas detentoras dos objetos que denotavam limpeza do corpo; e traçar um perfil das famílias analisadas, usando a noção de civilização.

O pressuposto que norteia esta análise é o de que o cuidado com o corpo ficou mais frequente na vida das famílias sergipanas a partir do início do século XIX,

depois de uma forte influência da Corte portuguesa instalada no Brasil em 1808, com a chegada da família real. Dom João VI proporcionou a disseminação de novos hábitos e costumes a serem seguidos pela população, pois o Rei não estava preocupado somente com questões administrativas, sua “meta era promover as artes, a cultura e tentar infundir algum traço de refinamento e bom gosto nos hábitos atrasados da colônia” (GOMES, 2009. p. 196).

Ressalvo aqui que a proposta da pesquisa não é trabalhar as questões do modelo higiênico e forma escolar da educação, institucionalizadas pela ordem médica no Brasil na segunda metade do século XIX, conforme Gondra (2004). Este autor defende a tese de que a mudança na educação se deu por meio de uma matriz médica, com um papel significativo para a formação de uma nova civilização brasileira, e que a medicina foi vista e apresentada à sociedade como a solução para os problemas sociais do homem, como forma de conhecimento para a intervenção no comportamento humano.

Assim, “este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. [...] a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica” (COSTA, 1999. p. 28), que se intensificaram cada vez mais por este movimento higienista, com base no modelo francês, o qual, de acordo com Gondra (2004), é definido em seis partes enumeradas: *Circumfusa*¹, *Applicata*², *Ingesta*³, *Gesta*⁴, *Excreta*⁵ e *Percepta*⁶.

Desta forma, a medicina foi prescrevendo medidas educacionais, vendo a escola como um lugar de cura, higienizando as práticas escolares e promovendo um discurso pela ordem médica na sociedade. Gondra (2004), ao tratar desse movimento e modelo higienista, utilizou, como base, as teses médicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre os anos de 1850 e 1890, por meio das quais examinou também a formação dos médicos no período imperial.

Assim, diferentemente de Gondra (2004), destaco que a proposta desta pesquisa é discutir o cuidado com o corpo por meio das normas de condutas e hábitos, a partir dos objetos encontrados nos inventários judiciais, que apontam

¹ Localização e arquitetura dos edifícios escolares (localizar e construir escolas). (GONDRA, 2004).

² Organização da rotina, das práticas e hábitos (cobrir, proteger e limpar o corpo). (GONDRA, 2004).

³ Alimentação (nutrir e hidratar). (GONDRA, 2004).

⁴ Exercícios corporais (exercitar e robustecer o corpo). (GONDRA, 2004).

⁵ Cuidados com excreções do organismo (eliminar os resíduos corporais). (GONDRA, 2004).

⁶ Educação dos sentidos (moldar os sentidos). (GONDRA, 2004).

mudanças nos modos de comportamento na sociedade sergipana no início do século XIX.

1.1 A compreensão das fontes e o contexto da pesquisa

Antecedendo ao marco temporal de Gondra (2014), esta pesquisa foi definida de acordo com as fontes, de 1821 a 1838. O primeiro marco temporal diz respeito ao aparecimento, nos inventários judiciais, de objetos que denotam a limpeza do corpo, como as gamelas para banho. O segundo marco, 1838, refere-se ao começo de uma diversificação desses objetos, como caixas com sabão e lavatórios com jarros e bacias. Além do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, para compor o quadro de fontes, visitei ainda o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e o Arquivo Público de Aracaju. Fui em busca dos jornais, na expectativa de encontrar anúncios, propagandas de vendas ou troca de objetos de limpeza do corpo. Na hemeroteca do IHGSE, tive acesso a 4 (quatro) jornais de *O Correio Sergipense*, de 1841, nos quais não visualizei menções de algo que pudesse contribuir com a pesquisa. Os outros jornais, que estavam dentro do meu marco temporal, datando os anos de 1828 e 1835, *O Baiano*, de 1828; *O “Bahiano”*, de 1828; *Jornal O Democrata*, de 1835; *O Democrata*, de 1835, eram todos de Salvador, capital do estado da Bahia, sem acesso para manuseio por estarem deteriorados.

Em busca de mais fontes, fui ao acervo de documentos da Biblioteca Pública Epifânio Dória, de Aracaju/SE, no qual tive acesso a todos os jornais digitalizados de 1840 a 1958. Atentei-me aos jornais *Correio Sergipense*, de 1840 e 1841, por serem os mais próximos do marco temporal estabelecido, os quais examinei e não encontrei nenhum indício que pudesse colaborar com este labor. Em seguida, voltei-me para o Arquivo Público Municipal de Aracaju, quando fui informado que nesse órgão não havia nenhum tipo de jornal, inventários ou um mínimo de documentação referente ao início do século XIX. Também procurei o Arquivo Público do Estado de Sergipe, entretanto, este encontra-se em reforma, com as pesquisas suspensas até a sua reinauguração, que não tinha uma data prevista.

Outra ferramenta utilizada para a busca de fontes foi a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, na qual pesquisei os jornais do século XIX. Na plataforma, os jornais referentes a Sergipe começam a aparecer a partir da

década de 1830, com *O Noticiador Sergipense* e *Recopilador Sergipano*, ambos de 1833, e o *Noticiador Sergipano*, de 1836, mas não ofereciam algo que pudesse colaborar com a pesquisa. Ainda na Hemeroteca Digital, atentei-me para outros jornais, que estavam próximos do meu marco temporal, como *Correio Sergipense*, de 1840, *O Correio Sergipense*, também do mesmo ano, e *O Triunfo*, de 1844, cujas leituras e análises não renderam resultados e contribuições para esta pesquisa. Diante do exposto, os inventários judiciais foram as minhas únicas fontes de pesquisa.

A ideia de desenvolver este trabalho, tendo como fontes os inventários judiciais, partiu do manuseio do *Catálogo da Documentação da Comarca de Aracaju*, volume I, Inventários do século XIX (1811 – 1900), sugerido pela minha orientadora. E foi justamente com a exploração desse Catálogo, que pude constatar a existência de objetos que denotam o uso da higiene no início do século XIX. Atualmente, as novas incorporações de fonte de pesquisa têm se ampliado significativamente, pois tudo aquilo que é produzido pelo homem, desde que o todo ou parte dele forneçam informações sobre a época a que pertenceu, pode ser considerado fonte. Como nos mostra Marc Bloch (2001, p. 79), “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo o que toca, pode e deve informar sobre ele”. E sobre essa discussão, Jacques Le Goff nos lembra ainda que:

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta de esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 2003, p. 525-541).

Sendo assim, os inventários são documentos de grande valor, visto que essas fontes históricas, quando bem estudadas, possibilitam levantar dados e colher inúmeras informações. Por meio dos inventários e da pesquisa bibliográfica, subsidiou-se a análise desta dissertação, procurando sempre dominar os métodos de interpretações, em que as fontes precisam ser criticadas e historicizadas. Um

exemplo de trabalho realizado, tendo este tipo de documento como fonte, é o trabalho de Vera Santos (2016), intitulado *As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores de Sergipe Del Rey no século XVIII*. Por meio da análise desse material, a autora descobriu que em Sergipe Del Rey existiram quatro tipos de instrução elementar e que houve a circulação do saber devido à existência de uma biblioteca posta nesses inventários. Outro exemplo é a obra *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, de Laurentino Gomes (2009), na qual o pesquisador citou Nireu Cavalcanti, que descobriu, também, por meio dos inventários, como era praticada a medicina no Rio de Janeiro no século XIX.

Temos ainda, como outro exemplo, José de Alcântara Machado (1980), na obra *Vida e morte do bandeirante*, em que desvendou como era a vida de uma sociedade pouco conhecida, a dos bandeirantes, e reconstituiu o cotidiano das primeiras famílias paulistas, com as informações disponíveis nos inventários. O autor afirma que: “completos e minuciosos os inventários constituem depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial” (MACHADO, 1980. p. 34). Deste modo, os inventários são ricos em testemunhos históricos do passado, podendo apresentar uma gama de elementos para recompor os tempos remotos, sendo indubitavelmente ferramentas preciosas nas mãos de pesquisadores.

Esta pesquisa está inserida no âmbito da História da Educação, mesmo não sendo prenotada nas práticas educativas e no contexto escolar. Pois as práticas cotidianas, o surgimento de novos aprendizados, o interesse por exercícios de algo novo, um modo de vida e, principalmente, a transmissão desses saberes dentro de um grupo social e fora do contexto escolar, tudo isso é educação. Como bem afirma Brandão (2007. p. 4), ao salientar que “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece [...]; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor [...] não é o seu único praticante”. Para Brandão (2007), as trocas sociais em qualquer grupo, por mais simples que sejam, desde que se socializem as crianças e adolescentes por meio de treinamento, estimulação e observação, são práticas pedagógicas. Em relação aos aprendizes, a prática, a repetição e as advertências dos que já sabem conduzem o corpo ao hábito, ao saber e ao desenvolvimento de habilidades, além de correções interpessoais de condutas erradas e transmissão dos valores morais.

Lopes e Galvão (2009), assim como Brandão (2007), também comungam da perspectiva de que a educação não está apenas pautada nos espaços escolares e nunca esteve restrita à escola. As autoras pontuaram que:

A educação nunca se restringiu à escola. Práticas educativas ocorrem também fora dessa instituição, às vezes com maior força do que se considera. A cidade, o trabalho, o lazer, os movimentos sociais, a família e as igrejas tinham – e continuam tendo – um enorme poder de inserir as pessoas em mundos culturais específicos. (LOPES, GALVÃO, 2009, p. 19).

Indubitavelmente, a educação está presente em todos os grupos sociais e em todos os lugares, mesmo onde não há escola, ou em qualquer modelo de ensino formal, há educação. A educação existe onde há transferência de saberes e conhecimentos; existe na relação entre o ensinar/aprender, independentemente de formação profissional; existe nos ensinamentos passados de uma geração à outra, na cabeça das pessoas e no sistema de ideias dos mais diversos grupos sociais, sendo complexo sumariar o que é educação, devido ao seu sentido amplo e abrangente. Desta forma, analisar quando e como irá surgir a preocupação com limpeza no cuidado com o corpo em Sergipe, nos primeiros anos do século XIX, conforme os autores acima citados, é uma forma de educação.

Tendo em vista o que foi dito e sob o aporte teórico da História Cultural, construí a seguinte indagação: como construir uma realidade social, aquela proposta por Chartier (2002), quando nos alerta como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler? (CHARTIER, 2002. p. 16-17). Sob a lente de Chartier, respondo: por meio de esquemas intelectuais de classificações, divisões e delimitações que orientam a apreciação do mundo social, possibilitando registrar as práticas culturais cotidianas, que dão sentido à história cultural do social, envoltas nas relações entre os indivíduos, da sociabilidade, dos modos de ser, agir e se manifestar para o alcance de um fim. Deste modo, o pesquisador precisa manusear as técnicas de análises, lendo os documentos e organizando as fontes, pois, conforme Chartier (2002), a História Cultural é compreendida como estudo dos processos pelos quais as coisas passam a adquirir um sentido. É deste modo que entendo a proposta do trabalho e assim, tendo em vista tais observações e procurando atingir os objetivos desta pesquisa, é importante considerar não só a coleta de dados, mas todas as demais informações retiradas da

documentação e toda bibliografia consultada, para alcançar compreensão dos meus objetivos.

Esta pesquisa foi embasada a partir de dois conceitos: civilização, de Norbert Elias (1994), e família, de Vera Santos (2011). Para Norbert Elias (1994), é por intermédio da história e dos seus processos históricos que se dá a ideia de civilização, em que os indivíduos são resultados da sociedade e, em contrapartida, esta é formada por configurações desses indivíduos, ou seja, pelas relações de interdependência um do outro. O autor define civilização como:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que pode descrever como civilização. (ELIAS, 1994, p. 23).

Fundamentado no conceito de civilização de Norbert Elias (1994), considero as possíveis relações entre a ideia de civilidade e as mudanças dos hábitos cotidianos que envolvem as práticas de higiene (objeto deste estudo). A análise consiste, basicamente, na observação dos detalhes da vida no dia a dia da sociedade oitocentista, numa perspectiva de mudança social, bem como na apreciação dos materiais de higiene postos nos inventários judiciais. A ideia de civilização, de Elias (1994), é um importante instrumento teórico para compreensão dos fenômenos sociais, estabelecendo sempre a relação entre indivíduo e sociedade dentro do processo histórico, com um olhar para as transformações, tanto sobre as estruturas da sociedade, quanto os comportamentos dos indivíduos e suas relações interpessoais.

Desta forma, civilização é um conceito importante para compreender uma realidade social e o seu processo de mudança. Assim, busco entender como a noção do cuidado com o corpo no início do século XIX vai aparecendo na sociedade sergipana. É importante lembrar que essa ideia de civilização tem sua origem na Europa, ou, como o autor pontua, na sociedade ocidental, na qual cada sociedade tem seus hábitos e tradições próprias. Norbert Elias (1994) salientou que civilização não tem o mesmo significado para as diferentes nações ocidentais, até mesmo no

emprego da palavra “civilização” para ingleses e franceses e *Kultur*⁷ para os alemães.

O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro. O conceito francês e inglês de civilização pode se referir às realizações, mas também a atitudes ou “comportamentos” de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. [...] o conceito de *Kultur* encontra sua expressão mais clara em seu derivado, o adjetivo *Kulturell*, que descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa. Esta palavra, o conceito inerente à *Kulturell*, porém, não pode ser traduzido exatamente para o francês e o inglês (ELIAS, 1994, p. 24).

Contudo, sigo com o conceito de civilização francês e inglês, não somente por apresentar aspectos relevantes nas estruturas da sociedade, como fatos políticos, econômicos, religiosos e técnicos, além das estruturas no comportamento moral e social dos indivíduos que a compõem; mas também por apresentar as mudanças, processos e resultados sobre algo que está em movimento, diferentemente do alemão, para o qual pouco importa se os comportamentos das pessoas realizaram ou não algo na sociedade, conforme as observações de Norbert Elias (1994).

Outro conceito a ser discutido é o de família, de Vera Santos (2011). Inicialmente, havia adotado o conceito de família, de Jurandir Costa (1999), isso por trabalhar o mesmo século do referido autor. Costa (1999) salienta que a organização da família brasileira só foi possível graças aos privilégios que Portugal passou a dar aos senhores rurais da Colônia, os quais passaram a acumular poder, e a família rural latifundiária foi ganhando espaço social com suas representações, direitos, deveres e finalidades, pois, “no Brasil Colônia, família passou a ser sinônimo de organização familiar latifundiária” (COSTA, 1999. p. 37). Ou seja, as famílias foram constituídas, tendo como exemplo a família dos grandes senhores detentores de terras. No período colonial, conforme o autor, a família rural consolidou-se com a

⁷ Para os alemães “*Zivilisation* significa algo de fato útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*.” (ELIAS, 1994. p. 24).

cidade, surgindo uma cidade familiar com um universo físico, político e espiritual, e essa passa a criar mecanismos de vinculação entre seus membros:

O primeiro foi a auto-referência. Os interesses do grupo e da propriedade excluía a possibilidade de que os membros da família orientassem suas condutas, desejos e aspirações em função de outros parâmetros. Girando em torno da autopreservação, a família funcionava como um bloco voltado exclusivamente para o clã. Essa polarização autodirigida gerou uma introversão social prejudicial aos interesses do Estado. A família não formava cidadãos, e sim parentes. O segundo mecanismo de vinculação entre os membros da família colonial era a dependência do pai. O pai, chefe do clã, concentrava as funções militares, empresariais e afetivas, como exigia a estrutura social da Colônia. Voltado ele próprio para a defesa da propriedade e da família, conduzia, com mão de ferro, os projetos e anseios do grupo. Seu desejo e seu nome davam unidade às aspirações dos indivíduos. Havia quase um vácuo de interesses próprios no restante dos membros. O desejo correto era o desejo do pai; o interesse justo era o da manutenção do patrimônio. (COSTA, 1999, p. 46-47).

Ambos os mecanismos seguindo o modelo da família portuguesa colonizadora. Entretanto, recorri ao conceito de família de Santos (2011), apesar de trabalhar com o século XVIII, pois foi o que mais se aproximou da realidade da minha pesquisa. A pesquisadora, além de trabalhar a Capitania de Sergipe Del Rey, compreendeu que a família sergipana, além de seguir o modelo da família portuguesa, em que o pai detinha o poder – que por sua vez era sustentado pela moral religiosa – sobre todos os integrantes da família, os quais deviam obediência ao senhor patriarcal, concluiu, ainda, que tal conceito vai além desta compreensão, ao entender que:

[...] O significado de família leva em conta não somente a consanguinidade, mas os tipos de relações familiares adquiridos no decorrer da vida. Os aliados não eram membros do núcleo familiar consanguíneo, mas viviam sob o mesmo teto, como genros, cunhados, afilhados, além de escravos. O importante é entender que todos esses moradores estavam submetidos ao pátrio poder ou pátrio domínio, o que caracterizava a família patriarcal naquele tempo. Assim, a família, no período colonial, envolvia o núcleo consanguíneo e os aliados que iam se agregando àquele núcleo. (SANTOS, 2011, p. 149).

Desta forma, ambos revelam relações sociais e familiares organizadas segundo o padrão português, entretanto, Santos (2011) consegue abranger as

dimensões do que de fato representava a família nesse período. Acrescentando parentes, aliados e agregados consanguíneos ou não, que iam se juntando ao núcleo familiar, no qual todos eram regidos pelo domínio do pátrio poder exercido sempre pela figura masculina, ou seja, o pai. Assim, com as leituras dos documentos, foi possível notar que as famílias, as quais analiso, eram heterogêneas, devido à quantidade e variedade dos seus bens postos nos inventários. Foi por este motivo, também, que abracei a categoria “posses”, discutida por Santos (2011) “[...] como um conjunto de bens herdados ou adquiridos com o direito de propriedade ou outros” (SANTOS, 2011, p. 25-26). Ou seja, ter posses era ter bens, era sinônimo de poder. Deste modo, o conceito de família e a categoria posses trabalhados por Santos (2011) serviram de fundamental importância para a compressão e concepção da categoria “família de posses” criada por mim, para classificar e me referir a essas famílias.

Em relação à discussão teórica a respeito do tema da pesquisa, existem muitos trabalhos sobre o período estudado, porém, o tema proposto, aqui, ainda carece de aprofundamento. As obras consultadas nos ajudaram a compreender as transformações ocorridas no Brasil ao longo do século XIX, de uma forma geral. Mas ressalto que tais obras foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, mesmo não trabalhando especificamente o tema proposto, elas me ajudaram a entender o cenário da época, a partir da chegada da família real no Brasil, em 1808.

Outros autores me serviram para encorpar a discussão sobre o contexto à época, a exemplo de Gomes (2009), que foi importante para compreender como a vinda da família real desencadeou a disseminação de novos hábitos e costumes a serem seguidos pela população, sendo ela responsável por grandes transformações nas mais diversas esferas da sociedade, como saneamento básico, transporte, arquitetura, economia, política, comunicação, cultura, educação, saúde e costumes. Antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, na visão de Gomes (2009), os problemas eram inúmeros, a sujeira, a preguiça, o modo de se vestir e a falta de bons costumes dos moradores eram corriqueiros nessa sociedade e só aumentavam dia a dia. Isso devido ao crescimento da população, ocasionado pelo aumento do tráfico negreiro para a extração do ouro e a produção de cana de açúcar.

Gomes (2009) encorpa a discussão sobre a chegada da Corte Imperial portuguesa em 1808 no Rio de Janeiro, pois ajudou a entender como uma série de mudanças na Colônia começou a ocorrer, partindo da abertura dos portos no Rio de Janeiro, facilitando o surgimento de inúmeras indústrias e, conseqüentemente, a abertura de novas estradas, com o intuito de facilitar o comércio e a comunicação. Na educação, foi introduzido o ensino superior e, na tentativa de instruir traços de refinamento e reverter o cenário da Colônia, D. João VI também contratou, conforme Gomes (2009), a Missão Artística Francesa⁸, em Paris, trazendo diversos artistas e profissionais franceses das mais diversas áreas, custeando passagens e pagando pensões para que permanecessem no Brasil e criassem uma academia de artes e ciências. Apesar do projeto não ter vingado, muita coisa mudou depois deste feito.

Gomes (2009) ainda nos mostra que a presença desses artistas e profissionais franceses proporcionou, na Colônia, influências nos campos das artes, arquitetura, cultura e comércio. Lojas passaram a comercializar cosméticos, mobília, acessórios, vinhos, entre outros produtos vindos diretamente de Paris, induzindo, de certa forma, um refinamento nos hábitos atrasados da Colônia. Entretanto, como já salientado, antes da chegada da Missão Artística no Brasil, o número de habitantes havia dobrado com a chegada da Corte, devido às imigrações de povos estrangeiros (franceses, espanhóis e ingleses), os quais formaram uma classe média de profissionais qualificados, a exemplo de artesãos, conforme Fausto (1995). Este autor expõe que esse período ficou marcado pelo acesso aos livros e uma circulação de ideias que mudaria a feição da Colônia (FAUSTO, 1995. p. 127), e comunga com Gomes (2009), ao salientar, também, sobre a contratação de tal “Missão”.

Del Priore (2016) foi de fundamental importância, pois ela também nos fez entender que a transferência da Corte em 1808 aumentou cada vez mais o número de habitantes, devido às imigrações espanholas, francesas e inglesas. Gomes

⁸ Devido a esse pressuposto, D. João VI mandou buscar A Missão Artística Francesa em Paris, conforme Gomes (2009) e Fausto (1995). Chegando ao Brasil em 1816, com diversos artistas e profissionais das mais variadas áreas na intenção de criar uma academia de belas-artes na colônia. Tal feito é considerado por alguns autores como uma relevante importação cultural para época. Mas a academia só foi criada em 1826 quando D. João VI não estava mais no Brasil de acordo com Farias (2009). Mary Del Priore (2016), Lima (1908), Venâncio e Del Priore (2010) citaram em seus trabalhos a vinda da famosa missão francesa e sua importância para o referido período, mas, no entanto, não esboçaram com detalhes, seguindo desse mesmo modo Gomes (2009), Fausto (1995) e Farias (2009). Contudo, autores como Lilian Schwarcz (2008) e Lucas Nunes (2015) trouxeram uma discussão acerca da tal missão artística francesa, desmistificando-a dentro dos moldes de como ela é tratada na historiografia brasileira.

(2009) e Del Priore (2016) se fizeram presentes neste trabalho porque traçaram um perfil da cidade da época: comentaram os costumes e relataram que as casas eram feias e imundas, ratos infestavam o interior das moradias de chão batido e paredes amareladas, não havia nenhum tipo de limpeza; por não existirem fossas sanitárias, os dejetos eram recolhidos e transportados em tonéis, por escravos, e despejados ao mar. As refeições eram feitas em qualquer lugar da casa, as crianças no chão e mulheres sentadas com pratos sobre as pernas; os homens se apoiavam em uma espécie de mesa feita com tábuas e cavaletes, apenas eles usavam talher, mulheres e crianças se serviam com os dedos; não tinham preocupação com os cuidados dos alimentos, andavam apenas de chinelos e roupas leves e curtas.

Os autores acima citados se referiram ao Rio de Janeiro como uma sociedade agitada e barulhenta, repleta de movimentação de escravos, comerciantes ambulantes, carroças de boi, ranger de correntes, gritos de papagaios, sinos e tiros de canhões a todo momento. Esses ajudaram a compreender que todo esse cenário e o modo como vivia essa população culminaram no surgimento de inúmeras enfermidades nesse período, principalmente de pele. Além disso, salientaram que mesmo identificadas as moléstias que acometiam a cidade, combatê-las com eficiência ainda era um feito a ser realizado, pois a medicina era feita de forma elementar por barbeiros, curandeiros, boticários, pajés, padres e curiosos (GOMES, 2009. p. 150). Aliás:

Até as primeiras décadas do século XIX, “da higiene pública incumbiam-se as águas da chuva, os raios de sol e os diligentes urubus”, resumiu Capistrano de Abreu. As relações com a higiene e o pudor refletem como os processos civilizatórios modelaram gradualmente as sensações corporais, aumentando seu refinamento, desenrolando suas sutilezas. E, na observação da falta delas, nada escapou aos viajantes. Pelo buraco da fechadura, eles viam os brasileiros ainda bem longe das “boas maneiras”. (DEL PRIORE, 2016, p. 266).

Neste sentido, outra referência significativa, neste estudo, foi Gondra (2004), ao afirmar que, nesse período setecentista, havia uma grande necessidade de formação local de nível superior, com intuito de fornecer, ao país, não só médicos, mas engenheiros e advogados também. Além disso, toda a Colônia necessitava de mudanças imediatas, principalmente, de ordem higiênica, como bem pontuou a citação acima.

O olhar de Vasconcelos e Lote (2016) nos ajudou a perceber que no século XIX houve uma grande presença de mulheres alemãs, francesas, suíças, inglesas e austríacas, que vieram para o Brasil trabalhar como preceptoras nas casas senhoriais, ofício esboçado no país desde a segunda metade do século XVIII. As autoras ainda nos lembram que o ofício de ensinar nas casas não estava restrito somente às mulheres e às estrangeiras, homens e mulheres brasileiras também exerciam esta ocupação, tendo sempre a França como principal modelo. E salientam que esses profissionais não estavam encarregados apenas do ensino de matérias, mas residiam na casa e eram enquadrados nas atividades cotidianas.

Convém ressaltar que o uso de Vasconcelos e Lote (2016), neste trabalho, deu-se por mostrar quanto a esses profissionais, mesmo contratados para acompanhar a instrução de desenvolvimento intelectual e moral das crianças da elite no Brasil, para uma função social, que essas preceptoras foram agentes importantes na educação e na disseminação de bons costumes e hábitos de higiene na Colônia, ao adentrarem nas residências e passarem a intervir no cotidiano de suas tuteladas. Vasconcelos e Lote (2016) salientam que a presença dessas preceptoras é frequente nos anos oitocentistas, isso devido ao grande número de anúncios de jornais, por meio dos quais elas ofereciam seus serviços. Porém, segundo Albuquerque:

Apesar da referida abundância de fontes, são exíguos os estudos relativos à participação de preceptoras estrangeiras na formação educacional das elites brasileiras no século XIX. Os manuais de história da educação, extremamente lacunares no que diz respeito ao tema, atestam o desinteresse dos estudiosos pela educação não-institucionalizada. Em Sergipe, tal abordagem praticamente inexistente, posto que, além de remeter a uma época relativamente distante, nossa historiografia da educação constitui um terreno com muito por desbravar. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 147-148).

Neste sentido, por meio de uma pesquisa bibliográfica, não encontrei trabalhos com a mesma abordagem no estado de Sergipe, talvez por remeter também a uma época distante, tornando-se, assim, um terreno a ser desbravado. O uso de Albuquerque (2005) foi importante, para que possa entender que, em Sergipe, assim como no restante da Colônia, os serviços de preceptoria passam de certa forma despercebidos na historiografia educacional brasileira, e para chegar à

conclusão que esses profissionais foram agentes disseminadores de hábitos e costumes, ao conviverem e entrarem nas casas de seus tutelados.

No que se refere, ainda, à discussão sobre Sergipe, alguns trabalhos se aproximam da temática proposta. Um deles foi a dissertação de mestrado intitulada *Educação, hygiene e saúde: “história natural e hygiene geral e escolar” na Escola Normal de Sergipe (1879-1930)*, de Angela Barros (2016), em que a autora analisou a cadeira de História Natural e Hygiene Geral e Escolar na Escola Normal de Sergipe, bem como a gênese do ensino da higiene no Brasil e em Sergipe, com destaque aos conteúdos para o ensino de higiene escritos por médicos na instrução primária nos anos iniciais do século XX, além da influência médico-higienista no contexto educacional sergipano no recorte temporal (BARROS, 2016).

Em Sergipe, como visto em outras localidades, no período de transição entre o Império Brasileiro e a República, mais precisamente entre os anos de 1879 a 1930, que são os anos que demarcam temporalmente este trabalho. Identifica-se a ocorrência de mudanças no contexto educacional que visavam atender à normatização imperial, regulamentada pela reforma Leôncio de Carvalho⁹ (1879) que determinava o ensino de higiene no currículo de formação dos professores. Este novo passo representou a inclusão de novos sujeitos na defesa das noções de higiene e foi importante aquisição no funcionamento das normas de higiene que doravante deveriam fazer parte do cotidiano da população, tomando a educação como meio divulgador mais propício. (BARROS, 2016, p. 33).

Barros (2016) concluiu que não era mais possível os médicos atenderem e ensinarem, ao mesmo tempo, os devidos cuidados com a higiene para evitar as moléstias, que acometiam a população da época. Sendo assim, esses médicos viram na educação um meio de propagação em massa, como já acontecia em outras localidades do país. A autora afirmou, ainda, que foi graças às reformas de Leôncio de Carvalho, em 1879, que o ensino de higiene integrou o programa na Escola Normal.

Os outros estudos encontrados, que têm uma proximidade com a temática desta pesquisa, foram três artigos científicos publicados em anais e eventos e uma dissertação. Apesar da dissertação e dos artigos aqui citados, com temas relativamente próximos, é importante lembrar que esta pesquisa não tem por

⁹ Em todo o texto o ilustre é citado diversas vezes sobre suas grandes reformas com apoio à disciplina de higiene. Entretanto, não encontrei fragmentos no texto que falem de quem se trata a personalidade.

objetivo levantar uma discussão ou uma análise sobre o movimento higienista¹⁰. O primeiro artigo foi *Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República*, de Crislaine Azevedo (2008), com uma análise das iniciativas do Estado, no início do século XX, voltadas para a higienização da sociedade sergipana e suas consequências sobre a escolarização, com marco temporal de 1889 a 1930 (AZEVEDO, 2008).

O segundo artigo encontrado foi *Saneamento e higiene como signo de uma urbs moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju*, de Sidney Lima (2004), cujo o autor investigou como a concepção tecnicista de higienização e rígido planejamento do espaço urbano e os ideais de modernidade nortearam a evolução urbana de Aracaju durante as primeiras décadas do século XX, a partir de 1855 (LIMA, 2004). E o terceiro e último artigo foi sobre *Histórias do corpo e da água em Aracaju (1871-1875)*, das autoras Priscila Figueiredo e Marilda Pereira (2012), problematizando a história do corpo e da água em Aracaju de 1871 a 1875, o que resultou no levantamento das práticas relativas às doenças, ao divertimento e à higiene, aliadas ao modelo de civilidade pretendido ao corpo (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2012).

A dissertação de Azevedo (2008), assim como Barros (2016), salientou sobre assuntos concernentes à higiene na educação escolar dentro dos moldes nacionais no século XIX, com participação efetiva de médicos na vida pública e privada:

Os assuntos relativos à Higiene e à educação escolar figuram como um dos aspectos tratados no Brasil ainda no século XIX, como bem demonstram os escritos de Rui Barbosa, que geraram uma contribuição para o pensar sobre um sistema educacional na República. [...] A medicina social no Brasil, como na Europa, foi disseminada no processo de construção do Estado. Na Primeira República, no entanto, ela passa a ser aplicada mais sistematicamente. Os médicos, visando realizar uma intervenção social e, por conseguinte, construir uma identidade profissional, organizaram associações, fundaram faculdades, mantiveram intercâmbio com médicos europeus, criaram periódicos especializados e atuaram na vida pública implementando grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados e combatendo as epidemias e as doenças que afligiam a população. Em Sergipe, em 1893 o seu Presidente faz publicar regulamentação para o serviço de higiene pública ao instituir o Regulamento do Serviço Sanitário do

¹⁰ “O higienismo foi um movimento iniciado na Europa que intensificou-se no final século XIX e início de século XX, chegou ao Brasil, mediante reapropriações e reinterpretações, um novo ideal, com a preocupação central na saúde. Chamado de ‘movimento higienista’ (SOARES, 1990) ou ‘movimento sanitaria’ (HOCHMAN, 1998 apud BARROS, 2016, p. 34).

Estado, datado de 30 de novembro de 1892. No documento oficial tratava-se do Serviço de Higiene – Inspetoria e atribuições do Inspetor e dos Delegados de Higiene; normatizava o exercício da Medicina, de Farmácia, de Obstetrícia e da Odontologia, e o funcionamento de drogarias e lojas de instrumentos cirúrgicos e, por fim, tratava da competência da então instituída Polícia Sanitária. O serviço sanitário em Sergipe, a cargo da Inspetoria de Higiene, situava-se na capital – Aracaju e tinha como objetivos, a execução do Regulamento de 1893 e o estudo de todos os assuntos relativos à saúde pública. A inspetoria formada pelo Inspetor, cargo de nomeação do Presidente do Estado, contava também com os delegados de higiene, propostos pelo Inspetor para cada um dos municípios sergipanos. (AZEVEDO, 2008, p. 1-2).

Deste modo, Azevedo (2008) concluiu que o Estado, por meio de regulamentos e fiscalização de inspetores e delegados de higiene da Polícia Sanitária e por meio da educação e obrigatoriedade de prestação de contas em relação às questões de higiene, fazia o seu papel de ordenar a sociedade. Entretanto, nem sempre acontecia desta forma. Lima (2004) discutiu, em seu trabalho, que o desenvolvimento de urbanização, com foco na capital sergipana Aracaju, em 1855, foi responsável “pelo desencadeamento do inchaço urbano desenfreado, das dificuldades de circulação e de uma intensa segregação social gerada pelo fato da população menos abastada não poder construir suas casas dentro do chamado ‘Quadrado de Pirro’¹¹ (LIMA, 2004, p. 182, grifo do autor), surgindo os bairros periféricos e desordenados em relação ao quadrado. Lima (2008) também pontua outros impasses relacionados à época da urbanização da capital sergipana, as áreas pantanosas e alagadiças favoreciam os surtos de epidemias como a cólera, que foram sendo “resolvidas” por meio de aterros.

Neste contexto, visando o desenvolvimento “sadio” e “civilizado” da cidade, as autoridades municipais legislaram um conjunto de disposições normalizadoras do espaço urbano, as quais também regulamentavam os costumes de seus cidadãos e usuários. A maior parte dos projetos de intervenção urbana daquela época esteve pautada numa concepção tecnicista de racionalização da malha urbana, tendo sido desenvolvidos em sua grande maioria por engenheiros sanitaristas e outros técnicos igualmente fundamentados nos conhecimentos de medicina da época e na crença de uma analogia entre a higienização do corpo e da cidade. Este novo ideal urbanístico adentra Aracaju nas primeiras décadas do século passado, tendo no bojo das políticas de melhoramentos urbanos o signo mais eloquente desse processo. Elemento característico dessas mudanças nas feições urbanas nas cidades

¹¹ Projeto urbanístico desenvolvido pelo engenheiro Basílio Pirro.

brasileiras, contexto da passagem do século XIX para o XX, e a grande influência das concepções de modernidade, salubridade e higienização do espaço urbano. Tais ideais ficavam claramente expressos na disposição e norteamento dos Códigos de Posturas Municipais. (LIMA, 2004, p. 183-184).

De acordo com Lima (2004), esses engenheiros sanitaristas não estavam preocupados apenas com a higienização da cidade, a população também tinha necessidade de cuidados higiênicos sobre o corpo, sendo a água o principal cume para tais cuidados. Em *Histórias do corpo e da água em Aracaju (1871-1875)*, as autoras salientam que a população tinha necessidade de água de boa qualidade para beber e para o banho, pois a água era de coloração avermelhada e fornecida aos menos favorecidos por uma canalização de bronze, sendo imprópria para o consumo, devido a isso, vendia-se e distribuía-se água em barris (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2012).

Quanto à higiene dos banhos, os estudos direcionam para hábitos de diferentes formatos da comunidade em geral: banhos pagos a proprietários de fontes espalhadas pela cidade variavam de acordo com o poder aquisitivo da população, pois a coleta de água se dava através de fontes que por sua vez era um negócio de boa rentabilidade. Os banhos públicos eram dispendiosos para os populares pelo seu alto custo (cerca de quarenta réis somente para banhar-se) e, se o banhista preferisse pagaria um pouco mais, cerca de sessenta réis e teria direito a receber um pedaço de sabão de alcatrão para lavar-se. [...] Os sujeitos mais favorecidos economicamente faziam usos de banhos em banheiros públicos bem diferentes, estes com água de melhor qualidade que as águas oferecidas pela cidade, com excelente aparência, pois sua decoração exuberante exibia até um retrato pintado a óleo que retrava mitos surgidos naquela época. A prática dos banhos públicos também significava rentabilidade para a Prefeitura, além da constituição do corpo envolto pelo luxo e pelas possíveis águas cristalinas dos então banheiros de luxos [...]. (FIGUEIREDO; PEREIRA, 2012, p. 440-441).

Dos quatro trabalhos apresentados, nenhum se enquadra no período desta pesquisa (1821 – 1838), e, dentre as temáticas, apenas os artigos de Lima (2004) e Figueiredo e Pereira (2012) discutem as questões de civilização e cuidado com o corpo que serão discutidas neste labor, referentes à primeira década do século XIX. As análises de toda bibliografia consultada foram úteis no desenvolvimento desta pesquisa, e, diante do exposto, posso afirmar que, até agora, não existiam estudos a respeito da higiene, em Sergipe, no início dos anos oitocentistas.

1.2 O método de trabalho

Sob a luz do Método Indiciário, segui as orientações de Carlo Ginzburg (1989b), baseando-se na análise de pequenas pistas. Carlo Ginzburg (1989b) sistematizou esse método por meio da análise das técnicas de investigação: ao examinar os pormenores mais negligenciáveis; analisando os indícios imperceptíveis para a maioria e penetrando em coisas concretas e ocultas por intermédio de elementos pouco notados ou despercebidos. Seguindo essas orientações e por meio das análises das técnicas e métodos de investigação do personagem de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes¹², e também de Giovanni Morelli¹³ e Sigmund Freud¹⁴, situado nos detalhes, nos sinais, nos dados, nos indícios que as fontes podem nos mostrar. Conforme as orientações do autor Carlo Ginzburg, que nos apresenta o “método Morelli”:

Os museus estão repletos de pinturas erroneamente atribuídas [...]. Portanto, distinguir as cópias das originais (embora imprescindível) é tarefa árdua. Para que isso possa ser feito, continua Morelli, não deveríamos concentrar a atenção nas características mais óbvias da pintura, pois estas poderiam ser facilmente imitadas [...] ao invés disso, deveríamos nos concentrar nos detalhes menores, em especial aqueles que apresentem menos significado [...] usando esse método, ele corrigiu cerca de uma dezena de autorias em algumas das principais galerias da Europa (GINZBURG, 1991, p. 90).

Esse método foi comentado e aplicado por Freud, que afirmou: “A meu ver, esse método de averiguação encontra-se estreitamente relacionado às técnicas da psicanálise” (GINZBURG, 1991, p. 95). Ou seja, que consiste na busca de questões no inconsciente, algo que foi esquecido ou deixado de lado, para a consciência do paciente, tentando, desta forma, solucionar o problema a partir desses traços irrelevantes, às vezes deslembrados ou guardados no inconsciente. Assim,

O próprio Freud nos responde: a preposição de um método interpretativo, baseado na apreensão de detalhes marginais e irrelevantes enquanto chaves reveladoras. Segundo esse método, minúcias em geral consideradas triviais e sem importância, “aquém da atenção”, fornecem a chave para as maiores conquistas do gênio humano. (GINZBURG, 1991, p. 97).

¹² Sherlock Holmes é um detetive ficcional criado pelo médico Sir Arthur Conan Doyle.

¹³ Giovanni Morelli era um crítico de arte italiano.

¹⁴ Sigmund Freud foi um médico neurologista criador da psicanálise.

Segundo Ginzburg (1991), Arthur Conan Doyle seguiu esses mesmos critérios e os empregou como característica do detetive Sherlock Holmes.

O especialista em arte e o detetive podem muito bem merecer uma comparação, cada qual fazendo descobertas a partir de pistas, despercebidas por outros: o autor, casos relacionados a crime; o outro a pinturas. Os exemplos da habilidade de Sherlock Holmes de interpretar pegadas, cinzas de cigarros e outros por menores são incontáveis e muito bem conhecidos (GINZBURG, 1991, p. 92).

Resumindo o que foi abordado até agora, em relação ao método indiciário, este evidencia-se nas descobertas científicas, nas investigações médicas e criminais, nas reconstituições históricas e nas interpretações de textos literários. Sendo todas essas técnicas de um único pensamento, denominado por Carlo Ginzburg (1989a) de modelo conjuntural, que se baseia na utilização de pistas aparentemente irrelevantes, tornando-as centrais para construção do conhecimento. Com as advertências do autor supracitado, é possível utilizar esse método dentro das mais diversas áreas. Amparado nas ideias de Carlo Ginzburg, examinei os pormenores mais negligenciáveis, analisei os indícios imperceptíveis para a maioria das pessoas, adentrei em coisas concretas e ocultas e percebi elementos pouco notados ou despercebidos.

Assim, submeti-me ao contato com os inventários, estes em sua maioria incompreensíveis, seja pela grafia ilegível ou escrita da época, seja pela corrosão e fragmentação do documento ou, até mesmo, por manchas de tinta da caneta utilizada para escrita. Com luvas, máscara, touca, jaleco e lenços, cuidadosamente fiz a limpeza deles, fotografando e digitalizando em seguida, para melhor examinar cada documento. Finalizada esta etapa, comecei a leitura dos inventários para colher os dados que iriam compor as fichas. Na busca por pistas, detalhes, registros, percorri as linhas e o que estava nas entrelinhas desses inventários, mas não foi uma tarefa fácil. Tempo, paciência e persistência foram de fundamental importância na análise dessa documentação. A escrita da época, a grafia, as diversas formas de escrever uma palavra, a separação de letras, os borrões e perfurações do papel, devido às traças e ao tempo, exigiam um olhar minucioso e concentrado, pois além de toda esta dificuldade, eu estava entrando em um universo totalmente desconhecido.

Deste modo, desenvolvi a pesquisa em 11 (onze) etapas:

1. Levantamento de leitura da bibliografia existente sobre o tema;
2. Levantamento de dados nos Catálogos dos Documentos Judiciais do Século XVIII de Sergipe/Inventários Judiciais das Comarcas de Porto da Folha (1751), Estância (1720), Maruim (1767) e São Cristóvão (1765) e o Catálogo da Comarca de Aracaju – volume I – Inventários dos séculos XIX (1811 – 1900);
3. Visitas aos arquivos em busca da documentação;
4. Fotografia dos inventários do século XIX de 1821 a 1831;
5. Digitalização dos inventários judiciais;
6. Leitura e transcrição dos inventários judiciais;
7. Elaboração de uma ficha para coleta de dados nos inventários;
8. Criação de um banco de dados;
9. Análise dos dados coletados;
10. Cruzamento da análise com o referencial teórico;
11. Elaboração do texto final.

Os 06 (seis) inventários analisados são originais e completos, três contendo testamentos, sendo eles: Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) (1821); Leandro José de Sirqueira (1833) e Antônio Manoel de Araujo (1838). Dois deles sem testamentos: José da Cruz Pereira (1830) e Serafim Joze de Oliveira (1837). Restando apenas o de Anna Francisca do Espirito Santo (1821), o qual diz que essa tinha testamento, porém, o mesmo documento diz que ela faleceu sem testamento algum. Todos alocados em Sergipe Del Rey, da seguinte forma: quatro em Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba, um em Aracaju e um em São Cristóvão.¹⁵

Destaco que em alguns documentos foi impossível identificar algumas informações contidas, devido às suas condições, como já evidenciados, assim, tais documentos estão marcados como *[ilegíveis]*. Sobressaio também que em determinados momentos respeitei a grafia da época, principalmente nos nomes das pessoas, no qual mantive a forma original.

¹⁵ O Cotinguiba, localização da Villa de Nossa Senhora do Socorro, “Ao longo do século XIX [...]. Essa região, à época, era composta pelas vilas de Capela, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, Divina Pastora, Japarutuba, Siriri, Riachuelo e as cidades de Laranjeiras e Maruim, assim como pela capital Aracaju, a qual foi elevada a essa categoria somente no ano de 1855.” (OLIVEIRA, 2015, p. 29). Essas regiões surgiram próximas às margens de rios, principalmente na do Rio Cotinguiba, nome que denominou a região, e cresceram entrelaçadas às culturas de criação de gado, culturas de subsistência, lavouras e roças, e à plantação de cana de açúcar. (NUNES, 2006).

Uma vez transcritos e analisados os dados obtidos, apresento esta dissertação em quatro capítulos. Na introdução, exponho a trajetória inicial da pesquisa e como esta foi desenvolvida.

A segunda seção, intitulada de “Iniciativas civilizatórias e o comportamento dos corpos no Rio de Janeiro e em Sergipe Del’ Rey”, tem por objetivo levantar uma discussão acerca dos hábitos, costumes e comportamentos na sociedade oitocentista do Brasil colonial com a chegada da Corte portuguesa, para identificar quando e como o cuidado com o corpo e comportamento começaram a ser desenvolvidos nesse período. Essa seção também faz um contraponto com Sergipe, tratando, também, do modo de vida e do comportamento das famílias de posses sergipanas. O referido capítulo teve, como suporte teórico, autores que desenvolveram pesquisas sobre a civilização brasileira, considerando sempre as relações entre Brasil e Portugal, e autores que desenvolveram pesquisas sobre Sergipe Del Rey. Além das fontes documentais, como já fora evidenciado, também os inventários judiciais sergipanos.

Na terceira seção, “Os indícios do cuidado com o corpo nos inventários judiciais sergipanos”, o objetivo é identificar quando começou a disseminação do cuidado com o corpo em Sergipe, na primeira metade no século XIX, devido à aparição dos primeiros objetos que denotam o uso de higiene pessoal. Nesse capítulo, foram identificados todos os objetos que denotam cuidado e asseio corporal, postos nos inventários judiciais e apresentados em uma tabela, que gerou uma discussão com as fontes bibliográficas. Além disso, foi traçado um perfil das famílias analisadas, detentoras desses objetos de higiene, postos nos inventários judiciais.

Nas considerações finais, destaco os resultados e as principais conclusões da pesquisa, fazendo uma análise se todos os objetivos foram alcançados, além de avaliar se o pressuposto anteriormente levantado foi confirmado. Concluo estendendo o convite para produções futuras sobre o referido tema.

2 INICIATIVAS CIVILIZATÓRIAS NO BRASIL E O COMPORTAMENTO DOS CORPOS NO RIO DE JANEIRO E EM SERGIPE DEL REY

Neste capítulo, discuto as iniciativas civilizatórias afloradas a partir da chegada da família real no Brasil e como tais iniciativas se disseminaram perante a população. Para obter êxito, este objetivo será desenvolvido em dois momentos. No primeiro, “Os hábitos e corpos pelas ruas e avenidas da Corte”, destaco o impacto da família real no dia a dia da cidade e na vida dos indivíduos; e no segundo momento, “O modo de vida e o comportamento das famílias de posses sergipanas”, destaco quem eram e como viviam essas famílias, a partir das relações dos bens apresentados na documentação.

As fontes, que deram suporte para a realização desse propósito, são as bibliográficas, de autores que desenvolveram pesquisas sobre a Corte portuguesa e Sergipe Del Rey, considerando, sempre, a relação entre Brasil e Portugal e fontes documentais, os inventários judiciais sergipanos do século XIX. Este capítulo também está embasado a partir do conceito de civilização de Norbert Elias (1994), sendo importante lembrar que este consiste na compreensão dos fenômenos sociais, no comportamento dos indivíduos, e nas suas relações interpessoais e, principalmente, nas possíveis relações entre a ideia de civilidade e as mudanças nos hábitos cotidianos. E, também, no conceito de família de Vera Santos (2011), que entende família como todos aqueles que estavam sobre o domínio do pátrio poder, independentemente de consanguinidade.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, adotei a categoria “famílias de posses”, a partir do entendimento de Santos (2011), ao trabalhar as mulheres de posses na Capitania de Sergipe Del Rey, no século XVIII, a autora mostrou que essas mulheres não viveram reclusas, que elas tiveram um papel importante na instrução dos seus filhos órfãos menores, que assumiram a função simbólica de pai e que foram de suma importância na perpetuação da linhagem. Embora a autora não tenha trabalhado a categoria “família de posses”, ela entendeu o conceito de família e de posses, que são de fundamental importância para esta discussão. Sobre o conceito de família, a citada pesquisadora aprendeu como fora citado na introdução:

[...] família leva em conta não somente a consanguinidade, mas os tipos de relações familiares adquiridos no decorrer da vida. Os aliados não eram membros do núcleo familiar consanguíneo, mas viviam sob o mesmo teto, como genros, cunhados, afilhados, além de escravos. O importante é entender que todos esses moradores estavam submetidos ao pátrio poder ou pátrio domínio, o que caracterizava a família patriarcal naquele tempo. Assim, a família, no período colonial, envolvia o núcleo consanguíneo e os aliados que iam se agregando àquele núcleo. (SANTOS, 2011, p. 149).

Deste modo, a autora discute ainda o conceito de família, percebendo-a dentro do padrão português, ou seja, como estava organizada a família da época, e como, a partir dela, as alianças matrimoniais, a criação e a educação dos filhos se efetivavam. Para a categoria “posses”, a autora, embasada nos dicionários setecentistas, definiu: “[...] como um conjunto de bens herdados ou adquiridos com o direito de propriedade ou outros” (SANTOS, 2011, p. 25-26). Ou seja, ter “posses” era o mesmo que ter bens, era conduta de dono ou exercício de poder inerentes ao domínio de algo. Então, partindo desses dois termos, o conceito de família e a categoria posses, criei a categoria de análise “família de posses”, que, reiterando da introdução, entendo como um núcleo familiar, consanguíneo ou não, que vivia sob o mesmo teto, sob uma única direção, comando ou poder patriarcal, dotado de bens ou patrimônio herdado. É esse o entendimento que adoto em relação à família de posses.

Assim, discorro a análise sobre essas famílias de posses da Capitania de Sergipe Del Rey, e, mesmo mostrando a face delas nesse período, não proponho, com esta investigação, discutir toda a sociedade oitocentista em suas diversas frações, mas sim elementos que estavam em torno dessas famílias. Como seus bens e a presença de utensílios e objetos que, de alguma forma, contribuíam com a ideia de cuidado e bons costumes para o corpo.

“Partida”, “fuga” ou “transferência”, seja qual for a nomenclatura usada pelos pesquisadores que se propuseram a tratar da chegada da família real no Brasil, todos são unânimes em reconhecer que a Corte portuguesa trouxe um conjunto de transformações que impulsionaram o desenvolvimento do novo território nas mais diversas esferas da sociedade. Neste capítulo, proponho suscitar uma discussão acerca dos hábitos, costumes e comportamentos da sociedade oitocentista do Brasil colonial com a chegada da Corte portuguesa, as razões que levaram a família real a vir para o Brasil e o seu impacto em terras coloniais, para ajudar a compreender

como ocorreram as transformações do século XIX e identificar como as noções de cuidado com o corpo começaram a ser desenvolvidas nesse período.

O referido capítulo não tem a intenção de reforçar a ideologia colonizadora de que éramos barbárie, conforme o olhar europeu. Muito menos a ideia de que civilização é um preceito do modelo europeu. Pois, Nobert Elias (1994) salienta que civilização é um processo e não uma coisa dada, processo esse de longa duração por qual passa toda a sociedade dentro do seu tempo. Logo, o homem europeu, que veio para a colônia, e todos os seus reis também estavam passando por modificações, o ser humano passa por modificações, por isso, eles também estavam passando por esse processo, todavia, o que não era igual a eles era não civilizado, segundo as suas concepções. Civilização é um processo, é pressuposta pela razão e pela ciência, não se resumindo ao educado e não-educado, ao limpo e ao sujo, mas de como e de que forma as transformações vêm acontecendo dentro da história no tempo e no espaço.

Assim, discuto, neste capítulo, os impactos e modificações que a transferência da Corte gerou na cidade do Rio de Janeiro, por meio de uma revisão literária de autores que trabalham com História do Brasil, fazendo um contraponto com a Capitania de Sergipe Del Rey, a partir das famílias de posses encontradas nos inventários judiciais sergipanos do século XIX.

2.1 Os hábitos e os corpos pelas ruas e avenidas da Corte

Mesmo antes de começar uma discussão a respeito da chegada da família real portuguesa no Brasil, é preciso entender seus motivos, pois sendo uma ação realizada às pressas, não foi decidida de última hora, como bem pontuou Laurentino Gomes (2009). O referido pesquisador expõe que D. João VI teria três opções: uma seria aceitar as pressões do Imperador da França, Napoleão Bonaparte, e aderir ao bloqueio continental (medida que previa o fechamento dos portos europeus com o intuito de enfraquecer a economia inglesa, que prejudicava os franceses, com seus produtos superfaturados); a outra opção seria aceitar a oferta da Inglaterra, sua principal parceira de negócios, e embarcar para o Brasil, levando junto a família real, onde acabariam não participando do bloqueio; e a última seria ficar e enfrentar o exército napoleônico, opção esta que fora descartada, uma vez que Portugal não tinha tropas suficientes para tal feito (GOMES, 2009).

Sob a proteção e amparo dos ingleses, a família real embarcou para o Brasil e, assim, a transferência da Corte aconteceu em poucos dias e com muita confusão no embarque, diversos problemas durante a viagem, como falta alimentos, de água e de higiene. Pois não embarcou somente a família real, entre eles estavam ministros, juizes, funcionários, patentes do exército, entre outros. Farias (2009) destacou que o dia da partida foi um verdadeiro caos, assim como a viagem. Este autor concorda com Gomes (2009) ao afirmar que “embora executada às pressas e com tropelias e hesitações, a vinda da família real portuguesa foi uma ação pensada, e não uma decisão de última hora” (FARIAS, 2009, p. 18). E nos mostrou, ainda, que tal ideia não começou a ser pensada a partir das pressões do Imperador francês.

Conforme Farias (2009), a vinda da Corte portuguesa ao Brasil foi planejada, não foi uma decisão nova imposta pelo medo das tropas napoleônicas. Como bem pontuam Venancio e Del Priore (2010. p. 110), “embora o embarque tenha sido atropelado, a decisão de atravessar o Atlântico não foi imposta pelo pânico. Havia muito se estudava essa possibilidade”. Pois, para estes autores, a transferência da Corte para o Brasil tratou-se de um projeto, como também coloca o historiador Light (2013). Este enfatiza o interesse, a preparação e o empenho da Inglaterra em oferecer proteção à Coroa portuguesa, diante de tal grande feito, que foi a vinda da família real para o Brasil, uma vez que Portugal era um país que vivia sempre pressionado pelos interesses de seus vizinhos mais poderosos, como conclui Gomes (2009).

No dia do embarque, Farias (2009) salientou que, além da grande quantidade de pessoas, havia inúmeras caixas, baús, arcas, documentos, tesouros e os diversos livros da Biblioteca Real que dificultavam a locomoção, isso sem contar a confusão e o desespero causado pela população de Lisboa, ao perceber que a Corte estava fugindo, “o povo de Lisboa manifestava com lágrimas, dor e desolação seu sentimento diante da partida do príncipe. Mas, ao aportar na Bahia, não era um refugiado que chegava, e sim o chefe de um Estado nacional em funções que resolveu migrar para cá” (VENANCIO; DEL PRIORE, 2010, p. 110). E mesmo dentro deste quadro caótico, a transferência da Corte havia dado certo quando “às 11h da manhã de 22 de janeiro de 1808, os navios ancoraram dentro da barra [...], mas ninguém apareceu. Era como se a Bahia simplesmente não tivesse se dado conta da chegada da família real” (GOMES, 2009. p. 101). A Corte ficou por pouco tempo

neste estado, mas decretou, ainda em terras baianas, a abertura dos portos, e se dirigiu mais tarde ao Rio de Janeiro, cidade escolhida como sede da monarquia lusitana.

É importante ressaltar que, como bem pontua Light (2013), os livros embarcados da Biblioteca Real seriam mais tarde a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com um papel importante na circulação do saber no período colonial. Tal ação mostrou-nos que D. João VI tinha uma preocupação com o conhecimento, com as artes e a ciência, comprovada com algumas medidas: instalação da Biblioteca Real e do Jardim Botânico; introdução do ensino leigo e superior; incentivo à educação formal, mesmo realizada fora do Brasil; “importação” cultural, com a vinda de diversos artistas das mais diversas áreas, a exemplo de músicos, pintores, atores, escritores, entre outros; além de diversos cientistas, naturalistas e viajantes estrangeiros. Esses, aos poucos, foram tentando dar à cidade do Rio de Janeiro um ar europeu.

Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, deu-se início à transformação da cidade, que aconteceu paulatinamente. É importante frisar que essas transformações não se resumiram apenas aos espaços físicos da sociedade carioca, se deram também nos hábitos e costumes daquela época. A Corte portuguesa trouxe, não só para o Rio, mas para todas as cidades coloniais, um ar de mutação, de acordo com Del Priore (2016). Esta pesquisadora ainda pontuou que as misturas de gente, tradições e gestos eram intensas dentro da Colônia e que o número de imigrantes só se intensificou depois da chegada da Corte ao Brasil. A vida urbana e a rural passaram a ser um contraste, e o êxodo rural, nesse período, passou a ser frequente, pois cada vez mais as pessoas queriam estar perto da Coroa.

A vinda da Corte acelerou os batimentos cardíacos da cidade. A oferta de produtos, a circulação de pessoas, a multiplicação das artes e ofícios fizeram explodir as fronteiras entre espaços geográficos, mas também entre as fronteiras linguísticas e legais que a princípio separavam as comunidades. Longe da Corte amorfa que, segundo os livros de história, só a partir de 1850 e 1860 apresentaria mudanças significativas, o que se depreende das fontes é o cotidiano de uma cidade portuária viva, habitada por atores [...] eram eles os moradores de um ponto de encontro entre as quatro partes do mundo – aqui se encontravam europeus, africanos, asiáticos e brasileiros –, habitantes de um espaço onde a mobilidade era mais

importante do que a origem geográfica; eram, enfim, atores de uma precoce globalização [...] (DEL PRIORE, 2016, p. 189).

Assim como Cavalcante (2015), Del Priore (2016) também afirmou que tais mudanças aconteceram gradualmente e que foram ganhando força com o passar dos anos, tornando as cidades mais cosmopolitas, ou seja, “desprezando” as fronteiras geográficas impostas pela sociedade. Os números de estrangeiros aumentavam, o que trouxe novas palavras na língua escrita e falada, o dia a dia se modificava cada vez mais. Cavalcante (2015) reforçou que foi impactante o número de pessoas a se mudarem para o Brasil nos primeiros dois anos após a Corte ter sido instalada no Rio de Janeiro. O autor ainda avigorou que foram inúmeras e aceleradas as mudanças nos campos econômico, cultural e urbano na cidade do Rio e que esta transladação da Corte foi a maior grandiosidade política ocorrida na época.

Antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, no território brasileiro, as habitações eram feitas de barro (misturado ao esterco de vaca, o que afastava os insetos), madeira trançada e revestimento de folhas e palhas, o que dava uma durabilidade curta, com portas estreitas e ausência de cômodos. Em seu interior não havia móveis, era apenas uma esteira que servia de mesa, cama e cadeira, contando com um fogão à lenha, em muitos dos casos do lado de fora. Com o passar do tempo, os colonos foram se adequando, utilizando óleo de baleia na massa e cal retirada de conchas e corais marinhos. E aos poucos, as casas simples foram substituídas por casas mais ajeitadas, duráveis, feitas de pedras, cal e cobertas por telhas, conforme Del Priore (2016) e Cavalcante (2015).

A transferência apenas dá um impulso nas modificações. O cenário arquitetônico da Colônia vai ganhando corpo, os primeiros edifícios começam a ser feitos geralmente com dois pavimentos, o inferior ocupado por estabelecimentos comerciais e o superior aposentado pela família. “Depois da vinda de D. João VI, as casas já ganharam mais um ou dois andares” e “sete anos depois do desembarque, a cidade já tinha se transformado, graças a melhoramentos em toda a capital” (DEL PRIORE, 2016. p. 177). Mas antes, de acordo com diversos viajantes, a paisagem urbana do Rio de Janeiro era composta por vilas e cidades que não passavam de pequenos burgos, cortados por ruas estreitas, e casas sem ornamentações decorativas (VENANCIO; DEL PRIORE, 2010). Eram apertadas umas às outras, e,

com a chegada da Corte, o número de vivendas aumentaria cada vez mais, ademais, em seu interior encontrava-se outro cenário.

“Vistas de fora, as casas têm a mesma aparência de limpeza que observamos nas residências dos melhores vilarejos da Inglaterra”, relatou em 1803 o oficial da Marinha britânica James Tuckey. “A boa impressão, contudo, desvanece à medida que nos aproximamos. Logo que se metem os pés para dentro, constata-se que a limpeza não passa de um efeito da cal que reveste as paredes exteriores e que, nos interiores, habitam a sujeira e a preguiça. As ruas, apesar de retas e regulares, são sujas e estreitas, ao ponto de o balcão de uma casa quase se encostar com o da casa em frente”. “A limpeza da cidade estava confiada aos urubus”, escreveu o historiador Oliveira de Lima. Alexander Caldcleugh, um estrangeiro que viajou pelo Brasil entre 1819 e 1821, ficou impressionado com o número de ratos que infestavam a cidade e seus arredores. “Muitas das melhores casas estão de tal forma repletas deles que durante o jantar não é incomum vê-los passando pela sala”, afirmou. (GOMES, 2009, p. 143-144).

Del Priore (2016) também salientou que a maioria das casas não tinham limpeza, corroborando com o pensamento europeu, que animais infestavam as ruas e o interior das residências, que as pessoas não se preocupavam com o lixo ou dejetos, aqueles, jogados porta afora, e estes, jogados ao mar. Entretanto, tais comportamentos não significam dizer e julgar que os colonos eram imundos ou incivilizados, pois de acordo com Nobeit Elias (1994), o processo civilizador pode ser entendido como um processo de transformação de longo prazo nas estruturas, tanto de personalidade quanto de comportamentos. Elias (1994) explana como determinadas práticas comuns, em um dado momento da história, se transformavam em práticas espantosas em outro momento e em práticas indescritíveis em um outro.

A pesquisadora Del Priore (2016) também explanou sobre as ruas, que eram estreitas, porém alinhadas, e formavam um complexo de travessas, becos e vielas. O número de habitações aumentou gradativamente, isso devido ao crescimento da população, ocasionado pelo tráfico negreiro que se intensificou por causa da crescente produção de cana-de-açúcar e pela procura e extração do ouro (DEL PRIORE, 2016). Com a transferência da Corte, a população do Rio de Janeiro aumentou de forma vertiginosa, devido, também, às imigrações de estrangeiros vindos do continente europeu, entre eles, franceses, portugueses, espanhóis, ingleses e outros. Conforme Farias (2009), os grandes proprietários do interior e de outras capitanias do Brasil também se mudaram para a cidade desejando negociar e

morar mais próximo do Rei, dobrando assim o número de habitantes, estimando-se que a população do Rio tenha chegado a 100 mil pessoas, conforme esses autores.

Entretanto, Lima (1908) salientou que “é muito difícil calcular com exactidão a população de uma cidade como o Rio de Janeiro n’uma epocha em que não existiam estatísticas” (LIMA, 1908, p. 107), mas ele explana que o número tenha passado de 110 mil. Lima (1908) expõe, ainda, que a transferência da Corte deu ao Rio uma certa supremacia, consagrando-o como centro político e intelectual, e formando uma classe que, até então, não existia, a de burgueses ricos e de profissionais qualificados, os quais se familiarizavam com as ideias e coisas europeias e fortificavam o comércio local. Contudo, “os grandes proprietários ruraes de S. Paulo e Minas especialmente, viram-se naturalmente attrahidos pelo o brilho da côrte real e pela seducção das honras, títulos e dignidades de que alli se encontrava o manancial” (LIMA, 1908, p. 109). Indubitavelmente, havia um interesse por títulos, sendo este um dos motivos básicos pela procura de morada em terras fluminenses. Todavia,

Para D. João, era importante contar com o apoio das elites brasileiras a seu governo. Para tanto, distribuiu largamente títulos de nobreza: em apenas 8 anos, mais de 5 mil pessoas foram agraciadas com tais títulos. Estes, contudo, ao contrário dos da Europa, não eram hereditários nem traziam qualquer vantagem material. Ao contrário, ao ter um título honorífico de barão, visconde, etc., o “novo nobre” tinha que gastar mais para custear o *status*. Em geral, os beneficiados eram os elementos das elites coloniais (também foram homenageados políticos, magistrados, comerciantes, etc.) [...]. Na realidade, as honrarias eram apenas para agradar os beneficiados, que além de terem acesso aos círculos internos do poder, sentiam-se plenos e satisfação e tinham o dever de ser fiéis à Coroa. Em outras palavras, D. João “comprava” lealdade com títulos de nobreza. A nobreza vinda de Portugal com D. João, óbvio, não viu com bons olhos os “os novos nobres” e tentou, por meio da etiqueta e das tradições, diferenciar-se daquela “gente rude e de pele queimada”, como descreviam os brasileiros, mesmo os homens ricos. (FARIAS, 2009, p. 46-47).

Gomes (2009) nos mostrou que foram distribuídos inúmeros títulos de nobreza e esclareceu que o real apoio que a Coroa precisava era financeiro e político. Isso porque os títulos de nobreza eram comprados, conforme Del Priore (2016), por este motivo, a Coroa “distribuiu” essas honrarias aos moradores endinheirados da Colônia. Com as colocações de Farias (2009), é possível identificar a existência de duas nobrezas nesse período, uma identificada por ele

como “os novos nobres”, uma elite rica, mas desprovida de refinamento; e a outra sendo “a nobreza vinda de Portugal”, sem dinheiro, mas com educação e de gostos e hábitos apurados. “Os novos nobres”, por frequentarem os círculos da Coroa portuguesa, “procuravam agir no cotidiano tal qual ‘pessoas civilizadas’, como condiz uma corte” (FARIAS, 2009. p. 46), entretanto eram destituídos de prestígios pela nobreza portuguesa.

Laurentino Gomes (2009) também apontou a existência dessas “duas nobrezas” e expôs, ainda, que as suas vantagens e carências se completavam:

De um lado, havia uma Corte que se julgava no direito divino de mandar, governar, distribuir favores e privilégios, com a desvantagem de não ter dinheiro. De outro, uma Colônia que já era mais rica do que a metrópole, mas ainda não tinha educação, refinamento ou qualquer traço de nobreza. (GOMES, 2009, p. 176).

A nova Corte, assim chamada por Laurentino Gomes (2009), como já mencionado, tinha dinheiro, poder, títulos e inúmeras condecorações, no entanto, o Rio de Janeiro, mesmo sendo uma cidade endinheirada, era ao mesmo tempo uma cidade sem refinamento, sem bom gosto e sem sofisticação. Faltava luxo, elegância e esplendor (GOMES, 2009), sendo esta a forma como todos os viajantes se referiam ao Rio de Janeiro nesse período. Contudo, creio que o impacto das transformações que estavam ocorrendo na Colônia e o contato da nova burguesia com a Corte, devido às honrarias dada por D. João VI, facilitaram o acesso aos círculos internos do poder, fazendo com que surgisse este interesse de agir conforme a Corte portuguesa, gerando, conseqüentemente, as mudanças nos comportamentos nos novos nobres, pois, conforme Norbert Elias (1994, p. 161), os processos históricos geram modificações nos hábitos e moldam o comportamento humano. Porém, o referido autor deixou claro que o grau de mudança na vida das pessoas é algo que ainda precisa de uma análise mais profunda, e declarou que esses processos históricos e naturais, simultaneamente, mexem com a natureza humana, esses últimos na formação de sentimentos e na personalidade dos indivíduos.

Para Norbert Elias (1994), “ocorre uma espécie de movimento em duplo sentido: a burguesia é, por assim dizer, ‘acortesada’ e, a aristocracia, ‘aburguesada’, ou, para ser mais preciso, a burguesia é influenciada pelo comportamento da Corte e vice-versa” (ELIAS, 1994, p. 118). É importante frisar que esse movimento não

ocorreu na mesma intensidade, sendo, de acordo com o autor, essa influência mais fraca quando acontece debaixo para cima, ou seja, a Corte exercia uma maior influência. Em suma, todas essas relações e comportamento humano, bem como as mudanças e influências que aconteceram em torno das afinidades entre os indivíduos e a sociedade, tanto nas estruturas, quanto nas relações interpessoais e no comportamento dos indivíduos, fazem parte de um processo civilizador, que segundo Elias:

[...] Corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária pelo qual passa a humanidade. Começou nos primórdios do gênero humano e continua em marcha, com inúmeras vicissitudes no presente momento. Não há fim à vista. Só a direção é clara. Também nesse caso, a linguagem nos impele a usar conceitos que dão a ilusão de um estado final absoluto. Fala-se da antiga civilização egípcia ou da civilização francesa atual. A questão é saber se temos de nos submeter, e em que medida, a um uso empobrecido da língua. Não há sociedade ou indivíduos dos quais se possa dizer: "Eles são civilizados." Existem, contudo, critérios tangíveis por meio dos quais se pode verificar que algumas sociedades tornaram-se *mais* civilizadas, em certos aspectos, do que eram um século antes [...] O *processo* de civilização está relacionado à auto-regulação adquirida, imperativa para a sobrevivência do ser humano. Sem ela, as pessoas ficariam irremediavelmente sujeitas aos altos e baixos das próprias pulsões [*urges*] Paixões e emoções, que exigiriam satisfação imediata e causariam dor caso não fossem saciadas. (ELIAS, 2006, p. 36-37, grifo do autor).

Para Norbert Elias (2006), esse processo de autorregulação envolve uma forma de punição individual física e ao mesmo tempo psíquica em cada indivíduo, ambas envoltas da interiorização de cada um, geradas pelas proibições e regras de comportamento e aprendizagem.

Na ausência da auto-regulação, não se poderia, sem grande desconforto, adiar — conforme circunstâncias realistas — o aplacamento das pulsões nem modificar a direção da busca desse objetivo. Nessa situação, todos agiriam como crianças pequenas, sem condições de regular as pulsões e as paixões — ou seja, de se auto-regular — e igualmente incapazes, portanto, de viver permanentemente na companhia dos outros. O padrão de auto-regulação, tal qual a maneira como esse modelo se integra e se relaciona com as pulsões de determinada pessoa e com as daqueles que a rodeiam, muda segundo uma orientação definida no curso do desenvolvimento da humanidade. O conceito de civilização refere-se à direção desse processo. O fato de que haja uma direção discernível não significa, contudo, que se possa apontar-lhe um propósito ou objetivo. Trata-se, como se disse anteriormente, de um

caminhar não-planejado. Numa sociedade qualquer, as mudanças no sentido da civilização ou da descivilização podem se suceder umas às outras de forma variada. Num dado momento, podem se equilibrar; noutro, um desses rumos pode prevalecer. Até agora — numa perspectiva de longo prazo — as transformações civilizadoras mostraram-se predominantes. A explicação para a durabilidade da direção do processo civilizador humano requer mais pesquisas [...] (ELIAS, 2006, p. 36-37).

Deste modo, podemos afirmar que civilização é entendida como um processo sempre em andamento e que não devemos dizer que uma sociedade é civilizada ou que existem sociedades mais civilizadas do que outras. O processo de civilização está relacionado, conforme Norbert Elias (2006), a essa auto-regulação, definida por ele como “primitivas” e “civilizadas”, dentro da sociedade. “Nas primeiras, eles são sempre mantidos por medo de outras pessoas, ou seres, mesmo que imaginários – isto é, por controles externos – ao passo que, nas últimas, são transformados mais ou menos completamente em controles internos” (ELIAS, 1994. p. 160), marcadas por restrições e proibições e cercada de tabus. Para o referido autor, isso seria o controle dos hábitos e costumes.

2.2 O modo de vida e o comportamento das famílias de posses sergipanas

No Rio de Janeiro, o crescimento da população tornou, o número de escravos, imigrantes, vendedores ambulantes e animais deixou a cidade cheia e agitada. Abarrotada de movimentação de escravos, carroças de boi, ranger de correntes, sons de animais, sinos e tiros de canhões a todo momento. E o desenvolvimento do porto proporcionou o aumento do comércio de sua praça (CAVALCANTE, 2015), deixando a cidade mais cosmopolita, como nos mostrou Del Priore (2016) e Gomes (2009).

Del Priore (2016) também salientou que o movimento do porto impulsionou o comércio local e, ainda, o surgimento de diversas oficinas de carpintarias. Móveis passaram a ser produzidos em grande escala, as encomendas eram muitas, como de: estátuas, terços, coroas, rosários, mesas, cavaletes, oratórios, bufetes com gavetas, molduras, armários, cabides, camas, cadeiras, cômodas, arcas, entre outros. Eram produzidos inspirados no modelo português, com decoração sofisticada. É importante frisar que a mobília antes era pouca, conforme a autora,

somente ricos e autoridades tinham móveis no interior de suas residências, a sofisticação variava de acordo com a condição social. No porto, continuavam a desembarcar diversos produtos vindos da Europa: arcas, bandejas, tapetes, armas, louças, caixas, baús, colchas, lençóis, travesseiros, entre outros tantos objetos. (DEL PRIORE, 2016, p. 243-250).

Cavalcante (2015, p. 96) destacou que a questão portuária ajudou não somente o ofício de carpintaria, mas o desenvolvimento de mais profissões, quando o contingente se profissionalizou, surgindo um conjunto diversificado de trabalhadores: carpinteiros, marceneiros, pintores, calafates (especialista na construção de embarcações), tanoeiros, entalhadores, entre outros. Assim, utensílios de outros materiais passaram a ser produzidos na Colônia, como: utensílio de cobre – tachos e caldeirões –, de estanho – pratos e colheres –, de ferro – candeeiros e caldeirões – e de pau – gamelas de todas as proezas – também foram encontrados no Brasil colonial (DEL PRIORE, 2016, p. 254). Mesmo com esse desenvolvimento, esses autores são unânimes ao salientar que, apesar do aumento, esses profissionais eram escassos e a produção desses produtos era mínima e, quando tinha, era voltada apenas para as famílias ricas, somente os ricos dispunham de objetos, mobílias e utensílios sofisticados naquela época.

Apesar dos avanços, a Colônia não mudava todos os seus hábitos e costumes com a influência da Corte. Na visão de Del Priore (2016) e Gomes (2009), os problemas eram numerosos, isso porque a falta de bons costumes dos moradores era comum nesta sociedade, que só aumentava a cada dia. Porém, é importante salientar que a população não se tratava mais somente dos colonos, pois o número de viajantes, imigrantes e de povos de diferentes lugares já fazia parte do território brasileiro, sendo assim, é difícil sumariar hábitos e costumes apenas dos povos que aqui já estavam.

Mas como viviam as famílias sergipanas nesse período? Tal análise é importante para percebermos a dinâmica da relação entre o local (Sergipe) e o global (Brasil Colônia). Deste modo, analiso as famílias sergipanas, considerando a transcrição e exame dos dados contidos nos inventários judiciais. Sendo possível compreender as suas atividades econômicas desenvolvidas por essas famílias, assim, juntei os fragmentos e desenhei o modo como essas famílias viveram economicamente, trazendo dados de como era parte da sociedade sergipana no início do século XIX, como evidencia o Quadro 1.

Quadro 1 – As famílias de posses e seus bens/atividade econômica (1821 – 1838)

Nº	Ano	Inventariado	Bens/Atividade econômica	Cidade, Villa ou Povoação
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	Fazenda de gado, engenho, canas plantadas, cavalos, poldros, garrotes, enxadas, foices, machado.	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espirito Santo	Terrenos com Salinas, sítio com marinhos, tanques, armazém com telhas, roda de ralar mandioca.	Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	Tecidos, loja molhados, armação de venda, machados, enxadas, sela, garrotes, vacas, cavalo, besta, poldras.	São Cristóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	Salinas, qualhadores, tanques, armazém de telhas, porção de sal, taboados, alqueires, sumaca, metade de um hiate, barca, canoas, bandas de navio, bomba, vigas de ferro, cavalo, potro, estribaria.	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	Terrenos com salinas, tanques, qualhadores, armazém de telhas, pés de coqueiro.	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antônio Manoel de Araujo	Partido de Canas, roça com mandiocas e feijões, carros, foices, machado, enxadas, bois, garrotes.	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Observando o Quadro 1, percebe-se que essas famílias de posses sergipanas lidavam com diversas atividades ligadas ao meio rural, como a criação de animais, conforme os registros deixados nos inventários judiciais, a saber: bois, garrotes, cavalos, poldros e bestas. Além da atividade de criação, identificamos

outro tipo de atividade como a plantação e produção de produtos agrícolas, coqueiros, roça de mandioca e partido de canas. Registra-se outro item encontrado, a roda de ralar mandioca que indica a produção de farinha, produto importante economicamente na época. Segundo Thetis Nunes (2006):

A farinha tornou-se importante na pauta das exportações da Capitania de Sergipe a partir dos fins do século XVII, continuou por todo século XVIII, alcançando o século XIX, podendo afirmar-se que houve um ciclo da mandioca do desenrolar da economia sergipana [...] (NUNES, 2006, p. 136).

Nunes (2006) ainda salienta que a produção de farinha alcançou um índice alto, principalmente no começo do século XIX, com grandes exportações para Bahia e Pernambuco, e que sua região de cultivo de acordo com os mapas da época de Sergipe Del Rey, conforme a autora, é concernente às regiões de Vila Real de Santa Luzia, Freguesia de Nossa Senhora da Cotinguiba, distrito da Cidade de São Cristóvão e Ribeira do Vaza-Barris.

Na freguesia de Nossa Senhora da Cotinguiba, dos quatro engenhos registrados apenas um apresenta o cultivo de 600 covas de mandioca, embora possuisse 18 escravos. Na Ribeira da Vasabarris, dos 10 engenhos listados só o engenho Dira, pertence ao Capitão Antonio Rodrigues, plantava 5.000 covas de mandioca. (NUNES, 2006, p. 141, grifo do autor).

Nunes (2006) também aponta em seu trabalho que o cultivo era feito por rendeiros, sesmeiros e agregados dos engenhos, e que poucos escravos eram destinados à plantação de mandioca, por este motivo, a autora faz essa relação da quantidade de covas de mandioca com a quantidade de escravos, pois, na Cotinguiba, prevalecia, no século XIX, a monocultura açucareira, latifundiária e escravocrata. Entretanto, o inventário de Antônio Manoel de Araujo aponta uma roça de mandioca, o que não dialoga com a citação da autora, ao afirmar que apenas um engenho em Nossa Senhora da Cotinguiba apresenta plantio de mandioca, e outro plantio na Ribeira do Vasabarris, apenas no engenho de Dira. Assim, destaco, também, que, no inventário de Antônio Manoel de Araujo, foram identificados apenas 06 (seis) escravos, o que não nos permite dizer que o engenho citado, em Nossa Senhora da Cotinguiba, poderia ser dele, já que a pesquisadora não aponta seu dono. Isso por dois motivos, primeiro, porque a quantidade de escravos desse

engenho citado pela autora era de 18 (dezoito) escravos e, segundo, porque não foi identificado entre os bens de Antônio Manoel de Araujo, nenhum engenho. Desta forma, posso afirmar, a partir desse inventário, que não existiu cultivo de mandioca apenas nesses engenhos, como citados por Nunes (2006).

Esta atividade também é confirmada por Santos (2011), ao descobrir também, nos inventários judiciais de Sergipe Del Rey do século XVIII, esse instrumento como tipo de ocupação das mulheres viúvas nessa época, a autora identificou que

[...] treze rodas de ralar mandioca e as cinco bolandeiras, presentes nos inventários, são bens que indicam a existência de uma atividade econômica muito valorizada no mercado colonial, além da produção da farinha de mandioca e os seus derivados. [...] Estes bens – a roda de ralar mandioca e a bolandeira – ligavam-se não somente à circulação desse produto na Capitania de Sergipe Del Rey, mas também ao seu beneficiamento, pois a mandioca era transformada em farinha e beijus. Para isso, precisava ser descascada, ralada, lavada, espremida e torrada e, deste modo, podia ser consumida. (SANTOS, 2011, p. 75-76).

Desta forma, a mandioca, além de um alimento, era um produto comercial valorizado em Sergipe Del Rey e em todo o território, como bem nos afirma Freyre (1990, p. 68), ao salientar que a “farinha de mandioca fixou a base do nosso sistema de alimentação”.

Outra atividade econômica a ser destacada é o engenho, evidenciado no inventário, que pertencia a Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel). Aliás, os engenhos em Sergipe fizeram parte do cenário econômico. Segundo Subrinho (1987), o cultivo de cana-de-açúcar havia se expandido por toda a província, entretanto, concentrado em áreas produtivas como a bacia do Cotinguiba. O autor, em seu trabalho, apresenta que, no ano de 1854, foram totalizados 20 engenhos¹⁶ de açúcar na região de Nossa Senhora do Socorro, contudo, o autor ressalta que esse número não representa a quantidade determinada, mas destaca que esses engenhos do Cotinguiba foram os mais produtivos e que essa cultura foi a base da riqueza nesse período. Mott (1986) também salientou, a respeito dos engenhos em Sergipe, ao fazer um ensaio relativo à quantidade desses locais, e constatou que no ano de 1820 existiram, em Sergipe, 163 unidades, passando para 445 em 1838,

¹⁶ O autor esclarece que “estes números não representam quantidades determinadas, pois nos relatórios das Câmaras Municipais são precedidos de expressões do tipo: mais de, mais ou menos.” Do “Arquivo Público do Estado de Sergipe – APS – Câmaras Municipais” (SUBRINHO, 1987, p. 21).

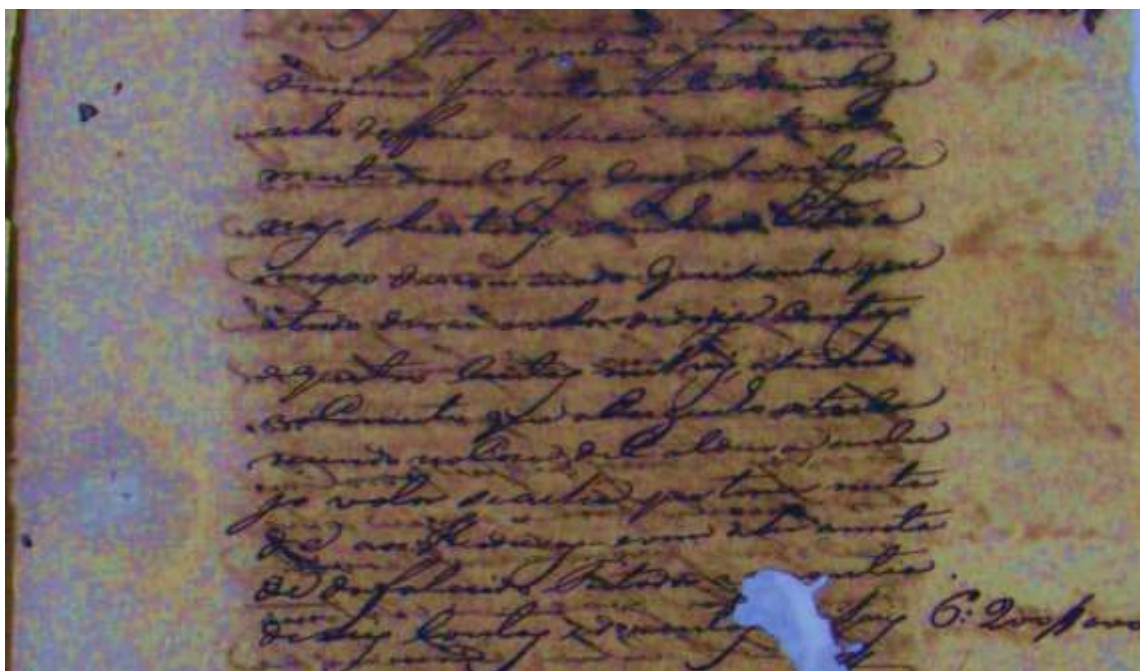
anos referentes ao meu marco temporal. Nunes (2006) também concorda sobre o fato de os engenhos terem impulsionado a economia em Sergipe, com grande desenvolvimento industrial, no começo do século XIX.

Santos (2011), ao analisar a vida das 37 mulheres presentes na sua documentação consultada, percebeu que

Os engenhos também constituíram atividade econômica muito importante na Capitania de Sergipe Del Rey. Entre as trinta e sete mulheres em análise, foram encontrados três engenhos de açúcar⁸⁷, sendo dois instalados na Cidade de Sergipe Del Rey e um na Povoação de Estância. Na primeira, existiu o Engenho Lagoa da Penha “corrente e moente, com todos os acessorios de cobre”, pertencentes à Angelica Perpetua de Jezus. Associado a esta atividade, essa inventariante ocupou-se também com o alambique, que integrou a lista dos seus bens. Ainda na Cidade de Sergipe Del Rey, o engenho da Comandaroba “moente e corrente”; com todos os utensílios destinados à produção do açúcar – três tachos, um de cobre e dois de ferros; caldeira de cobre, guisa de resfriar cobre, duas aparadeiras, uma repartideira e outros, pertenceram à Maria Francisca de Freitas, esposa de Manoel Caetano do Lago. O terceiro engenho, localizado na Povoação de Estância, pertenceu à Maria Francisca de Serqueira Dantas, esposa do Capitão Antonio Carvalho de Oliveira, que, além dessa atividade, tinha também um alambique, como consta no inventário de seu marido. (SANTOS, 2011, p. 76-77).

Assim, em análise dos seis inventários aqui consultados, identifico, na documentação, o engenho de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), o que reforça a presença dos engenhos ainda no século XIX, sendo ainda uma atividade em grande crescimento em Sergipe oitocentista, ademais, para a época, ter um engenho era sinônimo de renda e poder. Conforme a transcrição a seguir, o engenho de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) foi avaliado em 6:200\$000, considerado um alto valor para a época, deste modo, era um homem rico e distinto em sua sociedade.

Figura 1 – Parte da lista de avaliação dos bens de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)



Fonte: Inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) (1821, p. 20).

	Item que deo a Inventário	
	o mesmo Inventariante hum En	
10	genho de [ilegível] a suas [ilegível]	
	[ilegível] com cabras, casas senzalas, ca	
	nas plantadas com hum citio a	
	[ilegível] denominado Guisinho que	
	a tendo derao o valor de doze contas	
15	e quatro centos mil reys, atendendo	
	[ilegível] [ilegível] que o Engenho [ilegível]	
	[ilegível] na Casa de Caloiro em cu	
	jo valor se [ilegível] pertence meta	
	de aos Herdeiros - em [ilegível] meta	
20	de do falecido Furtado a quantia	
	de seis contos e duzentos mil réis.	6:200\$000

Sobre a cultura açucareira, Nunes (2006) expõe que o açúcar começou ganhar força a partir da segunda metade do século XVIII, e que alcançou proporção, principalmente, no século XIX, com grande demanda no mercado externo e em

exportações internacionais. Mott (1986), a respeito do assunto, faz um levantamento de engenhos produtores de açúcar, mostrando seu rápido crescimento em terras sergipanas do século XVIII ao XIX. Subrinho (1987) salienta que foi no século XIX que o comércio do açúcar ganhou força, e este produto sergipano passa a ser exportado para o Rio de Janeiro e para o mercado internacional. E Oliveira (2015, p. 29) detalha sobre esta monocultura açucareira, latifundiária e escravocrata:

Foi em meados do século XVIII que a cultura da cana-de-açúcar começou a se disseminar pelo Vale do Cotinguiba, ocupando áreas que, até então, eram mais ocupadas com o cultivo de cereais. Isso devido à valorização desse produto no mercado internacional, o que permitiu que diversas regiões mais marginais se integrassem ao mercado produtivo do Brasil. Possuindo clima ensolarado boa parte do ano, solo avermelhado rico em húmus (massapê), próprio para o cultivo da cana-de-açúcar, e ainda recortado por rios navegáveis, logo o Vale do Cotinguiba assumiria o posto de principal cinturão agrícola de Sergipe Del Rey. (OLIVEIRA, 2015, p. 29).

Os autores citados e Oliveira (2015) reforçam o que fora identificado nos inventários de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) e de Antônio Manoel de Araujo, que foi o engenho e a cana, na Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba.

Diante destas constatações, podemos afirmar que Antônio Manoel de Araujo, além de desenvolver o plantio de cana-de-açúcar, também tinha uma roça de mandioca e de feijões como atividade de subsistência, aliás, conforme Nunes (2006) e Mott (1986), as culturas de subsistência andaram lado a lado com a cana-de-açúcar. A expansão das lavouras e roças contribuiu para o desenvolvimento das plantações de mandioca, de milho, de arroz e de feijão e para o desenvolvimento também do território sergipano, assim, essas culturas de subsistência contribuíram para a ocupação do território sergipano.

Ainda no documento, além desse canavial posto no inventário, são identificados dois carros, um descrito como novo e outro em bom uso, a presença desses meios de transportes nos faz entender que Antônio Manoel de Araujo transportava suas mercadorias por meio deles, tanto a cana-de-açúcar quanto a mandioca e o feijão, que, possivelmente, eram comercializados por ele. Tal afirmação pode ser confirmada por Subrinho (1987), ao pontuar em seu trabalho que: *“Cerca de seis mil caixas de açúcar exportam 120 engenhos, [...], lutando os proprietários com os maiores embaraços na condução desse e outros gêneros em*

carros por péssimas estradas. [...] (SUBRINHO, 1987, p. 45, grifo do autor), porém, a colocação de Subrinho (1987) refere-se aos anos anteriores a 1856. Essas atividades voltadas ao meio rural são reforçadas também pela presença de instrumentos agrícolas, enxadas, machados e foices.

Ainda compondo o quadro das atividades econômicas, temos as salinas¹⁷, encontradas nos inventários de Anna Francisca do Espírito Santo, Leandro José de Sirqueira e Serafim Joze de Oliveira, como possível principal atividade econômica dessas três famílias. Sobre essas salinas, Siqueira (2016, p. 66) faz uma breve colocação acerca do sal em Sergipe Del Rey. O autor afirma que este condimento é um produto desconhecido na história de Sergipe e que as poucas fontes existentes asseguram sua existência, salientando, ainda, que sua produção teria sido iniciada no ano de 1632, com uma produção expressiva em 1707, de acordo com suas fontes consultadas, e destaca que a comercialização do sal era feita com as Capitanias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande e Cabo Frio, além de um armazenamento e comercialização interna. E completa ainda:

As salinas existentes na capitania sergipana provavelmente estariam localizadas nas bacias hidrográficas do território. O sal proveniente dos rios era usado na pecuária e na produção artesanal, bem como na carne salgada e na conservação do couro. Outra parte dessa produção dinamizava os circuitos internos da colônia, [...], não se sabe muito sobre a quantidade de sal produzida em Sergipe del Rey, tampouco quem foram seus produtores e a localização específica das salinas. A certeza que se extraiu dessas poucas informações que aparecem nas fontes é que esse produto fez parte da pauta de exportação do comércio interno realizado por alguns comerciantes da capitania. (SIQUEIRA, 2016, p. 67).

É sob os auspícios dos inventários de Anna Francisca do Espírito Santo, de Leandro Jose de Sirqueira e de Serafim Joze de Oliveira, que afirmo que existiram salinas localizadas em Aracaju e na Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba, e que essas famílias contribuíram para a produção do sal em Sergipe Del Rey, e que mesmo tendo um abastecimento interno, conforme Siqueira (2016) e Nunes (2006), elas tinham uma produção considerável e significativa para a capitania. Segundo Nunes (2006, p. 168), sua região produtora estava centrada no povoado de Santo Antônio do Aracaju e se estendia por toda a zona norte, conforme

¹⁷ “(sa.li.na) sf. 1. Terreno em que é represada a água de lagoa, ou de mar, para que, ao se evaporar, permita a produção de sal 2. P.ext. Empresa salineira 3. Monte de sal 4. Fig. Coisa muito salgada [F.: Do lat. * *salīna*, ae. Hom./Par.: *salina* (sf.), *salina* (fl. de *salinar*).]” (AULETE, 2004, p. 202).

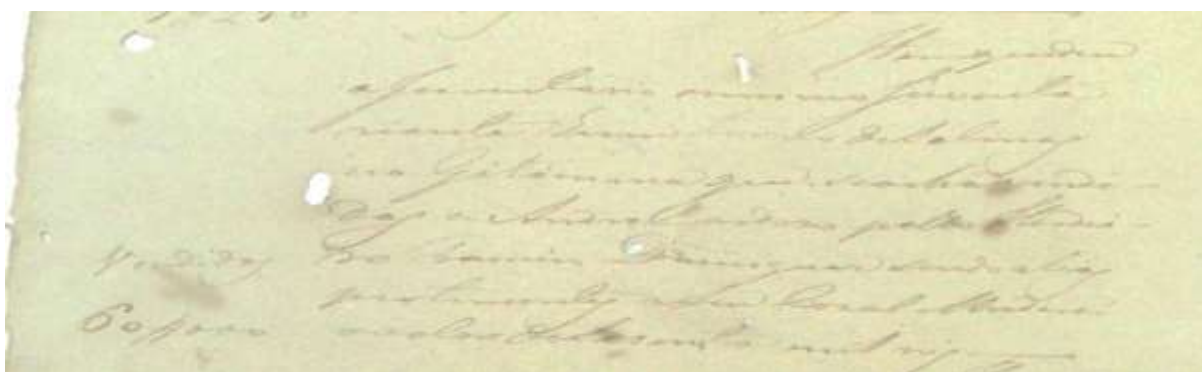
comprovam os inventários, sendo uma área de forte tradição salineira devido aos indicativos de sua produção identificados nesses documentos. Nunes (2006) também comentou sobre o tema, ao explicar que em Sergipe Del Rey

[...] Este produto abastecia o mercado interno, sendo o excedente exportado para a Bahia, alcançando nos começos do século XIX a mais de 30 mil alqueires. A região produtora localiza-se no litoral, centrada no povoado de Santo Antônio do Aracaju, onde se encontravam as principais salinas. Nas notícias registradas pela *Idade d'Ouro*, sobre a entrada de embarcações nos portos da Bahia com a respectiva carga, há, sempre, nos navios vindos de Sergipe, referência ao sal entre os gêneros desembarcados. Em junho de 1811, por exemplo, a Sumaca *Sacramento do Pilar*, proveniente da Cotinguiba, desembarcava 21 caixas de açúcar, dois feixes de cana e 500 alqueires de sal. Em setembro, duas sumacas desembarcavam, uma 700, outra 450 alqueires de sal. (NUNES, 2006, p. 168).

Nunes (2006) partilha da ideia que o comércio de Sergipe Del Rey era mais realizado com a Bahia, e que os comerciantes, em sua maioria, eram portugueses, sendo que a circulação dos produtos, além do sal, girava em torno do gado, criação de miúdas (aves, porcos, ovelhas, cabras), mandioca, arroz, feijão e milho; além do mercado internacional com o fumo, açúcar e algodão. É importante salientar que a autora apenas cita, mas não coloca o sal como principal produto.

Com ambos os documentos, foi possível perceber os indícios de que, em Sergipe, o sal significou um bem ligado à atividade econômica dessas famílias, a presença de um mercado consumidor, um valor aquisitivo de tal especiaria e forte produção, devido às referências postas nesses inventários. Conforme mostra parte dos documentos de Anna Francisca do Espírito Santo a seguir:

Figura 2 – Parte da lista de avaliação dos bens de Anna Francisca do Espírito Santo



Fonte: Inventário de Anna Francisca do Espírito Santo (1833, p. 16).

Item que deo
 a inventario mesmo inventa
 10 riante hum terreno de salinas
 no gitimana que [ilegível] vendi
 das a Anna Cardoso pelo o herdei
 vendidas ro Francisco Domingues sendo alias
 [ilegível] lhe derão
 15 60\$000 o valor de sesenta mil reis

A partir desses inventários, podemos dizer que o sal, como atividade econômica, perdurou até o século XIX, e existiram, de fato, salinas na região norte de Aracaju, conforme ficou registrado no inventário de Anna Francisca do Espírito Santo, ao citar terreno de salinas no Gitimana, antiga região salineira nas proximidades do Rio do Sal. E na região de Nossa Senhora do Socorro, citando terrenos de apicuns¹⁸, presentes nessa região. Por meio desses inventários, também é possível perceber que a produção e, conseqüentemente, o comércio eram relativamente intensos, devido à quantidade de benfeitorias encontradas nesses inventários, como salinas com tanques, marinhas, qualhadores, alqueires e armazéns. Isso mostra, também, que a extração do sal não era feita de forma rudimentar, pois a presença dessas áreas e dos materiais usados para a evaporação das águas salgadas nos mostra a modernidade no processo de cristalização desse condimento na época.

Percebe-se, com esses registros, que os inventariados eram donos de salinas locais e que o capital de suas famílias provinha, também, da exploração desse minério, e que tais bens perfaziam valores altos, devido às avaliações dos patrimônios ligados a esta economia. Nas salinas de Anna Francisca do Espírito Santo, avaliou-se um montante de 245\$920 mil réis, contando com: um terreno de salinas com 12 marinhas e quatro tanques novos, um outro terreno de salinas com

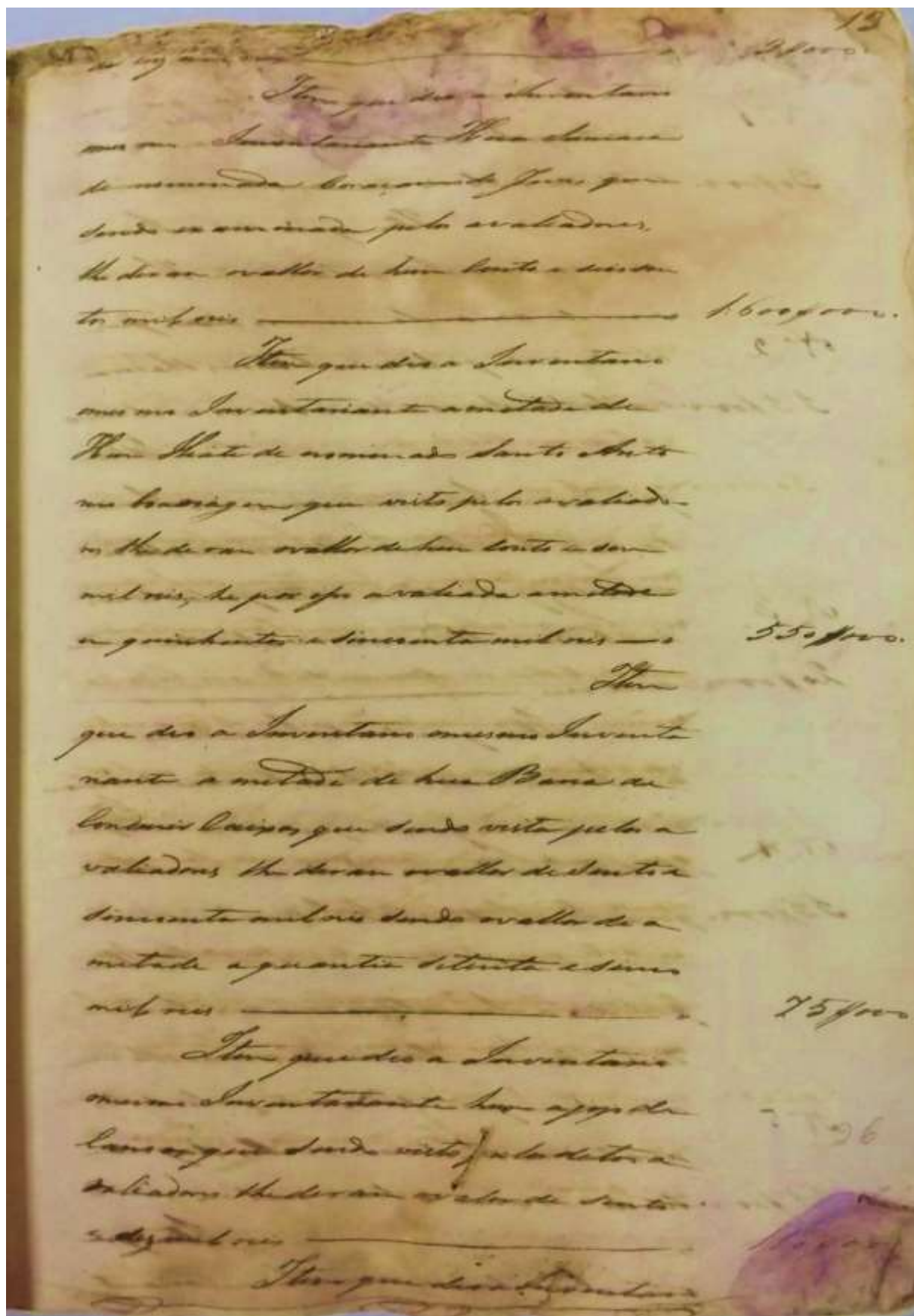
¹⁸ Conforme Mara Hadlich e Martin Ucha (2009, p. 14): “Os apicuns são encontrados em áreas litorâneas intertropicais em todo o mundo, sempre associados a manguezais. [...] Esses ambientes são caracterizados pela elevada salinidade e estão relacionados à ocorrência de climas com regime de precipitação que comporta uma estação seca. Apesar de serem incluídos, pelo menos em parte, no contexto dos grandes conjuntos de ambientes hipersalinos (os sabkhas, depressões salinas em ambientes áridos), a obrigatoriedade de estarem associados a manguezais os difere de outros ambientes com elevada salinidade”.

20 marinhas e dois tanques, mais um terreno de salinas com 12 marinhas e dois tanques e um último terreno de salinas. No inventário de Leandro Jose de Sirqueira, avaliou-se um montante de 87\$680 mil réis alusivo às salinas, contando com: um terreno de salinas com 15 qualhadores e 12 tanques, um outro terreno de salinas com 12 qualhadores e seis tanques, alqueires e um armazém. Já as salinas, no inventário de Serafim Joze de Oliveira, totalizaram um valor de 96\$000 mil réis, referente a: um terreno de salinas com nove qualhadores, outro terreno de salinas com quatro qualhadores e seis tanques e um armazém de telhas.

Apesar das referidas fontes e bibliografias existentes sobre Sergipe dos idos séculos XVIII e XIX, são escassos os trabalhos que tratem das salinas de Aracaju, as obras consultadas são extremamente lacunosas a respeito de tal temática. Quando se trata de economia sergipana, nesses períodos, os autores são unânimes ao falar do gado, do algodão, do açúcar e do fumo, mas o sal aparece de forma pequena, nas entrelinhas e sem muita veemência, apesar de ser uma cultura de exportação, como pontua Nunes (2006), sendo uma abordagem praticamente inexistente. Entretanto, ressalto que não pretendo levantar tal discussão acerca deste assunto, mas pontuar quão importante foi tal atividade para essas famílias, e que, conseqüentemente, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento do território, seja pela sua povoação em áreas litorâneas, seja pelo seu comércio interno, ou pelas relações de exportação com outras capitanias.

Outra atividade econômica, supostamente identificada no inventário de Leandro Jose de Sirqueira, vem de uma ligação com as embarcações, no entanto, não contém, no documento, se este tinha um negócio voltado para o aluguel ou venda desses transportes marítimos, que, possivelmente, poderiam ser utilizados para as exportações de produtos que eram produzidos em Sergipe Del Rey, mais precisamente no Vale do Cotinguiba, uma vez que sua localização é a Villa Nossa Senhora do Cotinguiba; ou se ele trabalhava com a construção dessas embarcações, uma vez que foram identificados tabuados, vigas de ferro, bomba e uma quantidade expressiva de canoas, como mostram os documentos e suas transcrições.

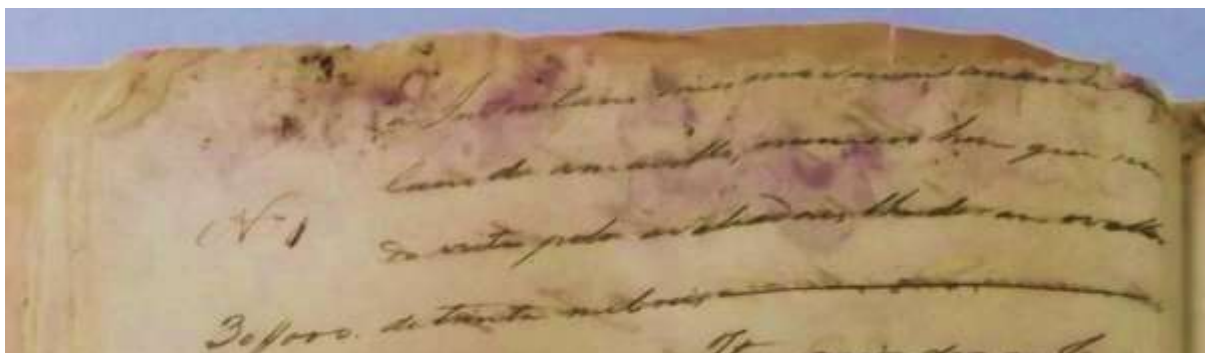
Figura 3 – Parte da lista de avaliação dos bens de Leandro Jose de Sirqueira



Fonte: Inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833, p. 13).

	de trez mil reis	3\$000
	Item que deo a Inventario	
	o mesmo Inventariante Huma Sumaca	
	denominada coração de Jesus, que	
5	sendo examinada pelos avaliadores,	
	lhe deran o vallor de hum conto e seissen	
	tos mil reis	1:600\$000
	Item que deo a Inventario	
	o mesmo Inventariante a metade de	
10	Hum Hiati denominado Santo Anto	
	nio boa viagem que visto pelos avaliado	
	res lhe deran o vallor de hum conto e sem	
	mil reis, (ilegível) avaliada a metade	
	em quinhentos e sincoenta mil reis	550\$000
15	Item	
	que deo a Inventario o mesmo Inventari	
	ante a metade de sua Barca de	
	[ilegível] caixas que sendo vista pelos a	
	valiadores lhe deran o vallor de sento e	
20	sincoenta mil reis, sendo o vallor de a	
	metade a quantia de setenta e sinco	
	mil reis	75\$000
	Item que deo a Inventario	
	o mesmo Inventariante huma [ilegível]	
25	Canoas que lhe sendo visto pelos ditos a	
	valiadores lhe deran o vallor de sento	
	dez mil reis	110\$000

Figura 4 – Continuação de parte da lista de avaliação dos bens de Leandro Jose de Sirqueira



Fonte: Inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833, p. 13).

Inventario mesmo Inventariante huma
 canoa de arma vella número hum que sen
 Nº 1 do visto pelos avaliadores lhe deran o vallor
 30\$000 de trinta mil reis

Observação: as páginas 13 e 14 do documento analisado são compostas por mais 9 (nove) canoas, todas descritas da mesma forma e enumeradas de 1 (um) a 10 (dez), conforme o quadro a seguir. Por este motivo, não coloquei parte desses documentos, mas apresento os dados coletados para termos a noção de como o negócio era grande.

Quadro 2 – As embarcações no inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833)

Número	Descrição	Valor
Nº 1	Canoa de numero hum	30\$000
Nº 2	Canoa de numero dois	55\$000
Nº 3	Canoa de numero trez	20\$000
Nº 4	Canoa de numero quatro	55\$000
N 5º	Canoa de numero sinco	65\$000
N 6º	Canoa de numero seis	50\$000
N 7º	Canoa de numero sete	35\$000
N 8º	Canoa de numero oito	40\$000
N 9º	Canoa de numero nove	30\$000
N 10º	Canoa de numero dez	42\$000

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833).

Dessas dez canoas, Leandro Jose de Sirqueira tinha ainda uma sumaca denominada de Coração de Jesus, metade de um “hiati” chamado de Santo Antônio Boa Viagem e metade de uma barca. Com a análise de seu inventário, percebi que Leandro Jose de Sirqueira dissolvia atividades ligadas ao sal, a essas embarcações e à criação de animais. Deste modo, também observei que Anna Francisca do Espírito Santo, além do sal, tinha uma roda de ralar mandioca, que, possivelmente, trabalhava com a produção de farinha; e Serafim Joze de Oliveira, que, além do sal, tinha uma plantação de pés de coqueiros.

Além da roça de mandioca e feijões e das plantações de canas identificadas nos inventários, encontrei também uma plantação de coqueiros com 42 (quarenta e dois) pés, no inventário de Serafim Joze de Oliveira, avaliada em 42\$000 mil réis, sendo assim, cada pé de coqueiro custava 1\$000 réis. Provavelmente, Serafim José de Oliveira comercializava esse produto devido à sua grande quantidade e por serem bens de valor registrados e avaliados em seu inventário. Sobre esse produto, provavelmente não foi registrado na historiografia sergipana por pesquisadores. Neste sentido, e tendo apenas as obras consultadas, principalmente a análise das fontes, não sabemos se esse produto era voltado apenas para um mercado interno ou se existiam exportações referentes a essa mercadoria. Nunes (2006), ao tratar das exportações em meados de 1820, apenas salienta que:

Ao encerrar a vida colonial sergipana em 1820, assim se posicionava suas exportações: açúcar, algodão, gado, couros e solas, farinha de mandioca, fumo, sal, tucum e arroz. As importações recaíam em tecidos de algodão e seda, lona, ferragens, pólvoras e escravos. (NUNES, 2016, p. 169).

A propósito, diversos tecidos foram identificados no inventário de José da Cruz Pereira, que, provavelmente, era dono e comerciante de tecidos. O número de peças encontrado no seu inventário é considerável, não restando dúvidas de que ele tinha de fato um comércio voltado para este produto. Entretanto, não consegui identificar o local de sua loja, ou a sua localização não estava no inventário, mas afirmo ser uma loja, pois no início da listagem dos bens, aparece a escrita *“Aoriundos da Loja”*, como está escrito no documento. Não coloco partes do documento e sua transcrição, devido ao número de páginas do documento referente aos bens do estabelecimento, todavia, de acordo com a lista de bens, apresento um quadro com todos esses produtos.

Quadro 3 – Produtos da loja no inventário de José da Cruz (1830)¹⁹

Ordem	Descrição do item	Valor
01	Cento e dezenove côvados de zuarte da Índia	24,990
02	Quarenta e três côvados de zuarte português	10,320
03	Dezoito côvados de chita	3,910
04	Trinta e um côvados e meio de dita chita	6,615
05	Duas peças de chita “novo gosto”	9,000
06	Quarenta e cinco côvados e meio de chita matizada	5,595
07	Uma peça de chita toga rosa	8,500
08	Quarenta e cinco côvados e meio de chita larga e rosa	12,055
09	Uma peça de chita campo branco	7,000
10	Vinte e um côvados de chita campo branco	3,717
11	Duas peças de chita campo branco	12,000
12	Cento e doze côvados de chita campo branco	15,708
13	Uma peça de chita escura	7,200
14	Trinta e um côvados e meio de chita escura	5,704
15	Dezenove côvados de chita	3,097
16	Doze côvados e meio de chita	2,250
17	Seis côvados de [ilegível]	1,440
18	Setenta e sete côvados e meio de chita em retalhos	6,750
19	Uma peça de chita com quadros	6,000
20	Quinze côvados de chita com quadros	2,195

¹⁹ Explico aqui alguns tipos de tecidos presentes no quadro: **Cambraia de linho:** tecido de algodão ou fibras sintéticas, fino, leve e semitransparente. Podem ser estampados ou em cores. **Cassa:** Tecido de linho ou de algodão muito fino, leve e transparente. **Fustão:** tecido leve, suficientemente fino e semitransparente e, geralmente, é de algodão. **Madapolão:** Tecido de algodão branco, entre a chita e o percal. **Madras:** tecido de algodão leve ou com mistura de algodão, macio. **Morim:** Morim é um pano leve e fino de algodão, também é utilizado por exemplo para a confecção de chita. **Scrim:** tecido feito, geralmente, de algodão. Possui trama lisa e aberta. **Zuarte:** tecido de algodão, por vezes mesclado, encorpado e tosco, ordinariamente azul ou preto. Disponível em <<https://www.audaces.com>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

21	Cinco côvados de zuarte inglês	5,760
22	Duas barras de zuarte	1,440
23	Nove côvados e meio de zuarte liso	1,900
24	Cinco peças de ganga azul	11,000
25	Sete côvados de ganga riscada	9,200
26	Vinte e oito côvados de brim liso	6,720
27	Trinta e sete côvados de [ilegível] branco	7,400
28	Dezoito côvados e meio de duraques pardo	17,280
29	Vinte e dois côvados de liba preta	4,730
30	Vinte e nove varas de cambraias vermelhas	4,060
31	Sete côvados de fustão de cor	4,900
32	Trinta e três varas e meia de musseline	9,330
33	Vinte e cinco varas e meia de linhagem	5,100
34	Dezenove varas de pano de algodão largo	3,680
35	Dezesseis varas e meia de algodão estreito	3,300
36	Uma peça de pano ferro	9,870
37	Dezoito varas e duas terças de pano ferro	4,400
38	Doze varas e três quartos de morim fino	2,900
39	Cinco varas de morim	0,900
40	Três peças de madapolão	10,200
41	Dezesseis varas de madapolão	3,392
42	Uma peça de madaastro	3,700
43	Trinta e nove varas e meia de madaastro	7,305
44	Dezoito varas e meia de Cambraia	5,550
45	Uma peça de Cambraia	3,000
46	Seis varas e meia de mesulline	1,950
47	Vinte e três varas e meia de cassa	10,340
48	Uma vara de cassa da Índia	1,250

49	Dezoito varas de cassas de ramos	9,900
50	Duas peças de cassa lavradas	5,600
51	Sete lenços de [ilegível]	2,520
52	Quatorze lenços [ilegível]	2,060
53	Dezesseis lenços roxos	3,200
54	Onze lenços adamascados	3,190
55	Sete lenços azuis de tabaco	1,470
56	Oito lenços brancos de cassa	2,000
57	Vestido branco bordado	4,000
58	Vinte e nove pares de meias curtas	4,640
59	Cinco pares de meia branca curta	0,700
60	Todas as miudezas da loja	32,830
61	Dezesseis táboas	10,000
62	Cento e vinte botijas de Genebra	28,800
63	Cinquenta e nove botijas	2,950
64	Dezoito panelas de cabo	3,600
65	Quatro taxas de pote	6,400
66	Uma e meia resma de papel	4,320
67	Uma barrica com uma arroba e dezenove libras de bolacha	7,140
68	Alhos	0,240
69	Pimenta e cominho	0,640
70	Um pouco de cravo e canela	0,400
71	Vinte e um chapéus de palha	2,520
72	Dezesseis arrobas de carne	25,600
73	Vinte e nove libras de sabão	4,060
74	Quatro camadas de vinho Malvazia	7,680
75	Dois garrafões	2,560
76	Uma botija com azeite doce	2,880

77	Uma libra de erva doce	0,240
78	Uma folha de flandres	0,480
79	Dez camadas de vinho	12,000
80	Três camadas de vinagre	10,400
81	Oito camadas de aguardente de canaviais	4,800
82	Cinco camadas de cachaça	2,000
83	Um barril com aguardente do Reino	18,000
84	Quatro barris vazios	6,400
85	Uma frasqueira	4,800
86	Uma armação de venda	10,000
87	Dinheiro físico	126,500

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do inventário de José da Cruz (1830).

Entretanto, é possível perceber, também, a existência de outros produtos, pois, dando continuidade à análise na listagem de bens do inventário, aparece o termo “*Molhados*” e, em seguida, uma lista de bens de gênero alimentício. Inicialmente, ao perceber o nome “loja de fazendas” no documento, pensei que se tratava de uma loja com ferramentas, itens de cavalaria, entre outros, no entanto, com a análise minuciosa do documento, percebi que essa loja comercializava, também, produtos relacionados à alimentação, produzidos no campo, alimentos próximos à natureza, isso confirmado pela listagem de bens apresentadas no quadro.

Continuando a análise do inventário de José da Cruz, é importante salientar que ele tinha um sócio, o Senhor Joaquim José de Paiva, conforme as declarações postas no documento, em três citações feitas pela inventariante Maria Francisca da Silva, viúva de José da Cruz Pereira. Na primeira declaração, a inventariante releva que, de fato, seu marido possuía sociedade com o mencionado sujeito, ressaltando que era na loja de fazendas secos bem como molhados e em uma embarcação naufragada; na segunda declaração, Maria Francisca da Silva pontua que o falecido tinha dívidas ativas com o Joaquim José de Paiva de 53\$420, mais adiante, é apresentada outra declaração feita pela mesma inventariante, na qual é dito que o casal possuía dívidas passivas com Joaquim José de Paiva, referentes aos negócios

da loja, que foram pagas por ele no valor de 1:212\$300. O referido sócio aparece apenas nesses três momentos, sem mais explicações sobre ele.

No documento, é possível identificar um caderno de anotações, supostamente uma caderneta de dívidas, usada em sua loja, pois foi avaliado um montante de dívidas ativas de contas de livro, como assim chamavam. Nesse caderno, encontram-se 22 (vinte e dois) devedores, com dívidas entre 1\$170 a 159\$485. De tal modo, o Senhor José da Cruz Pereira era dono de uma sortida loja de secos e molhados²⁰, com tecidos, alimentos, ervas, bebidas, temperos, entre outros. É importante lembrar que José da Cruz Pereira era sócio, também, de um navio que veio a naufragar, conforme o documento, porém, tal acontecimento é comentado uma única vez, em uma declaração, não havendo mais informações a respeito. Um outro ponto que merece destaque é que não foi encontrado um estabelecimento físico dessa loja, mas apenas uma armação para venda.

Indubitavelmente, em Sergipe Del Rey existiram, no início do século XIX, produtos importados, a exemplo dos tecidos vindos da Índia. As importações desses produtos e venda de secos e molhados apontam que a família de José da Cruz Pereira tinha posses e que era conhecida na praça pelo seu centro comercial. A partir desse inventário, podemos dizer que eles contribuíram para o desenvolvimento de Sergipe, que houve a presença de um comércio forte e, conseqüentemente, a circulação de produtos vindos de fora, os quais exerciam influência na cultura e modo de vida das pessoas, pois a aquisição desses tecidos e o uso deles, para vestimentas e em suas residências, significavam refinamento e bom gosto, porque para o mercado consumidor, o que vinha de fora posicionava-se forte.

Além das atividades ligadas às plantações (coqueiro, mandioca, feijão e cana), ao extrativismo do sal, às embarcações e ao comércio de produtos locais e importados, percebe-se, também, que essas famílias de posses sergipanas lidavam com a criação de animais, de acordo com os registros deixados nos inventários judiciais, a citar: potros, cavalos, poldros, garrotes, vacas, bois e bestas. Entretanto, dos 06 (seis) inventários, apenas o de Ana Francisca do Espírito Santo e de Serafim

²⁰ Sobre este assunto, os autores Maria Teleginski e Valter Martins (2014) explicam que: “Por ‘secos e molhados’ os comerciantes identificavam uma ampla variedade de artigos que podiam ser comercializados em lojas, vendas, armazéns, por vendedores ambulantes ou outros agentes mercantis, podendo representar tanto mercadorias comestíveis como não comestíveis. [...]. Que iam dos gêneros alimentícios de primeira necessidade às bebidas, fumo, carne até materiais de construção, ferragens e querosene, dependendo do estabelecimento.” (TELEGINSKI; MARTINS, 2014, p. 53).

Joze de Oliveira não tinham criação alguma de animais. Leandro José de Sirqueira era dono de uma estribaria com a criação de cavalos e potros, conforme o inventário; José da Cruz Pereira também criava cavalos e bestas, além de garrotes, vacas e poldros; e Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), além da criação de cavalos, poldros e garrotes, tinha uma fazenda para a criação de cabeças de gado.

A análise dos bens ligados à atividade econômica não deve ser separada dos escravos que essas famílias possuíam, pois escravos também eram bens de valor e estavam atrelados, muitas das vezes, a essas atividades ou ao funcionamento da casa. Assim, eles também integraram a lista de bens, contando entre os 06 (seis) inventários, um total de 49 (quarenta e nove) escravos, conforme o anexo C. Por esta razão, esses bens estão presentes em todos os documentos analisados, sendo a maior quantidade em áreas rurais. Assim, posso afirmar que as demais famílias sergipanas do século XIX tinham escravos, sendo sua maior quantidade ligada aos engenhos. Segundo Del Priore (2016):

Nas áreas rurais, tais plantações drenavam escravos, sem cessar. Eles saíam das lojas e leilões onde ambos os sexos eram expostos nus, à venda como se fossem animais. Submetidos a senhores e administradores, os cativos tinham que se integrar a uma divisão de trabalho bastante sofisticada. Sem falar a língua, era preciso obedecer e aprender o português assim como os rudimentos da prática cristã. Era necessário ainda se adaptar à cultura dos senhores, mas também àquela das senzalas, com seus cativos de diferentes nações, dialetos e hábitos religiosos. [...] Nos engenhos, o escravo fazia parte de uma equipe de doze ou quinze homens e mulheres. Se apresentasse aptidão para algum ofício especial, se tornaria aprendiz de um escravo mais antigo. A produção de açúcar exigia diversos especialistas. Desde pedreiros, carpinteiros e marceneiros até oficiais da casa de caldeira, purgadores, trabalhadores no serviço de enxada, da casa de caldeira, do serviço de moenda ou da horta, assim como carreiros, carapinas, pedreiros, arrais de saveiros, entre outros. (DEL PRIORE, 2016, p. 77).

As famílias de posses, cujas atividades eram bem diversificadas, tiveram um número considerável de escravos. Neste sentido, o maior número pertencia a Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), proprietário de um engenho, com um total de 27 (vinte e sete) escravos; Serafim Joze de Oliveria era dono de 08 (oito) escravos; Antonio Manoel de Araujo, de 04 (quatro) escravos; Leandro José de Sirqueira, de 04 (quatro) escravos; Anna Francisca do Espírito Santo, de 03 (três)

escravos; e José da Cruz Pereira também com 03 (três) escravos. Assim, podemos inferir que a mão de obra escrava recaía mais sobre a atividade do engenho. Sobre este ponto, Nunes (2006) pontua que os escravos em Sergipe eram

Inicialmente destinados às culturas de subsistência e à pecuária, atividades econômicas que marcaram os primórdios da colonização sergipana, o negro foi, porém, sendo absorvido pelos engenhos à medida que os canaviais ocupavam as várzeas da Cotinguiba, do Vasa-Barris e do Piauí [...] (NUNES, 2006, p. 226).

Mott (1986) concluiu que Sergipe recebeu um grande número de escravos e que seu grande contingente se concentrava, de fato, em regiões açucareiras, ambos os pesquisadores citados afirmam que a atividade básica desses escravos estava ligada à agricultura e ao trabalho doméstico no meio rural e no meio urbano, nesse segundo, com baixo desenvolvimento. Assim, explica-se o porquê de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) ter um número de escravos expressivos, comparado às outras famílias de posses.

Levando-se em consideração o total de escravos coletados nos 06 (seis) inventários aqui estudados, 31 (trinta e um) escravos eram do sexo masculino, 17 (dezessete) do sexo feminino e 01 (um) não foi identificado. Alguns estavam doentes, geralmente os mais velhos, possivelmente por conta do trabalho e pelas condições de vida em que se encontravam.

É possível perceber, inclusive, que eram povos oriundos de Angola, Benin e de identidade Nagô, ou seja, proveniente da região do Golfo da Guiné²¹, apresentados como crioulo(a), mulato(a), mulatinha, crioulinho, “mestisso”²² e mestiço. Ainda observando o documento, vemos que os escravos velhos ou muito velhos custavam em torno de 40,000 a 100,000 mil; os velhos e doentes por volta de 16,000 a 60,000 mil; apenas doente, em média de 150,000 mil; crianças e jovens custavam de 30,000 a 200,000 mil; e, assim, eram feitas as avaliações de escravos nos inventários. Dos documentos analisados, só é possível identificar algumas funções, desempenhadas por eles, no inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), dono de engenho, que contava com: dois mestres do açúcar, carreiro, feitor e carpina, entre demais funções não identificadas ou postas nos

²¹ Ambas são regiões do continente Africano, no qual ocorreu os maiores entrepostos de escravos trazidos para o Brasil.

²² Escrita encontrada apenas no inventário de Serafim José de Oliveira, utilizada pelo seu avaliador.

documentos. Nos demais inventários, não foram localizados ou não foram atribuídas as suas devidas funções.

Em análise do Quadro 4, a fortuna de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) chama atenção pela avaliação de seu patrimônio em 12:504\$569 (doze contos, quinhentos e quatro mil e quinhentos e sessenta e nove réis), sendo a menor fortuna, a de Antonio Manoel de Araujo, avaliada em 336\$032 (trezentos e trinta e seis mil e trinta e dois réis). As demais fortunas estavam estimadas entre 900\$000 mil réis e 5:000\$000 conto. O montante-mor e montante líquido de Serafim Joze de Oliveira não foram calculados no processo. Segundo consta no documento, o juiz de órfão pediu à Thereza Maria de Jesus, sua viúva, que no prazo de três dias ela apresentasse novos avaliadores para os bens deixados pelo seu falecido, visto que os primeiros avaliadores não teriam feito juramentos no documento, assim, era preciso uma nova avaliação. Porém, passados os três dias, a inventariante não se manifestou e os autos são arquivados, não sendo possível, assim, identificar mais detalhes sobre o processo. Deste modo, faço uma simulação de acordo com a avaliação dos primeiros avaliadores, calculando um valor estimado de montante-mor de 2:964\$540 (dois contos novecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta réis).

Quadro 4 – Montante-mor e montante líquido por família (1821 – 1838)

Nº	Ano	Inventariado	Inventariante	Montante-Mor	Montante Líquido	Local
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	José Rodrigues Dantas (Capitão)	12:504\$569	9:920\$816	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espirito Santo	Bernardo Gomes de Melo	998\$715	85\$435	Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	Maria Francisca da Silva	2:828\$940	738\$293	São Christóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	Felix Barreto Vasconcelos Menezes (Tenente Coronel)	5:875\$744	3:981\$887	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	Thereza Maria de Jesus	-	-	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antonio Manoel	Maria da	336\$032	179\$021	Villa Nossa

		de Araujo	Victoria Freire			Senhora do Socorro do Cotinguiba
--	--	-----------	-----------------	--	--	----------------------------------

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir das pesquisas realizadas nos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

É importante salientar que o montante-mor e montante líquido dessas famílias não foram apenas dos bens que estavam ligados às atividades econômicas, pois foram identificados, em seus inventários, outros itens, como mobílias, objetos domésticos, além de itens de ouro, prata e cobre (geralmente talheres, joias, espadas e tachos).

Assim, as famílias de posses sergipanas lidavam com diversas atividades ligadas ao meio rural, como a criação de animais. Envolvidas, também, com a plantação de coqueiros, roça de mandioca, roça de feijão e canas, além da produção de artigos agrícolas, como a farinha de mandioca e a cana-de-açúcar. Registram-se, inclusive, a produção de sal e dois comércios, um voltado para as embarcações e outro para uma loja de fazendas, como já citei, anteriormente, sobre uma loja de produtos oriundos do campo, com grande variedade de secos e molhados. Encontrou-se ainda, nessas famílias, a presença de muitos escravos. Registra-se que esses escravos trabalhavam nas atividades rurais e no trabalho doméstico.

Toda esta reflexão serviu para mostrar que os hábitos e os comportamentos desse grupo de famílias sergipanas estavam ligados ao trabalho dessas atividades diversificadas. A partir desta leitura e da interpretação das fontes, vimos que nem todas essas famílias trabalharam, diretamente, com a terra, a forma como aconteciam essas atividades, no cotidiano de suas vidas, influenciava no comportamento dos corpos dos indivíduos. Isso porque aqueles que estavam envolvidos em atividades de produção e de criação tinham uma vida diária mais dura, mais difícil, mais rude, devido às próprias condições do ambiente, diferentemente daqueles que estavam envolvidos com o comércio. Essas famílias, ligadas a atividades de compra e venda, não tinham uma obrigatoriedade de acordarem tão cedo, não ficavam expostas ao sol por longo período e nem ao trabalho de grande esforço, lidavam com importações de produtos e faziam viagens para resolver os seus negócios, tinham um esforço físico em menor intensidade do que as famílias envolvidas com as atividades de produção.

Assim, o homem constrói por meio da sociedade, seus corpos, seus comportamentos, seus hábitos e seus costumes são partes de um conjunto, por

isso, o estudo combinado do todo se faz necessário, para que se tenha um estudo combinado dos fins. Neste sentido, Mauss (2003) salienta, em seus estudos sobre a sociedade, que

Com efeito, na nossa ciência, em sociologia, nunca ou quase nunca encontramos, [...], o homem dividido em faculdades. Lidamos sempre com seu corpo, com sua mentalidade por inteiro, dados de maneira simultânea e imediata. No fundo, tudo [...] se mistura, corpo, alma, sociedade. Não são mais fatos especiais dessa ou daquela parte da mentalidade, são fatos de uma ordem muito complexa, a mais complexa imaginável, que nos interessam. E o que chamo fenômenos de *totalidade*, dos quais participam não apenas o grupo, mas também, por ele, todas as personalidades, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental e, sobretudo, corporal e material. [...] (MAUSS, 2003, p. 336).

Para o autor, o estudo do homem é ponderável, mas não indivisível. Este está presente na história das massas, com suas práticas e condutas. Assim, não falamos de corpo sem falar no modo de vida, atividades cotidianas e comportamentos. Sobre este ponto, Nibert Elias (1994) nos explica e nos acrescenta que o comportamento humano muda em relação às atividades desempenhadas, sejam atividades de trabalho ou atividades elementares, mas essa mudança segue sempre em uma direção gradual. A maneira como o indivíduo comporta-se e sente-se, devido às pulsões de suas atividades humanas, segue, sempre, o mesmo rumo, ou seja, o processo de civilização.

[...] É isso o que significam diferenças em estrutura social. Com a rede dinâmica de dependências de que se tece a vida humana, as pulsões e comportamento dos indivíduos assumiam uma forma *diferente*. E é isso o que significam também diferenças em estrutura de personalidade e em padrões sociais de conduta. [...] (ELIAS, 1994, p. 83).

Desta maneira, esses grupos reagem de forma diferente, pois seus corpos estão em contextos inversos. Sobre isso, Elias (1994, p. 47-48) nos apresenta que “é fato observável que pessoas de unidades sociais diferentes comportam-se de forma diferente e em maneiras muito específicas”, entretanto, ele conclui que, mesmo esses indivíduos estando envolvidos em situações diversas, se fundem, em unidade, apenas, à qual pertencem. Assim, entendo que esse era o movimento das famílias de posses sergipanas ligadas ao meio rural, movimento esse que incluía

uma rotina diária regada de intempéries. Tudo isso afetava o corpo de maneira significativa, ocasionando mais cansaço, mais suor, mais odor, com influências na maneira como os corpos se comportavam e reagiam, pois o calor também podia causar alguns desconfortos, como moleza, desânimo e indisposição.

Nesta direção, aponto o caminho do capítulo seguinte, perguntando como esses indivíduos pensavam no cuidado corporal, tendo em vista esta lida diária, ou seja, essa movimentação dos seus corpos.

3 OS INDÍCIOS DO CUIDADO COM O CORPO NOS INVENTÁRIOS JUDICIAIS SERGIPANOS

Neste capítulo, busco compreender quando se desenvolveu a noção de cuidado com o corpo em Sergipe Del Rey no século XIX, de 1821 a 1838. Reafirmo que o ano de 1821 é referente ao aparecimento, nos inventários judiciais, de objetos que denotam a limpeza do corpo, e 1838 quando começou a haver uma diversificação desses objetos. Para obter êxito, esse objetivo será desenvolvido em dois momentos. No primeiro, “Limpar e educar: o cuidado com o corpo e as normas de comportamento”, discuto como se desenvolveu a educação acerca do corpo de um modo geral; e no segundo momento, “Gamelas, bacias e o asseio corporal nos inventários judiciais sergipanos”, apresento os documentos, identifico os objetos e faço uma análise de quando se desenvolveu o cuidado com o corpo em Sergipe Del Rey. Toda esta discussão foi embasada a partir de autores que escreveram sobre a história do Brasil e Sergipe Del Rey, estando, também, sob o aporte teórico de Elias (1994) com o conceito de civilização, e Santos (2011) com o conceito de família.

3.1 Limpar e educar: o cuidado com o corpo e as normas de comportamento

Ao estudar as sociedades passadas, alguns pesquisadores acabam cometendo o erro de julgá-las pelos padrões do presente, e acabam influenciando suas análises, por cobrar do passado aquilo que se afasta do presente, o que não contribui para o entendimento de como era a sociedade. Do mesmo modo acontece quando comparam duas sociedades do passado, mas que estão em tempos e espaços diferentes. Pois, às vezes, o que é uma prática comum em uma sociedade não significa dizer que será em outra, desta forma, é muito lógico que não existam sociedades mais ou menos civilizadas que outras. Assim, o processo civilizador, de Elias (1994), é baseado nas mudanças de comportamento individuais, estas ocorridas a extenso prazo no decorrer da história e sempre mantendo a relação entre sujeito e sociedade.

As obras consultadas²³ pontuam que os povos brasileiros do século XVIII e meados do XIX não tinham cuidado com o lixo ou dejetos, tudo era jogado porta

²³ Costa (1999); Calvacanti (2015); Del Priore (2006-2016); Farias (2009); Gomes (2009); Gondra (2004); Light (2013); Venancio e Del Priore (2010).

afora ou onde fosse mais fácil de se desfazer dos excrementos; as ruas eram como esgotos a céu aberto, e por isso, o cheiro, a imundície pairavam sobre a cidade; com as casas, pouco cuidado se tinha; as refeições eram feitas em uma espécie de mesa feita com uma tábua e cavaletes, sendo comum que as sobras fossem para o chão; utilizavam as mãos ao se alimentar, pratos no colo ou no chão, e serviam-se com os dedos (até mesmo as visitas eram servidas desta forma). Entretanto, Santos (2011), ao trabalhar Sergipe no século XVIII, mostra que, na capitania sergipana, existiram diversos tipos de mesas, mas que o hábito de comer no chão ainda era praticado.

As mesas, por exemplo, citadas, em alguns inventários sergipanos, eram objetos para poucos, pois nesse período havia o hábito de comer sentado no chão ou numa esteira. Os móveis, de uma maneira geral, citados nos inventários, eram produzidos com madeiras nobres, como: jacarandá, cedro e outros. (SANTOS, 2011, p. 124).

A autora concluiu que eram objetos raros, isso pela falta do ofício de carpinteiro na capitania sergipana e por se tratarem de madeiras nobres, mesmo assim, a pesquisadora identifica, nos inventários judiciais setecentistas, diversos tipos de mesas como: mesas com gavetas e tamboretas, mesas grandes, mesa de pau branco, mesas com cadeiras de assentos, mesa de jogo, mesa com cadeiras de couro e até mesas de cedro. Do mesmo modo, encontro, no século XIX, nos inventários de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) e Leandro Jose de Sirqueira, mesas e cadeiras. O que nos revela possibilidades das demais famílias possuírem o costume de comerem sentadas no chão. Sobre isso, Santos (2011) nos lembra que o hábito era algo exclusivo da Colônia. A presença dessas mesas nos mostra que, possivelmente, no início do século XIX, as refeições já eram feitas em conjunto com todos os integrantes da família acomodados. Nesta perspectiva, Del Priore (2016) salienta que:

[...] Tudo indica que, até o século XVIII, o hábito de comer junto não se tinha instalado, [...] as mesas de aba ou cancela, de cavalete ou com pernas de lira mais serviam para suporte de alfaia ou de oratórios de santos. Somente no início do século XIX encontraremos informações como as de John Luccock explicando que “na hora do jantar, a meio dia, pela justaposição de duas ou mais mesinhas formava-se uma única”. À volta, “tamboretas toscas”. Improvisação, portanto. (DEL PRIORE, 2016, p. 250-251).

Mesmo improvisadas, conforme a citação, a presença da mesa é vista com todos sentados à sua volta, que, de acordo com os manuais de instruções, estudados por Nobert Elias (1994), do século XVII ao XIX, ao se sentar à mesa, uma série de etiquetas, a grosso modo, “de proibições”, era colocada em prática como: não conversar muito, não estar mal humorado, não se coçar, não comer rápido, não poder voltar ao prato o que já tinha ido à boca, não oferecer sobra aos outros, não repetir o prato que não estava mais na mesa, não reclamar da comida, não cochilar, não fazer barulho e não limpar os dentes. Além disso, tinham que lavar as mãos antes de comer e tocar nos objetos, apenas com as mãos limpas, entre tantas outras normas de comportamento.

Conforme Costa (1999), nos referidos séculos, os habitantes não se preocupavam com o tipo alimentação e como os ingredientes eram manuseados, todavia, era uma refeição variada e rica devido à diversidade de frutas. Geralmente era uma espécie de vinho fraco, água, carne de porco, carne do sol, frutas, pão, farinha de trigo, farinha de mandioca, peixes, milho e feijão. Porém, as condições da carne, desde o abate até a sua comercialização, não tinham asseio, concluiu Gomes (2009). Comiam com voracidade, faziam barulho e exageravam na gesticulação, conforme Del Priore (2016). A autora expôs, ainda, que os dedos eram usados com frequência, mesmo com existência do garfo; os pratos não eram trocados, e os movimentos, ao se alimentar, eram tão bruscos que as faces não saíam ilesas ao fim da refeição.

Sobre tal contexto, Costa (1999) reforçou que havia uma carência de utensílios de mesa, e que as facas, além de cortar, eram usadas para levar alimentos fincados até a boca. É importante salientar que talheres e prataria, nessa época, eram produtos caros, e só os mais ricos possuíam tais utensílios. Esta afirmação também é pontuada por Santos (2011), ao analisar as famílias sergipanas do século XVIII, que cita que “na maior parte dos lares coloniais comia-se com as mãos, pois, quase não havia facas, colheres, pratos e copos, sendo que o uso desses materiais só será generalizado no século XIX” (SANTOS, 2011, p. 126). Com os documentos do século XIX, percebo, também, uma precariedade desses e de outros utensílios domésticos como mobílias, visto que, nas famílias aqui analisadas, dos 06 (seis) inventários, evidenciei talheres apenas em Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) e Serafim Joze de Oliveira. Deste modo, provavelmente as

demais famílias ainda utilizavam os dedos para se alimentarem, o que não significa dizer que eram maus modos, conforme já foi discutido.

Assim como os talheres, a mobília também era escassa em Sergipe Del Rey, essa escassez de mobília foi comum nas seis famílias dos inventários aqui analisados. Entretanto, Santos (2011, p. 124) nos explica que “a precariedade do mobiliário doméstico causa estranheza, mas tal situação pode ser justificada pelo fato de que, nos primeiros tempos da Colônia, havia uma falta grande de artesãos para executarem esse tipo de serviço, que era muito caro”. Deste modo, fazendo um montante desses tipos de bens encontrados nessas famílias do século XIX, cito: oratório, colheres de prata, garfos de prata, cabos de faca de mesa, camas, mesas, bancos, cadeiras, caixas, arcas, desfiadeira, salvas de prata, copos de prata, aparelhos de espada de prata, baús, tachos de cobre, bacias de cobre, garrafão, catre, tigelas finas, pratos, louças, canecas, leito de madeira e pilão. Entretanto, não posso afirmar que essas famílias não dispunham de mais objetos ou utensílios, pois, assim como Santos (2011),

[...] Sublinho que era muito comum utilizar os recursos materiais do lugar em que moravam para compor o espaço da sua casa, como as madeiras rústicas para fazer os poucos móveis, o barro para as panelas, potes, porrões e outros, a palha para as esteiras, que serviam para dormir e para as refeições, e o cipó para os cestos, caçuás. Nos inventários analisados, não encontrei menção a qualquer item dessa natureza, pois os mesmos eram considerados objetos sem valor monetário, e por isso não integravam a lista dos bens [...]. (SANTOS, 2011, p. 126).

Como Santos (2011), também não identifiquei tais objetos, e mesmo se tratando de famílias diferentes, estas constituíam, com esses objetos, o espaço doméstico na sociedade sergipana do século XIX, sejam dormindo em esteiras, sentando no chão, ou se alimentando com os dedos. Del Priore (2016) salienta que os indivíduos do referido século não viam seus próprios costumes como algo grotesco ou repugnante, modo como eram vistos pelos viajantes que chegavam em todo o Brasil naquela época. Para esses viajantes ou povos que aqui se estabeleciam, os hábitos dos colonos eram vistos como imundos, repugnantes e horríveis, que não se restringiam, apenas, ao corpo do indivíduo, mas se estendiam por toda a residência.

[...] Raramente o interior das habitações era limpo. Quando muito, era varrido com uma vassoura de bambu. Água no chão? Nunca. As paredes, apenas caiadas, ficavam amarelas. A fim de tornar os quartos toleráveis e deles expulsar o mau cheiro, costumava-se queimar plantas odoríferas. Tais odores também mantinham afastados os “atacantes invisíveis”: mosquitos, baratas e outras imundícies. [...] Os penicos estavam em toda parte, e seu conteúdo, sempre fresco, era jogado nas ruas e praias. Acostumado aos “gabinetes à inglesa”, o comerciante inglês John Luccock queixava-se que entre as piores inconveniências domésticas havia certa “tina destinada a receber todas as imundícies e refugos da casa, que, nalguns casos, é levada e esvaziada diariamente, noutros, somente uma vez por semana, de acordo com o número de escravos, seu asseio relativo e pontualidade, porém sempre carregado, já sobremodo insuportável”. Até encherem, tais perfumadas tinas ficavam isoladas no compartimento chamado “secreta”. Quando chovia, eram esvaziadas nas ruas. (DEL PRIORE, 2016, p. 258).

De acordo com a autora supracitada, os hábitos, em torno das necessidades fisiológicas feitas de forma explícita, eram vistos como algo comum, naquela época, pelos habitantes da Colônia, mas os viajantes estrangeiros, que por aqui estiveram, não viam tais costumes com bons olhos. Neste cenário descrito, os colonos se incomodavam com o cheiro, e para amenizar o odor e afastar os insetos indesejáveis, procuravam queimar plantas, contudo, continuavam acumulando as imundícies e jogando na rua sempre quando chovia, sendo uma prática comum referente ao tempo em que viviam. É claro que a sujeira, o calor e esse comportamento não ajudavam a reverter o quadro, e essa não era uma preocupação visada pelos colonos, sobre mudar tais comportamentos. Usavam poucas roupas, geralmente leves e curtas, era um hábito comum estarem semivestidos, devido ao clima quente dos trópicos, conforme nos mostra Jurandir Costa (1990):

No que diz respeito ao modo de vestir e expor o corpo e as funções corporais na intimidade, [...]. Luccock dizia das mulheres que quando entre amigos íntimos, veem-se apenas de camisa, cingida à cintura pelos cordões da saia e com as alças frequentemente caindo de um dos ombros; não usam meias e raramente põem chinelos ou mesmo os socos de madeira com correias pardas a que chamam de tamancos. Os cabelos são compridos e em geral despenteados E, dos homens ... é comum o cavalheiro aparecer com uma barba de vários dias, os cabelos pretos em franco desalinho, embora besuntados de gordura e sem roupa alguma sobre a camisa de algodão... esse traje... o põe de peito aberto e com as mangas arregaçadas até os ombros; mas se, noutras vezes, acham-se atacado ao pescoço e em redor dos pulsos por grossos botões... as fraldas ficam de fora, pendentes à meia canela por cima da cinta que firma ao redor do lombo um par de calças curtas, as pernas vão nuas

e os pés metidos em tamancas. Nada disso é lá muito correto, tanto mais que a epiderme dos brasileiros abunda em pelos e é bastante queimada do sol no peito e nas pernas (COSTA, 1999, p. 90).

Costa (1999) também mostrou que a forma de se vestirem era negligenciável. Porém, tais observações estão dentro de um olhar europeu colonizador, pois esses tipos de comportamentos eram comuns e os sujeitos não sentiam nenhum constrangimento ao reproduzir esses costumes. Deste modo, Norbert Elias (1994) nos lembra que os costumes passam a ser moldados de acordo com o tempo histórico e a longo prazo, e nos lembra, ainda, que este processo acontece de forma diferente, tanto entre as classes quanto entre as diferentes sociedades, tendo em vista que a própria sociedade europeia, por exemplo, não chegou ao refinamento rapidamente, mas gradativamente. Por este motivo, devemos sempre desfazer certas convicções acerca dos hábitos e costumes, ao analisarmos uma sociedade passada, principalmente os relacionados a boas maneiras, pois devemos considerar sempre as diferenças e peculiaridades de cada sociedade, dentro do seu tempo e espaço histórico.

Jurandir Costa (1999) destacou, ainda, que a intimidade familiar à mesa não existia na hora da refeição, esta tinha apenas um único propósito: alimentação. “Sua função não se duplicava da dimensão de estreitamento das relações afetivas, coerção educativa e regulação recíproca de condutas. O grupo familiar não havia desenvolvido o sentimento [...] de intimidade [...] entre pais e filhos” (COSTA, 1999, p. 90). Estar em volta da mesa, com todos os membros da família, resumia-se apenas aos aspectos nutricionais. Entretanto, mais tarde, a hora da refeição se tornou um momento também de valorização de convívio, contato pessoal e reativação de laços entre os membros da família (COSTA, 1999).

A sociabilidade à mesa era exercida pelo homem, uma vez que as famílias coloniais cada vez mais se aproximavam do modelo patriarcal. Aliás, era esse o modelo da família portuguesa colonizadora, em que o pai era visto como chefe e todos dependiam dele, o qual conduzia a família à mão de ferro, pensando sempre nos anseios e projetos de todos, ou melhor, para o bem de todos, segundo as suas convicções, pois os desejos corretos eram sempre os desejos do pai (COSTA, 1999).

Deste modo, o patriarcalismo foi, sem sombra de dúvidas, o modelo histórico da família brasileira, resultado das tradições portuguesas e da colonização agrária e

escravocrata. A família colonial, indubitavelmente, passou a ser sinônimo de organização social e econômica, sendo esta uma instituição fundamental para o convívio de todos em sociedade, em que toda parentela dependia do senhor patriarcal, o qual ditava as formas de relações sociais e o modo de vida de todos que estavam sobre os seus cuidados. A família rural consolida-se com o pai detendo todo poder, que, por sua vez, era sustentado pela moral religiosa, e assim, todos os integrantes da família deviam obediência ao patriarca.

[...] O poder paterno colonial alimentava-se da ética religiosa e do domínio do latifúndio sobre o meio cultural. Foi neste terreno baldio da ordem social que o poder do pai cresceu e frutificou. E, com ele, toda a série de comportamentos e sentimentos que formavam a intimidade familiar. Em consequências, estes hábitos não podiam ser etiquetados de legais ou ilegais. Eles poderiam ser úteis ou nocivos, mas nunca redutíveis ao território da justiça. Só as instâncias que enunciassem os julgamentos em termos morais poderiam ser aceitas. Fora desses parâmetros toda intromissão à sua substância. O instrumento adequado ao controle da vida íntima deveria, portanto, ostentar insígnias de poder e saber sobre a moral. (COSTA, 1999, p. 62-63).

Gilberto Freyre (2004) também concordou que a família era regida pela autoridade do pai, e que esse modelo patriarcal se desenvolveu tanto na zona rural quanto na zona urbana. O autor ainda pontua que a formação da família brasileira deriva da miscigenação de três principais povos: indígena, europeu e africano, e que esta incorporou-se por meio de uma base econômica agrícola e de mão de obra escrava. Isso deu à família colonial funções sociais e políticas, principalmente no período em que a família real chega ao Brasil, quando a família brasileira passa a manter fortes relações com a Corte portuguesa. É importante frisar que na família patriarcal era “muito maior o número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas” (FREYRE, 2004, p. 84), os quais eram considerados membros secundários, como irmãos de cria ou filhos ilegítimos, escravos, parentes distantes, afilhados, escravos domésticos (amas, mucamas e serviçais), amigos e outros agregados.

Procurando compreender sobre esta representação familiar e sobre a força do patriarcado no período em Sergipe setecentista, a autora Vera Santos (2016) recorreu a dois autores de época, Raphael Bluteau e Antônio Silva, os quais consultei. Bluteau (1728, s. p) pontuou família como um conjunto de “[...] pessoas

que se compõem uma casa, pays, filhos e domésticos”; e Silva (1789, s. p) entendeu família como “[...] pessoas de que se compõem uma casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes, e aliados. O que está sob o pátrio poder”. Deste modo, também consultei o autor Luiz Pinto (1832, s. p), que definiu família como “[...] as pessoas de uma casa. Os parentes”. Santos (2016) avaliou os vocábulos de Bluteau (1728) e Silva (1789) e sobre a ótica de Farias (1998, p. 40), que diz que o “parentesco inclui relações não consanguíneas”; e Bourdieu (1999, p. 43), que entende família como “[...] continuidade simbólica e rede de relações que se perpetuam [...]”. A autora fez a sua análise e concluiu que “a família, no período colonial, envolvia o núcleo consanguíneo e os aliados que iam se agregando àquele núcleo” (SANTOS, 2016, p. 149).

De tal modo, analisando os pormenores, e de acordo com suas fontes, a autora afirma que os familiares nem sempre eram os filhos. Genros, noras, netos, afilhados e agregados também faziam parte da família, conforme seus documentos. Ou seja, familiares não sanguíneos também tinham direito à partilha caso fosse um desejo do inventariado. Assim, Santos (2011) define família sergipana no século XVIII como todos os membros que pertencem a uma única casa, onde todos estão sobre o comando do pai, e que os destinos dos bens deixados nos inventários podiam englobar perda, manutenção ou ampliação de poder a partir dos seus beneficiados. Santos (2011) também salienta que quando há presença de um tutor na documentação, é para que este assuma a administração dos bens da família, para que ela possa manter a sua unidade e controlar ou aumentar o patrimônio desta.

A referida autora explica que a maioria das tutorias acontecia no caso da morte do pai, pois a morte da mãe, segundo a autora, não gerava orfandade, não havendo, portanto, a necessidade de um tutor. E que, isoladamente, esses documentos revelam as relações familiares organizadas segundo o padrão português vinculado às práticas jurídicas, pois colocava o homem na condição de administrador nato, provedor do matrimônio, da família e da educação dos filhos. Assim, a formação da família brasileira e, conseqüentemente, sergipana, visava a garantir o patrimônio sem perder de vista o viés patriarcal, que orientou a formação da família desde os tempos da colonização.

A respeito desta garantia e perpetuação de bens, Santos (2011) mostrou que as mulheres sergipanas setecentistas assumiram um lugar simbólico do pai dos seus

filhos e que vivenciaram não apenas atividades voltadas aos serviços domésticos. Santos (2011) afirma que essas

[...] não viveram reclusas. Com a morte de seus maridos, assumiram o lugar simbólico de pai e se envolveram em tarefas próprias do mundo masculino e, assim, envoltas na aura do poder patriarcal, vivenciaram atividades que estavam além do ambiente doméstico. Desse modo, administraram engenhos, alambiques, sítios, plantações, comandaram escravos e negociaram produtos. Algumas dessas mulheres assinaram a rogo, outras grafaram os seus próprios nomes nos inventários de seus maridos, e algumas delas exerceram a tutoria de seus órfãos menores de vinte e cinco anos de idade. Sob a ordem jurídica setecentista, as tutoras criaram e educaram os seus filhos órfãos menores, com amor e zelo de mãe, na forma da lei. Assim, a mulher garantiu o patrimônio da família e a Coroa Portuguesa, aliada à Justiça, enquadrou todos os sergipanos no novo projeto de nação moderna. (SANTOS, 2011, p. 8).

Ainda conforme Santos (2011), os filhos representavam não somente a perpetuação do patrimônio, mas também a perpetuação do nome da família, por meio das alianças matrimoniais.

A força do patriarcalismo se estabelece quando perpetua a existência da família e consequentemente dos filhos. Quando o pai morre, ou se ausenta de suas funções, a mãe assume a função simbólica de pai, função essa apresentada de forma encadeada ao plano jurídico-político-religioso. Assim articulado, o Reino Português se firma quando incentiva a formação de novas famílias segundo o padrão português. Desse modo, é preciso que os homens se casem e fabriquem filhos que darão continuidade as suas famílias [...] através das alianças matrimoniais que eram a priori alianças de negócios. Visto desse modo, o casamento representava negócios para toda vida, e negócios, portanto, não existiam amor, paixão ou qualquer outro sentimento. Envolver-se com tais sentimentos poderia colocar em risco a função do casamento e, dessa maneira, desestabilizar a ordem jurídica, a transmissão do patrimônio familiar e não garantir as alianças tão almejadas. (SANTOS, 2016, p. 147-148).

Del Priore (2006) pontuou que os casamentos nos séculos XVIII e XIX eram verdadeiros contratos sociais entre as elites. “Pelas leis da Igreja, aos 14 anos, os rapazes podiam contrair casamento; as meninas estavam aptas a partir de 12” (DEL PRIORE, 2006, p. 20). Para não enfraquecerem as relações familiares, tinham o cuidado em promover esses matrimônios com os grupos do mesmo nível social e econômico, entretanto, conforme a autora, isso não acontecia com os humildes. Neste caso, o amor e o afeto eram levados em consideração, porque,

diferentemente da elite, pobres e libertos não tinham o que oferecer, viviam uma vida simples. É importante ressaltar que as criadas de serviços domésticos tinham casamentos arranjados por seus senhores, na intenção de dar continuidade aos serviços da casa, por isso arrumavam homens de sua confiança (DEL PRIORE, 2006).

Indubitavelmente, é perceptível a influência do patriarcalismo nas escolhas e no destino de todos que estavam sobre o poder do pai, principalmente sobre as mulheres, quando Del Priore (2006) expõe que os pais temiam que suas filhas desviassem das funções naturais de esposa obediente ao marido e de mãe consagrada aos filhos.

Para melhor compreender este modelo ou formação social tão presente nas elites brasileiras, busco as lentes de Roger Chartier (2002, p. 16-17). Nesta pesquisa, compreendida como um estudo dos processos pelos quais as coisas passam a adquirir um sentido, amparo a ideia de que toda realidade social é construída e pensada em diferentes lugares e momentos. Desta forma, posso afirmar que o modelo patriarcal, tão forte no Brasil oitocentista, pode ser considerado um fenômeno cultural e social na historiografia brasileira. Pois, conforme Chartier (2002), a história cultural do social ganha sentido por meio das práticas culturais cotidianas, estas concluídas por meio de esquemas, classificações, divisões e delimitações intelectuais que orientam o mundo social, envoltas nas relações entre os indivíduos, da sociabilidade, dos modos de ser, agir e se manifestar para o alcance de um fim.

Mesmo regida pelo pátrio poder, como enfatizou Santos (2011), a família tinha sua função na sociedade e seus indivíduos, mesmo regidos pelo pai, tinham suas finalidades dentro do meio social em que viviam. Deste modo, a família torna-se, também, um agente importante no processo de civilização, pois, conforme Norbert Elias (1994), civilização é uma importante ferramenta para que possamos compreender os modos e as mudanças de comportamentos na sociedade dentro de um processo histórico, portanto, estabelecendo sempre uma relação entre indivíduo e sociedade. Segundo este sociólogo, o nosso modelo de civilização é resultado do modelo civilizacional europeu, assim, indiscutivelmente, o patriarcalismo foi um modelo cultural agregado ao nosso país com posterior expansão significativa (ELIAS, 1994).

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. (É decerto desnecessário, mas talvez útil, dizer que Sigmund e Anna Freud são os pais do conceito de impulsos pulsionais humanos moldáveis, capazes de sublimação.) O fato de que processos de civilização não seriam possíveis sem um potencial de civilização biológico que os antecederse é facilmente esquecido. Dado que os seres humanos, diferentemente de muitos outros seres vivos sociais, não possuem uma regulação nativa dos afetos e pulsões, eles não podem prescindir da mobilização de sua disposição natural rumo à auto-regulação mediante o aprendizado pessoal dos controles dos afetos e pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmos e com os outros seres humanos. O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições da *individualização* do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos. (ELIAS, 2006, p. 21, grifo do autor).

Esse processo de autorregulação, como já salientado, sob o aporte teórico de Norbert Elias (1994), define a sociedade como tendo dois tipos de comportamentos, denominados por ele de “o primitivo” e “o civilizado”. A sociedade está marcada por restrições e proibições e, por sua vez, cercada de tabus que envolvem as funções corporais, em que o primitivo era sustentado pelo medo de outros indivíduos, seriam os controles externos, a coibição, o proibido, o não pode fazer isso ou aquilo; e o civilizado transformado pelos controles internos, seriam o não posso e o não devo (ELIAS, 1994). Deste modo, essa educação patriarcal seria, de certa forma, um agente “regulador” para jovens e crianças da Colônia, uma vez que o pai interveria na vida e, conseqüentemente, no comportamento de todos.

Logo, a família torna-se, também, um agente importante no processo de civilização, pois, conforme Norbert Elias (1994), é por meio dela que podemos compreender os modos e as mudanças de comportamentos na sociedade dentro de um processo histórico, estabelecendo, sempre, uma relação entre indivíduo e sociedade.

3.2 Gamelas, bacias e o asseio corporal nos inventários judiciais sergipanos

Discutir o cuidado com o corpo é, sem sombra de dúvidas, adentrar em um universo múltiplo que não se resume apenas aos bons e maus costumes relacionados a ele. Os espaços, os lugares e as relações sociais fazem com que o corpo eduque-se, porém de acordo com o tempo ao qual pertence, pois ao falar de corpo, indubitavelmente, falamos de saúde, cotidiano, costumes, ambiente, emoções, educação, modelos e práticas. Desta forma, essa série de processos se cruza não sendo mais possível pensar em corpo de uma forma individualizada, apesar do corpo físico ser, antes de mais nada, um espaço privado e individual, mas que pertence a um cenário social no qual está inserido. Ou seja, cuidar do corpo não se resume apenas aos hábitos de higiene propriamente ditos, como bem discutidos no início deste labor, mas também aos modos e hábitos no comportamento, sejam eles nas refeições à mesa, no convívio familiar, no vestir-se de acordo com a época e com as relações em sociedade.

[...] o impulso para a limpeza regular e limpeza corporal constante, para começar, não deriva de uma noção claramente definida de higiene, de uma compreensão clara ou, como dizemos habitualmente, "racional" do perigo da sujeira para a saúde. A relação com a lavagem, também, muda em conjunto com a transformação nos relacionamentos humanos [...] No início, era considerado natural que as pessoas se lavassem regularmente apenas como sinal de respeito aos demais, especialmente aos superiores sociais, isto é, por razões sociais, sob a pressão de compulsões externas mais ou menos perceptíveis. A lavagem regular é omitida, ou limitada ao mínimo exigido pelo bem-estar pessoal imediato, quando estão ausentes essas compulsões externas, quando a posição social não a exige. Hoje o banho e a limpeza do corpo são instilados no indivíduo desde tenra idade como uma espécie de hábito automático, de modo que gradualmente desaparece de sua consciência a ideia de que toma banho e se disciplina a manter uma higiene constante por respeito aos outros e, pelo menos originalmente, por instigação de outras pessoas, isto é, por razões de compulsão externa. [...] (ELIAS, 1994, p. 266-267).

Conforme o autor, o ser humano precisa tomar banho por uma questão de aceitação na sociedade, seja ela por questões psicológicas ou sociais. O banho, segundo ele, assim como todo comportamento humano individual e social, está regido por um movimento de controles internos e externos que vão se modificando

de acordo com as transformações da sociedade vigente, em um processo de longo prazo. Nöbert Elias (1994) nos explica, ainda, que o indivíduo

[...] se lava por compulsão interna, mesmo que não esteja presente alguém que possa censurá-lo ou puni-lo o se não agir assim. Se não faz isso, achamos hoje - o que não acontecia antes - que ele não foi inteiramente bem condicionado ao padrão social vigente. A mesma mudança no comportamento e na vida afetiva que surgiu no estudo de outras curvas de civilização é também vista aqui. As relações sociais são transformadas de tal modo que as compulsões que as pessoas exercem umas sobre as outras são convertidas em formas mais ou menos pronunciadas de auto compulsão no indivíduo. A formação do superego é consolidada. E, em suma, aquele setor do indivíduo que representa o código social, seu próprio superego, que hoje constrange o indivíduo a se lavar e limpar regularmente. O mecanismo torna-se talvez ainda mais claro se lembrarmos que hoje os homens se barbeiam mesmo que não haja obrigação social de fazê-lo, e mesmo que essa omissão certamente não seja prejudicial à saúde. A lavagem regular com sabão e água e outro desses "atos compulsivos" cultivados em nossa sociedade pela natureza de nosso condicionamento e consolidados em nossa consciência por explicações de higiene, "racionais". (ELIAS, 1994, p. 266-267).

Conforme o autor, esses atos compulsivos são resultados da inter-relação entre a personalidade e o psíquico, que geram um movimento de controles e comportamentos estabelecidos em nossa consciência e no meio social, exercendo essas compulsões sobre as outras pessoas. Desta forma, o cuidar do corpo engloba práticas, comportamentos, hábitos ou costumes. Elias (1994) também nos alerta que os comportamentos inerentes ao corpo podem ser considerados comuns em um dado tempo, período ou momento da história, mas que podem se transformar em práticas indescritíveis ou incomuns em uma outra época. Assim, é preciso entendermos que o corpo está inserido em diversos contextos, e não somente dentro das normas de higiene discutidas amplamente no início deste trabalho.

Apesar de existirem diversas obras sobre Sergipe, muito pouco se escreveu da vida do povo sergipano, e o cuidado com o corpo ainda é um tema a ser estudado. Deste modo, a partir das famílias que possuíam, entre seus bens, materiais que indicavam o cuidado do corpo, como as “gamelas de banho”, fui movido pelo sentido da palavra “gamela” e pelo seu complemento “de banho”, busquei o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (2004), em que gamela significa “vasilha de barro ou de madeira para dar comida a animais domésticos”. No entanto, a obra não me deu o entendimento esperado,

muito menos a dimensão da palavra; para tanto, fui perscrutar os autores da época: Bluteau (1728), Pinto (1832) e Silva (1789). Esses autores apresentam, primeiramente, a gamela como “vaso de pão côncavo”, ou seja, com uma superfície mais profunda no centro, em seguida, trazem mais significados. Bluteau (1728) salienta que a gamela era, também, um “tronco, em que comem os porcos”, que ela podia ser, inclusive, mais larga e um pouco funda, na qual “as mulheres costumão trazer mãos de carneiro” e que, em formato de vaso cavado, “se punhão as carnes na mesa”; Pinto (1832) conclui, apenas, que esse objeto tinha várias serventias; e Silva (1789) menciona a gamela como objeto “para dar de beber as bestas”, além disso é o único que especifica que ela era usada “para banhos, ou lavar o corpo”.

Pelo que os autores expressaram, existiram três tipos de gamelas, uma para o uso doméstico, outra para a alimentação de animais e outra para o banho; entendendo, também, o porquê da especificação “de banho” usada pelos avaliadores nos inventários, devido aos três tipos de gamela que existiam na época. É possível concluir, ainda, que elas podiam ser em alguidar, forma mais circular, ou côncava, e que suas estruturas podiam variar muito, desde tamanhos pequenos, para armazenagem de pães ou para servir alimentos, a tamanhos maiores, para comedouro e bebedouro de animais, e, por último, como uma espécie de banheira para a limpeza e asseio do corpo.

Figura 5 – Gamela de banho



Descrição: Monumental gamela de orelhas século XIX, medindo 31 cm de altura por 155 cm por 84 cm, com furo para saída de água no fundo para colocação de rolha.

Fonte: Figura disponível em: <<http://www.acervobrasil.lel.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Figura 6 – Gamela para comedouro ou bebedouro de animais



Descrição: Tradicional utensílio rural, a Gamela em madeira de lei bruta, cunhada no tronco maciço, era muito usada em fazendas. Data da primeira metade do Séc. XIX. Medindo 0,70 x 2,10 x 0,70 m. Fonte: Figura disponível em: <<https://www.marciopinho.com.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

Figura 7 – Gamela para uso doméstico



Descrição: Gamela de orelhas do século XIX, medindo 14 cm de altura por 76 cm por 61 cm. Fonte: Figura disponível em: <<http://www.acervobrasil.lel.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

A partir dos bens, mais precisamente das gamelas de banho, posso dizer que o cuidado com o corpo em Sergipe Del Rey começou a se desenvolver no início do

século XIX, ao constatar a presença do primeiro objeto que denota limpeza do corpo, como nos mostra o quadro: uma gamela de banho, no inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), de maio 1821, na Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba, sendo a gamela de Anna Francisca do Espírito Santo, de agosto do mesmo ano. E essas gamelas de banho vão aparecendo em mais 05 (cinco) inventários, até 1938, no inventário de Antônio Manoel de Araújo.

Quadro 5 – As famílias detentoras das gamelas de banho em Sergipe Del Rey (1821 – 1838)

Nº	Ano	Inventariado	Inventariante	Item	Cidade, villa ou povoação
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	José Rodrigues Dantas (Capitão)	Gamela de banho	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espírito Santo	Bernardo Gomes de Melo	Gamela de banho	Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	Maria Francisca da Silva	Gamela de banho	São Christóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	Felix Barreto Vasconcelos Menezes (Tenente Coronel)	Gamela de banho	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	Thereza Maria de Jesus	Gamela de banho	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antônio Manoel de Araujo	Maria da Victoria Freire	Gamela de banho	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir da pesquisa realizada nos catálogos judiciais do século XIX de Sergipe da Comarca de Aracaju e pesquisa no Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Depois de 1838, começa a haver uma diversificação dos objetos, além das gamelas de banho, que continuam aparecendo em outros inventários, aleatoriamente, com o passar do tempo, outros objetos começam aparecer em paralelo como: sabão, caixas com sabão, lavatórios, lavatório com jarro e bacia, lavatório com tampo de mármore, gamelas, toalete e peças para lavatório. É importante frisar que a variedade desses objetos continua aparecendo até 1900, conforme o Catálogo dos Inventários dos séculos XIX (1811 – 1900).

A partir das análises acerca desses inventários, elenco abaixo, além de suas gamelas de banho, utensílios e objetos que, de alguma forma, contribuem com a ideia de cuidado com o corpo e bons costumes.

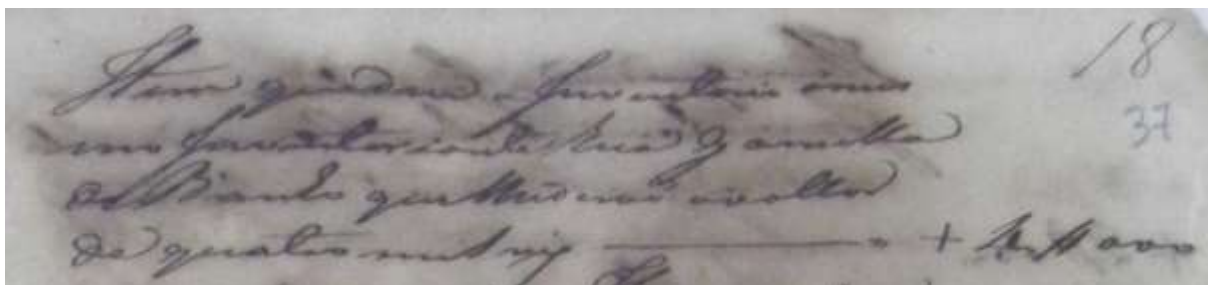
Quadro 6 – As gamelas de banho e outros bens ligados ao cuidado com o corpo
(1821 – 1838)

Nº	Ano	Inventariado	Bens ligados ao asseio com o corpo	Cidade, Villa ou Povoação
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	Colheres de prata, garfos de prata, cabos de faca de prata, copo de prata, gamela de banho, bacias de cobre.	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espirito Santo	Gamela de banho.	Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	Gamela de banho, lenços, sabão.	São Cristóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	Gamela de banho.	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	Colheres de prata, garfos de prata, gamela de banho.	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antônio Manoel de Araujo	Gamela de banho.	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Mesmo com uma quantidade pequena de itens, analisando os pormenores, foi possível perceber e correlacionar cada objeto ao corpo e ao comportamento. As gamelas de banho, como o próprio nome já diz, eram destinadas ao banho dessas famílias de posses. Elas aparecem em todos os inventários analisados, e é possível supor que pais, filhos e demais familiares dividiam a mesma gamela, assim, este utensílio era de uso coletivo, pois em cada inventário esse objeto é descrito apenas como “humã gamela de banho”, ou seja, como uma única unidade, como pode ser observado em parte de cada documento abaixo, seguido de suas transcrições:

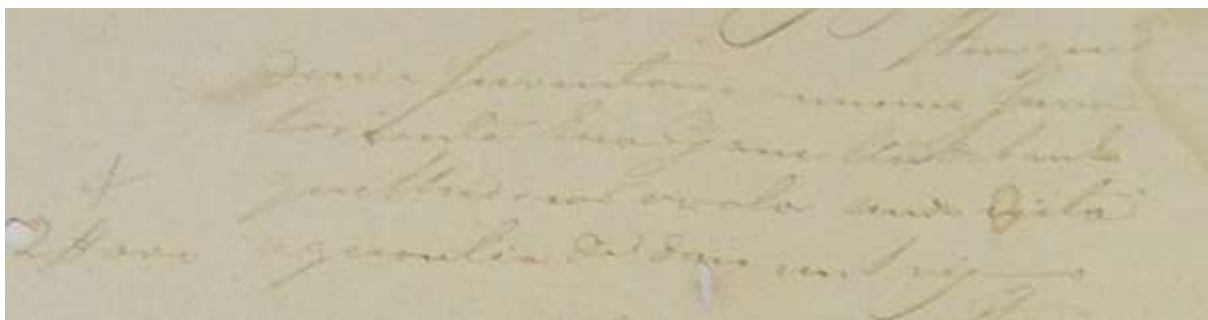
Figura 8 – Parte da lista de bens do inventário de Mathias Gonçalves Pereira
(Tenente Coronel)



Fonte: Inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) (1821, p. 18).

Item que deo a inventario mes	
mo inventariante huma gamela	
de banho que lhe derão o valor	
de quatro mil reis	4\$000

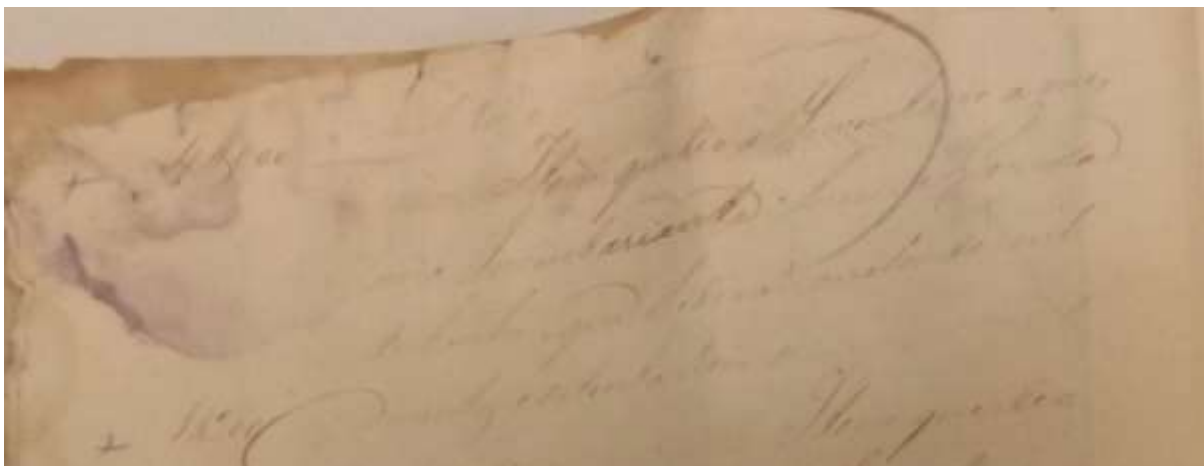
Figura 9 – Parte da lista de bens do inventário de Anna Francisca do Espírito Santo



Fonte: Inventário de Anna Francisca do Espírito Santo (1821, p. 14).

5	Item que
	deo a inventario mesmo inven
	tariante hua gamella de banho
	que lhe derão o valor [illegível]
2\$000	a quantia de dois mil reis

Figura 10 – Parte da lista de bens do inventário de José da Cruz Pereira



Fonte: Inventário de José da Cruz (1830, p. [illegível]).

Item que deo a inventario mes
mo inventariante huma gamela
de banho que lhe derão o valor de mil
1\$280 duzentos e oitenta reis

Figura 11 – Parte da lista de bens do inventário de Leandro Jose de Sirqueira



Fonte: Inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833, p. 11).

25 Item que
deo a inventario mesmo inventa
riante hua gamella de benho que

Figura 12 – Continuação da parte da lista de bens do inventário de Leandro Jose de Sirqueira



Fonte: Inventário de Leandro Jose de Sirqueira (1833, p. 12).

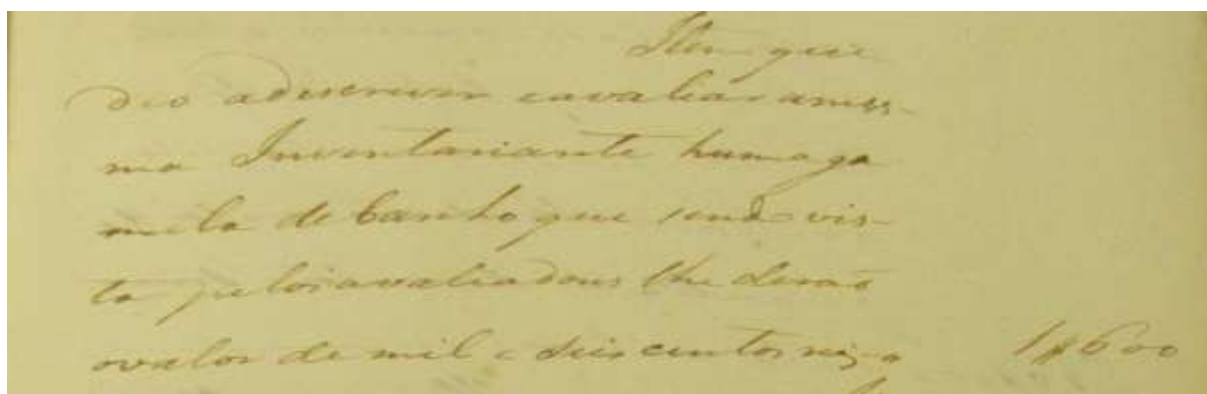
[Illegível] pelos avaliadores

lhe deram o valor de dois mil e quinhentos e

secenta reis

2\$560

Figura 13 – Parte da lista de bens do inventário de Serafim Joze de Oliveira



Fonte: Inventário de Serafim Joze de Oliveira (1837, p. 07).

Item que

5

deu a descrever e avaliar o mes

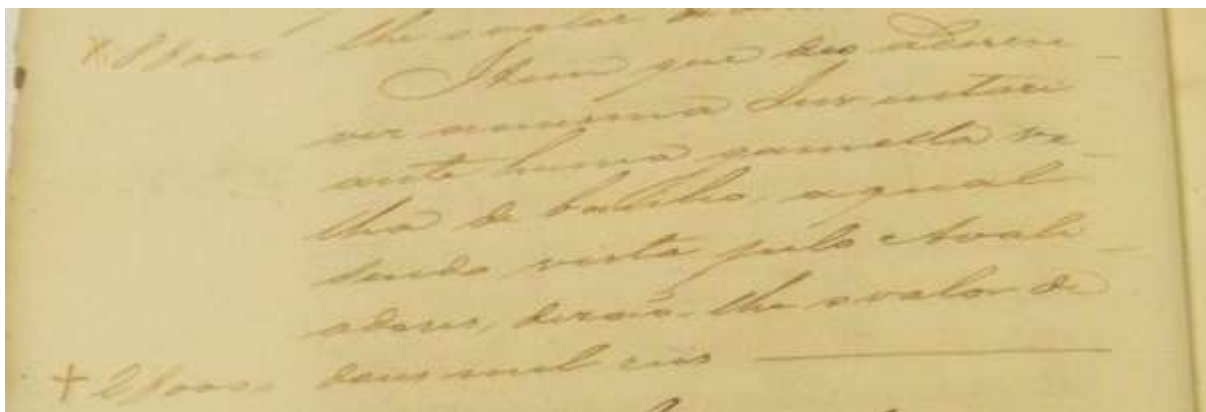
mo inventariante hum a ga

mela de banho que sendo vista pelos avaliadores lhe derão

o valor de mil e seis centos reis

1\$600

Figura 14 – Parte da lista de bens do inventário de Antonio Manoel de Araujo



Fonte: Inventário de Antonio Manoel de Araujo (1838, p. 22).

	Item que deo a descre
	ver a mesmo inventari
	ante huma gamela velha de banho a qual
15	sendo vista pelo avali
	adores derão lhe o valor de
2\$000	dois mil reis

Das 06 (seis) gamelas de banho identificadas, apenas a gamela de Antonio Manoel de Araujo é descrita como velha, avaliada em “2\$000 dois mil réis”, afirmando, de certa forma, que as outras 05 (cinco) estavam em perfeito estado, com avaliações de: “4\$000 quatro mil réis” (Gamela de Mathias Gonçalves Pereira – Tenente Coronel), “2\$000 dois mil reis” (Gamela de Anna Francisca do Espírito Santo), “1\$280 mil duzentos e oitenta réis” (Gamela de José da Cruz Pereira), “2\$560 dois mil e quinhentos e secenta reis” (Gamela de Leandro Jose de Sirqueira) e “1\$600 mil e seis centos reis” (Gamela de Serafim Joze de Oliveira).

A partir desses inventários, posso afirmar que em Sergipe, no século XIX, já existiam famílias preocupadas com o cuidado do corpo e que essa descoberta, indubitavelmente, comprova que o banho já era, de alguma forma, pensado e praticado, além de ser um hábito comum entre essas famílias, sendo também um utensílio importante por estarem, justamente, em inventários com valores altos, que variavam entre 1\$280 a 4\$000 mil réis, conforme as transcrições. Das seis gamelas identificadas, só foi especificado em dois inventários o destino de duas delas, a gamela de banho de Anna Francisca do Espírito Santo foi herdada pelo inventariante

Bernardo Gomes de Mello, e a gamela de banho de José da Cruz foi vendida em um dos quinhões de seu inventário.

Outro objeto a ser destacado é a bacia de cobre. A princípio, não havia visualizado uma bacia como item que podia estar relacionado ao corpo, isso por não ter dado importância, por se tratar de um utensílio pouco utilizado. Instigado pelo detalhe de essas bacias serem feitas de cobre, recorri aos dicionários setecentistas²⁴ da época, os quais detalham uma bacia como um vaso feito de barro, arame ou metal, podendo ser funda ou rasa, de estrutura redonda ou ovalada e que tinha diversas serventias, como ter água para as mãos, fazer a barba, lavar os pés e, até mesmo, urinar, entre outros usos e outras lavagens não especificados. Foi a partir desta busca e entendimento, que foi possível perceber que tal objeto pode estar sim associado ao uso do corpo, devido às funções de limpeza ou até mesmo pelo seu uso como uma espécie de recipiente de despejo de urina, para a época.

Ainda compondo o Quadro 6, encontro, em apenas dois inventários, talheres (colheres, garfos e facas) e copo, ambos de prata, mostrando que estes eram materiais escassos. Conforme Nobert Elias (1994, p. 115), nesse período “[...] praticamente não existem garfos e quando os há são para tirar carne de uma travessa [...]”. Assim, mesmo encontrando esses materiais em Sergipe Del Rey, como mostram os inventários de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) e Serafim Joze de Oliveira, suponho que as demais famílias ainda comiam com as mãos, pois esses materiais eram praticamente limitados e caros, pois “o garfo era ainda basicamente artigo de luxo da classe alta, geralmente feito de prata ou ouro” (ELIAS, 1994, p. 82). O uso de tais instrumentos nessas duas famílias não significava dizer que as demais não estavam em padrão de refinamento abaixo.

[...] o modo como pessoas argumentam que este ou aquele comportamento ou costume à mesa é melhor que outro, por exemplo, mal se pode distinguir da maneira como alegam que uma expressão linguística é preferível a outra. Isto não corresponde à expectativa que talvez tenha um observador do século XX. Ele, por exemplo, acha, talvez, que a eliminação do hábito de "comer com as mãos", a adoção do garfo, as louças e talheres individuais, e todos

²⁴ BLUTEAU, 1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/bacia>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PINTO, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/bacia>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, 1789. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/bacia>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

os demais rituais de seu próprio padrão podem ser explicados por "razões higiênicas". Isto porque é esta a maneira como ele mesmo explica, de modo geral, esses costumes. Mas o fato é que, em data tão recente como a segunda metade do século XVIII, praticamente nada desse tipo condicionava o maior controle que as pessoas impunham a si mesmas. De qualquer modo, as chamadas "explicações racionais" têm bem pouca importância em comparação com outras. Nas primeiras fases a necessidade de controle em geral era explicada assim: Faça isto ou não faça aquilo, porque não é cortês, não é "fino". Um "nobre" não faz essas coisas [...] (ELIAS, 1994, p. 122).

Conforme Nobert Elias (1994), as normas de conduta, de comer com as mãos ou em outras atividades elementares, vão mudando lentamente, à maneira de como o indivíduo sente-se e comporta-se, chamando esta mudança de "civilização" gradual, que só é entendida por meio de uma consciência histórica, segundo o autor, como já salientado. Este ainda contempla que esse desenvolvimento dos modos muda a estrutura das relações humanas na sociedade e a personalidade do homem.

Continuando a composição do quadro, encontro, no inventário de José da Cruz Pereira, o acessório lenços, que suponho a existência de mais de um pela sua grafia no plural. O lenço, conforme Bluteau (1728), Pinto (1832) e Silva (1789), era um pedaço de pano ou tela, quadrado, de linho ou algodão, usado para limpar o rosto do suor ou para assoar o nariz. Um acessório que, conforme Elias (1994), desde o século XVIII, era um complemento fino e os ricos levavam no bolso.

A loja de José da Cruz, mais precisamente a quantidade e variedade de tecidos identificados em seu inventário nos chamam a atenção, tanto pela grandiosidade do negócio quanto pela presença deste produto. Com uma apreciação detalhada, é possível concluir que esses tecidos se disseminaram pela sociedade sergipana oitocentista, e que esses eram usados, supostamente, em suas casas, para forro de camas, cortinas ou toalhas de mesa. É possível julgar, também, que esses tecidos foram usados na fabricação de roupas, assim, o vestir-se, no século XIX em Sergipe Del Rey, já era pensado. Desta forma, o homem sergipano se preocupava com a troca de roupas e de estar bem apresentado perante os outros, pois os tecidos da loja de José da Cruz eram importados. Mas até que ponto vestir-se bem era sinônimo de limpeza ou higiene para determinada época? Sobre esse ponto, Del Priore (2016) nos mostra que:

A roupa, na sua forma, cor e substância, significou, entre os séculos XVI e XVIII, uma condição, uma qualidade, um estado. Não havia dúvidas quanto a isso. Instrumento de regulação política, social e econômica, as “leis suntuárias” existiam para manter visíveis os níveis sociais de quem se vestia. O luxo de tecidos e bordados era apanágio da aristocracia. Seus membros não podiam ser confundidos com os das camadas emergentes. Codificando cortes, materiais, tinturas, a roupa garantia marcas de poder, intensificando-lhes o brilho. [...] Entre os séculos XV e XVIII, a roupa tinha um papel político-social. Ela funcionava como signo de hierarquização, de fixidez ou de mobilidade dos grupos. (DEL PRIORE, 2016, p. 334).

Deste modo, o homem sergipano se preocupava com a aparência, com o status e com a sua condição de poder perante a sociedade, isso levando em consideração os tecidos de José da Cruz vindos da Índia e da Inglaterra, por exemplo. Entretanto, a troca de roupa era uma preocupação de cuidado? Estava associada à limpeza? Ou estar bem vestido era, somente, sinal de poder, como pontuou Del Priore (2016)? Sobre este assunto, Nobert Elias (1994) se posiciona de forma breve, salientando apenas que a roupa, de fato, descreve a qualidade social das pessoas, não somente as roupas, mas as habitações, as maneiras e até as falas do indivíduo. O vestir-se, conforme o autor, é uma forma de postura. Para Elias (1994, p. 50), o indivíduo “muda de roupa três vezes ao dia; à mesa observa – e também na sala de estar e de visitas – certas leis prescritas de decoro”, assim, observamos que não há normas ou condutas de higiene propriamente ditas, mas de uma postura, comportamento e decência perante o outro indivíduo, ou seja, seria o processo de autorrestrições.

Assim, o comportamento de trocar-se de roupas ou os demais modos de comportamento reproduzidos pelo indivíduo são gerados por comandos ou proibições de regras de condutas, que foram impostos por uma classe social superior, adquiridos pelo indivíduo por consideração ou medo dos outros, e instalados nestes como autorrestrições, conforme Nobert Elias (1994, p. 268-269). Esses medos são desenvolvidos de forma externa e interna. Externa, pelo medo direto de outras pessoas, e interna, gerada pelo próprio superego do indivíduo. Esses modos de condutas e comportamento também podem ser vistos como uma maneira de distinção de classes. É importante salientar que todo esse desenvolvimento muda a estrutura das relações humanas na sociedade e a personalidade do homem, mas, como o próprio Elias (1994) pontua, de forma progressiva.

Ainda no inventário de José da Cruz Pereira, foi identificado um sabão. Não era comum constar este item nos inventários; dos seis aqui descritos, este elemento aparece apenas um e uma vez. Sem sombra de dúvidas, era usado para lavagem, isso confirmado por Bluteau (1728) e Silva (1789), que o sabão servia para lavar roupa. Estes autores e Pinto (1832) concordam que o sabão era uma pasta ou massa de sebo, feito com cinzas, cal, gordura cozida ou outros ingredientes. Ademais, conforme Rodrigues (1999, p. 167), o sabão era um apagador e dissolvedor do casão, um alardeando de purificação radical, um detergente, um eliminador de gorduras, de suor e sujeira, um erradicador, ou seja, um instrumento de higiene.

Assim, dos itens relacionados ao cuidado do corpo, podemos perceber poucos destinados a este uso, além de uma grande escassez desses utensílios, que pode ser justificada por se tratar do início do século XIX. Conforme os autores que trabalharam as questões de higiene, a citar Gondra, Del Priore, Costa, entre outros, o processo de higienização começa a ser aplicado nas cidades e nos corpos a partir da segunda metade do século XIX, e é recorrente perceber que a maioria desses estudos pontuam que as medidas higienistas são tomadas após o momento de crises epidêmicas. Neste sentido, as escolas foram as primeiras disseminadoras de bons hábitos e costumes para a preservação e cuidado com a saúde, com o intuito de precaver e diminuir essas moléstias, tratava-se da medicalização pelo modelo francês higienista.

Assim, objetos de cuidado com o corpo, consequentemente, passam a ser mais frequentes na segunda metade do século XIX, conforme a bibliografia analisada e a triagem feita nos inventários judiciais sergipanos do século XIX. Pois é constatado que, após o ano de 1838, começa a haver um movimento de outros objetos que denotam uso para cuidado com o corpo, como já citado anteriormente. Neste contexto, essas gamelas de banhos tornam-se um signo importante de cuidado com o corpo, bem como os outros poucos objetos associados a ele. Deste modo, observo, a partir da presença desses materiais, uma preocupação do povo sergipano oitocentista com a sutil arte de cuidado do corpo, antes desse processo higienista, seja ela por normas de decoro ou pelo hábito de banhar-se.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gamelas de banho são objetos principais e denunciadores de que, em Sergipe Del Rey, começou a deslumbrar, em 1821, uma mudança de comportamento na sociedade daquela época. Assim, entendo que os hábitos e costumes teriam sido difundidos no início do século XIX, conforme apontam os inventários judiciais, que, como já discutidos, podem ser vistos como documentos relevantes para recompor a história. Por meio dos inventários sergipanos analisados, foi possível constatar a existência de mais objetos que denotam o cuidado com o corpo, esses sendo materiais de suma importância, por estarem justamente em inventários, uma vez que esses documentos tratam-se da contabilidade de bens ou patrimônios que pertencem a uma pessoa; logo todos os materiais presentes nesses documentos tinham valor aquisitivo.

A partir desses bens, mais precisamente das gamelas de banho, posso dizer que o cuidado com o corpo em Sergipe Del Rey começou a ser pensado no início do referido século, ao constatar a presença da primeira gamela de banho, no inventário de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel), de 1821, seguida por mais 05 (cinco) gamelas de banho, até 1938, no inventário de Antônio Manoel de Araújo. Depois desse ano, começa a haver uma diversificação desses objetos, como já pontuado. Entretanto, com análise minuciosa e analisando cuidadosamente cada documento, identifiquei outros objetos que, conforme a discussão, estão correlacionados ao corpo, como: lenços, bacias, sabão e talheres, isso nos inventários de Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel) (1821), Anna Francisca do Espírito Santo (1821) Leandro José de Sirqueira (1833), José da Cruz Pereira (1830), Serafim Joze de Oliveira (1837) e Antônio Manoel de Araujo (1838).

Mesmo com uma quantidade pequena de itens, foi possível perceber e correlacionar cada objeto ao corpo e ao comportamento. As gamelas de banho, como o próprio nome já diz, eram destinadas ao banho dessas famílias de posses. Outro objeto a ser destacado é a bacia de cobre, que tinha diversas serventias, como ter água para as mãos, fazer a barba, lavar os pés e, até mesmo, urinar. Em dois inventários, encontrei talheres (colheres, garfos e facas) e copo, todos de prata, mostrando que estes eram materiais escassos. Suponho que as demais famílias ainda comiam com as mãos, pois esses materiais eram praticamente limitados e caros, porém o hábito de comer com as mãos não significa dizer que era falta de

bons modos, assim, a eliminação desse hábito de se alimentar com as mãos nem sempre é explicada por “razões higiênicas”.

Lenços também foram encontrados, eram geralmente um pedaço de pano ou tela, quadrado, de linho ou algodão, usado para limpar o rosto do suor ou para assoar o nariz. Um acessório que, desde o século XVIII, era um complemento fino e que os ricos levavam no bolso. Foi identificado, também, um sabão, que era um eliminador de suor e sujeira, ou seja, um instrumento de higiene. As roupas, possivelmente, fizeram-se presentes devido à loja de fazendas que comercializava tecidos. Assim, o vestir-se bem, no século XIX em Sergipe Del Rey, já era pensado, ou por normas de etiquetas ou por normas de limpeza, pois, conforme Del Priore (2016), a roupa não tinha apenas a função de vestir, ela representava também um papel político-social. Era um signo de hierarquização dentro da sociedade, de firmeza e mobilidade.

Deste modo, o homem sergipano se preocupava com a aparência. Sobre este assunto, Nobert Elias (1994) salienta que o vestir-se, conforme o autor, é uma forma de postura. O indivíduo trocava de roupa por certas leis de decoro, assim o comportamento de trocar de roupas ou os demais modos de comportamento reproduzidos pelo indivíduo são gerados por comandos ou proibições. A partir desses inventários, posso afirmar que em Sergipe, no século XIX, já existiam famílias preocupadas com o cuidado do corpo e que esta descoberta, indubitavelmente, comprova, também, que o banho já era de alguma forma pensado e praticado.

De acordo a documentação utilizada, essas famílias de posses também compreendiam as dinâmicas de áreas em implantação e expansão de atividades agrícolas, comerciais e marítimas, sendo esses os perfis econômicos dessas famílias, identificados por meio dos seus bens, de um modo geral. Assim, as seis famílias, aqui analisadas, desenvolveram diversas atividades em Sergipe oitocentista, o que deu para se ter uma ideia da dimensão do negócio de cada família. Que haviam crescido na pequena Sergipe Del Rey, cheia de dunas, lagos e manguezais. Que tinham uma política econômica praticamente agrícola e, conseqüentemente, eram moradores rurais, com habitações distantes umas das outras e espalhadas pelo interior, devido a essas atividades agrícolas predominantes. E ali as famílias passaram a enumerar e a conquistar seus bens. A sociedade sergipana oitocentista era, antes de mais nada, monótona, se comparada

aos estados vizinhos. Entretanto, Sergipe Del Rey foi formada por grandes proprietários rurais, que comandaram a vida do povo sergipano nos anos futuros. Plantações, roças, lavouras de mantimentos, criação de aves e rebanhos sedimentaram a sociedade, como as atividades de extração de sal, cultivo de cana, produção e açúcar, roças de mandioca e feijão, produção de farinha, comércio marítimo, loja de fazendas e criação e animais, conforme a discussão neste labor.

Em Sergipe, assim como em toda o território brasileiro do século XIX, as famílias de posses também eram comandadas pelo pai da família, pois seguiam o modelo patriarcal português, fazendo minhas as palavras de Santos (2011), segundo a qual todos aqueles que estavam sobre o domínio do patriarca, sendo de sangue ou não, pertenciam ao núcleo familiar. A família sergipana passou a ser sinônimo de organização econômica, governo e poder, ou seja, todos sobre o domínio do pátrio poder, regidos por ordem e obediência, visando à garantia e perpetuação dos seus bens. Indubitavelmente, era uma instituição fundamental para o convívio de todos em sociedade, em que toda parentela dependia do senhor patriarcal, o qual ditava também as formas de relações sociais, e o modo de vida de todos que estava sobre os seus cuidados.

A família patriarcal brasileira intervia no cotidiano das crianças e jovens que estavam sob os seus cuidados. Deste modo, a família torna-se um agente importante no processo de civilização, pois é por meio dela que podemos compreender os modos e as mudanças de comportamentos na sociedade, dentro de um processo histórico, estabelecendo, sempre, uma relação entre indivíduo e sociedade. A ideia de civilização, de Elias (1994), foi um importante instrumento teórico para compreensão desses fenômenos sociais, estabelecendo sempre a relação entre indivíduo e sociedade dentro do processo histórico, com um olhar para as transformações, tanto nas estruturas da sociedade quanto nos comportamentos dos indivíduos.

Assim, a chegada da Corte, nos domínios da civilização, trouxe mudanças no comportamento, na postura e nos costumes dos indivíduos de forma individualizada, mas relacionadas à sociedade. As determinações de D. João VI, em 1808, proporcionaram a disseminação de novos hábitos e costumes a serem seguidos pela população. Aos poucos, suas iniciativas, investimentos e determinações iam tentando dar à Colônia um ar europeu.

É o que mostrou José Gondra (2004), quando trata que o deslocamento da Corte trouxe mudanças na infraestrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação e cultura para Colônia. Mary Del Priore (2016) também salientou que a transferência da Corte trouxe essas transformações, aumentando a oferta de produtos, o movimento de pessoas, o aumento das artes e ofícios e dos espaços. Seguindo a mesma linha, Laurentino Gomes (2009) pontuou, também, que a Corte trouxe grandes mudanças não só na área da cultura, mas na ciência também. Do mesmo modo, outros autores e pesquisadores, que retratam a história do Brasil, afirmam que a transferência da Corte foi um fator importante para a disseminação de mudanças nas mais diversas esferas da sociedade.

Além disso, José Gondra (2004), após minucioso exame das teses médicas do século XIX e pela tensão contínua na análise entre medicina, higiene e educação, concluiu que médicos e professores foram responsáveis pela introdução, no Brasil, do modelo médico-higienista de inspiração francesa, com um programa de regras e funcionamento dos colégios afluídos no início do século XIX, mas com grande repercussão na segunda metade do século. Neste sentido, configura-se uma história da higiene do corpo repleta de representações sobre ele. Uma história da civilidade, do comportamento e das autorrestrições, dos cuidados individualizados ao convívio social, pois revela uma pressão que vem do externo e se estreita com o íntimo, conforme Norbert Elias (1994). Assim, o asseio do corpo reflete o processo de civilização, moldando, gradualmente, os cuidados e comportamentos dos sujeitos com seus próprios corpos em meio à sociedade.

A referida pesquisa conclui, ainda, que a escassez de fontes, por se tratarem de períodos remotos, é uma dificuldade encontrada por pesquisadores que se propõem a trabalhar esse passado longínquo, e que obras sobre Sergipe oitocentista são uma carência significativa, além da falta de trabalhos a respeito do referido tema. A higiene, o cuidado com o corpo, a noção de limpeza no referido estado, nos primórdios do século XIX, como já foi discutido neste trabalho, encontram-se dentro de um saber médico pelo modelo higienista, fortemente afluídos na segunda metade do século XIX. Assim, em Sergipe, tanto este assunto quanto o que se refere ao cuidado do corpo, ainda é um campo a ser explorado.

Chamo atenção que a escrita e a composição desses inventários guardam uma diversidade de elementos ligados à sua época e uma variedade de informações sobre os bens deixados, desde aqueles unidos às atividades econômicas de uma

família, até os seus objetos domésticos e pessoais. Tais informações valem a pena ser mais exploradas, para desvendar, cada vez mais, como estava organizada nossa sociedade e as relações do povo sergipano nos anos oitocentistas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Entre cartas e memórias: preceptoras europeias no Brasil do século XIX**. 2015. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421240_ARQUIVO_Entrecartasememorias.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Memórias de Dona Sinhá**. Aracaju: Typografia Editorial / Scortecci Editora, 2005.
- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 2004.
- AUDACES, Isa. **Tipos de tecidos lista de A a Z**. Disponível em: <<https://www.audaces.com/tipos-de-tecidos-lista-de-a-a-z-parte-i/>>. Acesso em: 4 dez. 2018.
- AZEVEDO, Crislane B. **Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República**. V. Congresso brasileiro de história da educação. Aracaju .2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/487.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- BARROS, Angela Maria Melo Sá. **Educação e hygiene: “história natural e hygiene geral e escolar” na escola normal de Sergipe (1879-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unit, Aracaju, 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BLUTEAU, Raphael. **Diccionario da Língua Brasileira – Volume Único**. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/hygiena>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. São Paulo: Zahar, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Difel, 2002.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, 4. ed. Edições Graal LTDA, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira: volume 1: colônia**. São Paulo: LeYa, 2016.

ECO, U.; SEBOK, T. A. (Org.). **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS, Airton de. A vinda da família real para o Brasil. Recife: Construir, 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly; PEREIRA, Marialda Santana. Histórias do corpo e da água em Aracaju (1871 – 1875). **Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME FURB** ISSN 1809-0354 v. 7, n. 2, p. 436-453, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3159>>. Acesso em: 3 set. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: 49. ed. Global, 2004.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marte Teixeira. **Território plural: A pesquisa em história da educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2009. 112 p.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989a.

GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, U.; SEBOK, T. A. (Org.). **O signo de três**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: 3. ed. Planeta do Brasil, 2009.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HADLICH, Gisele Mara; UCHA, José Martin. Apicuns: aspectos gerais, evolução recente e mudanças climáticas globais. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. v. 1, n. 2, 2009. Disponível em: <www.ugb.org.br>. Acesso em: 27 out. 2018.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2018.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 525-541.

LIGHT, Kenneth. **A viagem marítima da família real**: a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**: 1808 – 1821. Rio de Janeiro: Primeiro Volume. Typ.do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1908.

LIMA, Sidney Matos de. **Saneamento e higiene como signo de uma urbs moderna**: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/4999/4132>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 1999.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Colonial & Imperial**: religião, família, escravidão e sociedade. São Cristóvão: UFS, Aracaju: Oviêdo Teixeira, 2008.

MOTT, Luiz R. B. **Sergipe Del Rey**: população, economia e sociedade. Sergipe: Fundesc, 1986.

NUNES, Lucas de Araujo Barbosa. **Mário Pedrosa e a Missão Artística Francesa de 1816**. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Assis, 2015.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2. ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Oviêdo Teixeira, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **“Por não querer servir ao seu senhor”**: os quilombos volantes do Vale do Cotinguiba (Sergipe Del Rey, século XIX). Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife, 2015.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Língua Brasileira** – Volume Único. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/hygiena>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SANTOS, Vera Maria dos. **A mulher de posse e a instrução elementar na capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos**. Tese (Doutorado em Educação) – UFS, São Cristóvão, 2011.

SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores na capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII**. Fortaleza: Impreca, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. A Colônia francesa de D João. In: Um olhar francês sobre o Brasil. **Revista Educação em Linha**. n. 5, ano 2, p. 56. Rio de Janeiro, 2008.

SERGIPE. Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça: inventários judiciais da comarca de Aracaju do século XIX (1821-1838).

SERGIPE. Biblioteca Pública Epifânio Dórea: jornais digitalizados de 1840 a 1958.

SERGIPE. Instituto Histórico e Geográfico: jornais de 1828 a 1841.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Brasileira** – Volume Único. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/hygienea>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. (Coord.). **Catálogos dos Documentos Judiciais do Século XVIII de Sergipe**/Inventários Judiciais das Comarcas de Porto da Folha (1751), Estância (1720), Maruim (1767) e São Cristóvão (1765) e o Catálogo da Comarca de Aracaju – volume I – Inventários dos séculos XIX (1811 – 1900). Aracaju: Tj: Arquivo do Judiciário, 2008.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e guerra: capitães mores em Sergipe Del Rey (1648-1743)**. Tese (Doutorado em História) – UFBA, Salvador, 2016.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: UFS, 1987.

TELEGINSKI, Neli Maria; MARTINS, Valter. Abastecimento, cotidiano e sociabilidade: o comércio bodegueiro de Irati-PR na primeira metade do século XX. 2014. **Revista TEL**. v. 5, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Rico aprende em casa**. 2008. Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/rico-aprende-em-casa>>. Acesso em: 2 maio 2018.

VASCONCELOS, Maria Celi; LOTE, Karine Torres. Entre barões, condes e viscondes: a educação doméstica na Província Fluminense. In: AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO, Ester Fraga Villas-Bôas do. **Panorama da Instrução Primária no Brasil**. (Org.). Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 185-216.

VENANCIO, Renato; DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Levantamento dos inventários pesquisados (1811 – 1900)

Nº de ord.	Nº de ord. no catálogo	Ano	Inventariado	Inventariante	Item	Nº de pág. no catálogo
01	16	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	José Rodrigues Dantas (Capitão)	Gamela de banho	19
02	17	1821	Anna Francisca do Espirito Santo	Bernardo Gomes de Melo	Gamela de banho	19
03	29	1830	José da Cruz Pereira	Maria Francisca da Silva	Gamela de banho	24-25
04	38	1833	Leandro José de Sirqueira	Felix Barreto Vasconcelos Menezes (Tenente Coronel)	Gamela de banho	28-29
05	69	1837	Serafim Joze de Oliveira	Thereza Maria de Jesus	Gamela de banho	42
06	72	1838	Antônio Manoel de Araujo	Maria da Victoria Freire	Gamela de banho	43
07	114	1847	Manoel Carvalho de Mello (Capitão)	Maria Vieira de São José	Gamelas	61-62
08	194	1857	João Luis da Silva	Claudina Auta das Virgens	Gamela	95-96
09	202	1859	Bento José de Almeida	José Victor de Almeida	Gamela	99
10	230	1863	Joaquim Pinto d'Andrade	Priano Alves Ramos do Lago	Sabão	110
11	243	1863	Manoel Antônio de Araujo e Anna Rosa d'Araujo	Chrispim Gomes de Araújo	Sabão	115
12	342	1876	Ângelo José de Jesus	Maria Pastora do Sacramento	Gamela	154

13	347	1876	Francisco dos Santos Flores	Isabel Maria d'Almeida Flores	Caixas com sabão	156
14	371	1879	Rita Bernardina de Lima	Jerônimo Francisco Pereira	Gamela para banho	165-166
15	372	1879	Daniel Caetano da Silva Campos	Jose da Silva Campos (Doutor)	Lavatório e toalete	166
16	403	1881	Manoel Agostinho da Silva Moreira (Major)	Maria da Silva Santos	Bidê	177-178
17	447	1886	Thomaz Narcizo Ferreira (Vice-Cônsul)	Henriqueta Carolina Ferreira	Lavatório com jarro e bacia	193
18	449	1886	Maria Emília Marsillac Motta	Pedro Amâncio de Almeida Motta	Lavatório	194
19	453	1887	Miguel dos Anjos	Justiniano José dos Santos	Gamela	195-196
20	461	1891	Felisbella de Carvalho Andrade	Antônio Jorge de Andrade	Sabão	198-199
21	469	1897	José Alves Correia	José Alves da Costa	Caixas para sabão, peças para toalete e lavatório	202
22	473	1897	Serafim de Mattos Freire	Maria da Puresa Bittencourt	Toalete e lavatório	204
23	476	1898	Jacinto do Rosário Montalvão (Capitão)	Barbara Espinheiro Montalvão	Toalete, lavatório e bidês	205
24	480	1898	Lydia do Prado Vasconcelos	Julião de Vasconcellos	Toalete e lavatório com	206-207

					tampo de mármore	
25	482	1898	Maria Arlinda Espinheira	Paulo Pereira Espinheira	Toalete e bidê	207-208
26	490	1898	Maria da Glória Guimarães	Vicente Lopes Medeiros Chaves (Coronel)	Lavatório e toalete	210
27	497	1899	José Pereira Espinheira	Aloísio Moura Abreu Espinheira	Toalete, lavatório e bidê	213
28	503	1899	Feliciano José Campos	Luzia de Freitas Campos	Lavatório e toalete	215
29	508	1900	Pedro Celestino de Resende Nogueira (Comendador)	Elisa Amelia de Fonseca Nogueira	Toalete	217

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir pesquisa realizada nos catálogos judiciais do século XIX de Sergipe da Comarca de Aracaju e pesquisa no Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

ANEXO B – Ficha das famílias de posses e seus montantes (1821 – 1838)

Nº	Ano	Inventariado	Bens/Atividade econômica	Montante-Mor	Montante Líquido	Cidade, Villa ou Povoação
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	Fazenda de gado, engenho, canas plantadas, cavalos, poldros, garrotes, enxadas, foices, machado.	12:504\$569	9:920\$816	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espirito Santo	Terrenos com Salinas, sítio com marinhos, tanques, armazém com telhas, roda de ralar mandioca.	998\$715	85\$435	Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	Tecidos, loja molhados, armação de venda, machados, enxadas, sela, garrotes, vacas, cavalo, besta, poldras.	2:828\$940	738\$293	São Cristóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	Salinas, qualhadores, tanques, armazém de telhas, porção de sal, taboados,	5:875\$744	3:981\$887	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

			alqueires, sumaca, metade de um hiate, barca, canoas, bandas de navio, bomba, vigas de ferro, cavalo, potro, estribaria.			
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	Terrenos com salinas, tanques, qualhadores, armazém de telhas, pés de coqueiro.	-	-	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antônio Manoel de Araujo	Partido de Canas, roça com mandiocas e feijões, carros, foices, machado, enxadas, bois, garrotes.	336\$032	179\$021	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

ANEXO C – Relação de escravos por inventariado (1821 – 1838)

Nº	Nome	Sexo	Idade	Descrição	Ocupação	Valor	Dono(a)
1	Domingo s Gonçalo	M		Angolano velho		100,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
2	João Felipe	M		Angolano		130,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
3	Luisa	F	18	Crioula		140,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
4	Antonio	M		Doente crioulo velho		60,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
5	Florinda	F				140,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
6	Manoel Severino	M			Mestre do açúcar	140,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
7	Geronimo	M		Crioulo	Carreiro	200,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
8	Bento	M		Benim		180,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente

							Coronel)
9	Suterio Calabar	M		Ainda moço		180,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
10	Francisco	M				150,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
11	Luísa	F		Crioula		110,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
12	Damião	M		Ainda moço, Nagô		160,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
13	Brás	M		Crioulo		130,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
14	Domingos	M	4	Crioulinho		60,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
15	Geralda	F		Moça crioula		160,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)

16	Catarina	F		Doente velha angolana		60,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
17	Domingo s Rodrigue s da Costa	M		Velho		100,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
18	Benedito	M	16			135,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
19	Domingo s	M		Doente velho	Feitor	16,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
20	Rita	F		Velha		40,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
21	Eufemia	F		Mulata		200,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
22	Genovev a	F	8	Mulatinha		120,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
23	Ricardo	M	2	Cabrinha		30,000	Mathias Gonçalves

							Pereira (Tenente Coronel)
24	Pedro	M		Muito velho angola		60,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
25	Maria	F				40,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
26	João Dias	M			Mestre do açúcar	200,000	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
27	Elias	M		Mulato	Carapina		Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)
28	Eugenio	M				180,000	Anna Francisca do Espírito Santo
29	Joana	F				140,000	Anna Francisca do Espírito Santo
30	Sem nome					105,000	Anna Francisca do Espírito Santo
31	Francisco	M				400,000	José da

	da Costa						Cruz Pereira
32	Luiza da Costa	F				350,000	José da Cruz Pereira
33	Malaquias	M	Três meses	Escravozinho			José da Cruz Pereira
34	Felix	M		Mulato		400,000	Leandro José da Sirqueira
35	Raimundo	M		Velho crioulo		65,000	Leandro José da Sirqueira
36	Roza	F		Crioula		100,000	Leandro José da Sirqueira
37	Muçulina	F		Escravinha crioula		100,000	Leandro José da Sirqueira
38	João	M		Mestisso		350,000	Serafim José de Oliveira
39	José	M		Mestisso		450,000	Serafim José de Oliveira
40	Luis	M		Mestisso		250,000	Serafim José de Oliveira
41	Felisberto	M		Mestisso		150,000	Serafim José de Oliveira

42	Luisa	F				300,000	Serafim José de Oliveira
43	Maria	F		Crioula		400,000	Serafim José de Oliveira
44	Simplicia	F		Escravinh a crioula		250,000	Serafim José de Oliveira
45	Maria	F	8 anos	Escravinh a		200,000	Serafim José de Oliveira
46	Manoel José	M		Crioulo moço		450,000	Antônio Manoel de Araujo
47	Leandro	M		Moço		450,000	Antônio Manoel de Araujo
48	Antonio	M		Crioulo		400,000	Antônio Manoel de Araujo
49	Benedicto	M		Doente mestiço		150,000	Antônio Manoel de Araujo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

**ANEXO D – Ficha das gamelas e materiais ligados ao cuidado com o corpo
(1821 – 1838)**

Nº	Ano	Inventariado	Quantidade de gamelas de banho	Bens ligados ao cuidado com o corpo	Cidade, Villa ou Povoação
1	1821	Mathias Gonçalves Pereira (Tenente Coronel)	1	Colheres de prata, garfos de prata, cabos de faca de prata, copo de prata, bacias de cobre.	Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
2	1821	Anna Francisca do Espírito Santo	1		Aracaju
3	1830	José da Cruz Pereira	1	Lenços, sabão.	São Cristóvão
4	1833	Leandro José de Sirqueira	1		Villa Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
5	1837	Serafim Joze de Oliveira	1	Colheres de prata, garfos de prata.	Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba
6	1838	Antônio Manoel de Araujo	1		Villa de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos inventários judiciais do século XIX de Sergipe do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.